



Footparks como motores de transformação comunitária em contextos vulneráveis: avaliação do impacto na coesão social

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva, ao abrigo do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 27/2021, de 16 de abril.

Orientador: Professor Doutor Thiago de Oliveira Santos

Supervisora: Sara Castro Sousa

Entidade Acolhedora do Estágio: Fundação do Futebol – Liga Portugal

Tomás Magalhães Pinto Cardoso

Porto, 8 de junho de 2026

Ficha de catalogação

Cardoso, T. M. P. (2026). *Footparks como Motores de Transformação Comunitária em Contextos Vulneráveis: Avaliação do Impacto na Coesão Social*. Porto: T. Cardoso. Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva.

Palavras-chave: FUNDAÇÃO DO FUTEBOL; RESPONSABILIDADE SOCIAL; DESPORTO COMUNITÁRIO; FOOTPARK; COESÃO SOCIAL.

Dedicatória

Àqueles que me deram o mundo e me ensinaram a olhá-lo com curiosidade.

Aos meus pais, pela paciência infinita e por serem o farol que, desde sempre, me guiou na procura constante pelo saber. Com carácter e retidão, ensinaram-me que o brio não é um destino, mas sim um reflexo da consistência e cuidado que colocamos em tudo o que fazemos.

Esta dissertação é também vossa, porque estudar é, entre milhões de outras coisas, a forma que encontro de honrar o vosso amor e de continuar a erguer, dia após dia, a pessoa que me incentivaram a ser.

Agradecimentos

Olhar para este trabalho finalizado é, acima de tudo, olhar para as pessoas que me trouxeram até aqui. Ninguém faz uma caminhada destas sozinho, e eu tive a sorte de ter os melhores ao meu lado.

À minha família, o meu porto seguro e a base de tudo o que sou. Um profundo obrigado ao pai Vasco, à mãe Helena e à mana Rita, pelo amor incondicional de sempre, pelos sacrifícios que nunca me cobraram e por serem o meu maior exemplo de trabalho e integridade.

À Pipa, a minha fantástica namorada, *a mais fremeosa de quantas Deus fez*, que esteve sempre ao meu lado, e me apoiou incondicionalmente em cada etapa. Obrigado por me dares força, por saberes ler os meus silêncios e por caminhares ao meu lado com uma paciência e doçura que tornam qualquer jornada mais bonita e leve. Por celebrares cada pequena vitória como se fosse tua. Este caminho também é teu.

Aos meus amigos, aos que já vinham de trás e aos que juntei ao longo desta jornada. Um especial obrigado ao Pedro pela colaboração na revisão textual e gramatical.

Aos professores e colegas da “minha” FADEUP que me acompanharam ao longo destes 5 anos. Obrigado por me ensinarem a honrar a camisola desta grande instituição e por fazerem destes anos uma das etapas mais bonitas da minha vida. Um agradecimento muito especial ao professor Thiago Santos, o meu orientador, pela partilha generosa de conhecimento e pelo rigor com que me guiou. Orgulha-me muito o trabalho que desenvolvemos juntos.

À Liga Portugal e todos os que a constituem, pela oportunidade de realizar o meu estágio curricular e de crescer num ambiente profissional de excelência. O maior dos obrigados a toda a equipa da *Fundashow*. À minha coordenadora e supervisora de estágio, Sara Sousa, e às minhas colegas Catarina Lopes e Sara Costa. Por me receberem de braços abertos, pela mentoria e pela confiança que desde o primeiro dia depositaram em mim, pela entreaajuda no dia a dia e por transformarem o local de trabalho num espaço de aprendizagem e companheirismo

A todos, o meu muito obrigado.

Índice

Ficha de catalogação.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos.....	III
Índice de figuras	VII
Índice de tabelas	VIII
Índice de anexos	IX
Resumo	X
Abstract.....	XI
Lista de abreviaturas e siglas.....	XII
1. Introdução.....	1
1.1. Contextualização	4
1.2. Objetivos.....	5
1.3. Estrutura do documento.....	6
2. A Responsabilidade Social Corporativa.....	8
2.1. A Responsabilidade Social no desporto	9
2.2. Desporto como fenómeno social	11
2.3. Desporto institucional vs. desporto comunitário	12
3. Capital social: teorias e operacionalização.....	16
3.1. <i>Bonding, bridging e linking social capital</i>	17
3.2. Indicadores e medidas do capital social em contexto comunitário	20
4. Perspetivas organizacionais e de gestão do desporto	22
4.1. Coesão social: definições, dimensões e indicadores	23
4.2. Microinfraestruturas urbanas como catalisadores de sociabilidade no espaço público.....	25
4.3. Socialização e desenvolvimento de competências transversais entre a população jovem.....	27
4.4. Parcerias público-privadas como modelo de governação no desporto comunitário.....	28
5. Avaliação do impacto social do desporto	31
5.1. Modelos e instrumentos de avaliação do impacto social do desporto.....	31
5.2. Limites críticos e armadilhas do “Mito do desporto como solução social” ...	33
5.3. Síntese teórica e construção do modelo analítico do estudo	35
6. Enquadramento institucional	36

6.1.	Apresentação da entidade acolhedora do estágio	36
6.2.	Descrição das atividades desenvolvidas no contexto do estágio	39
6.2.1.	Funções desempenhadas e tarefas realizadas	43
6.2.2.	Resultados operacionais	44
6.3.	Contribuição do estágio e da entidade para o desenvolvimento da vertente de investigação	44
	Vertente investigativa do relatório de estágio	46
1.	Descrição do objeto de estudo: o projeto Footpark	46
1.1.	História, parceiros institucionais e objetivos	47
1.2.	Características físicas e funcionais dos Footparks	49
1.3.	Modelo operativo: responsabilidades e fluxos de governação	51
2.	Projetos comparáveis na Europa	52
2.1.	O modelo da Alemanha	52
2.2.	O modelo do Reino Unido	54
2.3.	Programas UEFA/FIFA	56
2.4.	Lições aprendidas e possíveis aplicações práticas para os Footparks	58
3.	Enquadramento teórico específico aplicado ao projeto Footpark	60
4.	Problemática e apresentação das hipóteses de estudo	65
5.	Metodologia	67
5.1.	Paradigma de investigação e justificação	67
5.2.	Desenho do estudo	68
5.3.	Crítérios de seleção de casos e amostragem	73
5.4.	Instrumentos de recolha de dados	74
5.4.1.	Questionário: tópicos e escalas propostas	74
5.4.2.	Entrevista semiestruturada	75
5.5.	Procedimentos de recolha de dados: etapas operacionais e logística	76
5.6.	Plano de tratamento e análise dos dados	77
5.6.1.	Plano de análise quantitativa	77
5.6.2.	Plano de análise qualitativa	78
5.6.3.	Estratégia de integração de resultados	78
5.7.	Validade, fiabilidade e reflexividade	78
5.8.	Considerações éticas e RGPD	79
5.9.	Limitações metodológicas e riscos	79
5.10.	Cronograma de atividades, orçamento e recursos necessários	80

6.	Resultados.....	81
6.1.	Perfil dos participantes	81
6.2.	Análise descritiva da perceção do impacto social do projeto Footpark	87
6.3.	Análise inferencial da perceção do impacto social do projeto Footpark	92
6.3.1.	Dimensão do capital social	94
6.3.2.	Dimensão da identidade coletiva	98
6.3.3.	Dimensão do capital humano	102
6.3.4.	Dimensão do impacto objetivo	106
6.4.	Resultados das entrevistas e síntese temática	110
6.5.	Triangulação de resultados	114
7.	Discussão	116
7.1.	Interpretação dos resultados em relação às hipóteses e resposta às questões de investigação	116
7.2.	Dimensão do capital social	119
7.3.	Dimensão da identidade coletiva	120
7.4.	Dimensão do capital humano	121
7.5.	Dimensão do impacto objetivo	122
7.6.	Implicações	123
7.6.1.	Implicações teóricas	124
7.6.2.	Implicações práticas	124
7.7.	Limitações do estudo e sugestões metodológicas para estudos futuros	125
	Reflexão crítica e competências adquiridas com a realização do estágio curricular na Fundação do Futebol – Liga Portugal.....	128
	Aprendizagens pessoais, académicas e profissionais	128
	Considerações finais	130
	Referências bibliográficas	131
	Anexos	XIII

Índice de figuras

Figura 1 – Distribuição dos Footparks já inaugurados pelo território nacional.	48
Figura 2 – Footpark de Vila do Conde.	69
Figura 3 – Footpark de Braga.	70
Figura 4 – Footpark de Torres Vedras.	70
Figura 5 – Footpark de Loures.	71

Índice de tabelas

Tabela 1 – Características demográficas e socioeconómicas dos Footparks e das respetivas comunidades em estudo.....	71
Tabela 2 – Estatísticas da idade dos participantes.....	82
Tabela 3 – Distribuição por sexo dos participantes.....	82
Tabela 4 – Distribuição por grau de escolaridade dos participantes.	83
Tabela 5 – Distribuição por localidade dos participantes.....	83
Tabela 6 – Distribuição por conhecimento e frequência do Footpark pelos participantes.	84
Tabela 7 – Distribuição por atividade praticada pelos frequentadores.....	85
Tabela 8 – Distribuição por distância de residência dos participantes ao Footpark.....	85
Tabela 9 – Distribuição da perceção dos participantes sobre a influência do Footpark na forma como veem a sua comunidade.	86
Tabela 10 – Estatística descritiva por variável.....	87
Tabela 11 – Teste t para a dimensão do capital social.....	95
Tabela 12 – ANOVA de uma via para a dimensão do capital social.	97
Tabela 13 – Teste t para a dimensão da identidade coletiva.	99
Tabela 14 – ANOVA de uma via para a dimensão da identidade coletiva.	102
Tabela 15 – Teste t para a dimensão do capital humano.	103
Tabela 16 – ANOVA de uma via para a dimensão do capital humano.....	105
Tabela 17 – Teste t para a dimensão do impacto objetivo.....	107
Tabela 18 – ANOVA de uma via para a dimensão do impacto objetivo.	109
Tabela 19 – Hipóteses de investigação, veredito e testes utilizados.....	119

Índice de anexos

Anexo 1 – Ficha técnica da baliza de um FootparkXIII

Anexo 2 – Ficha técnica do recinto de um Footpark..... XIV

Resumo

O presente relatório de estágio foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Gestão Desportiva da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP), a partir da experiência realizada na Fundação do Futebol – Liga Portugal, entidade subsidiária da Liga Portugal, com intervenção no domínio da Responsabilidade Social associada ao futebol. O trabalho teve como objetivo central articular a dimensão prática do estágio com uma vertente investigativa aplicada, valorizando simultaneamente o percurso de aprendizagem profissional em contexto institucional real e a produção de conhecimento científico sobre o projeto Footpark. Neste sentido, o relatório reflete quer as atividades, aprendizagens e competências desenvolvidas ao longo do estágio, quer a análise empírica de uma iniciativa concreta de intervenção comunitária através do desporto. A vertente investigativa centrou-se no projeto Footpark, iniciativa orientada para a criação de microinfraestruturas desportivas de acesso livre em diferentes territórios. O estudo procurou compreender em que medida o projeto se associa a resultados socialmente significativos nas comunidades em que foi implementado, com especial incidência nas dimensões do capital social, da identidade coletiva, do capital humano e do impacto objetivo percebido. Para esse efeito, foi adotada uma abordagem de métodos mistos, combinando questionários aplicados a residentes de comunidades com Footparks com entrevistas semiestruturadas a atores relevantes ligados ao projeto. Os resultados indicam que o Footpark se associa sobretudo ao reforço de dimensões relacionais e simbólicas da vida comunitária, evidenciando efeitos mais robustos ao nível da identidade coletiva, do sentimento de pertença, da convivência e da valorização da comunidade do que em indicadores mais estruturais de transformação individual ou territorial. Conclui-se que o projeto apresenta potencial social relevante, embora os seus efeitos dependam da forma como é integrado no território, apropriado pela comunidade e sustentado institucionalmente. Em termos globais, o relatório evidencia a relevância do estágio enquanto espaço de formação académica, profissional e pessoal, enquanto procura uma compreensão empiricamente fundamentada do papel do desporto comunitário na promoção da coesão social e do desenvolvimento local.

Abstract

This Internship Final Report was produced as part of the Master's in Sports Management at the Faculty of Sport, University of Porto (FADEUP), based on the experience gained at Fundação do Futebol – Liga Portugal, a subsidiary of Liga Portugal, which is active in the field of Social Responsibility in football. The central objective of the work was to combine the practical aspect of the internship with an applied research component, whilst simultaneously enhancing the professional learning pathway within a real institutional context and the production of scientific knowledge regarding the Footpark project. In this context, the report reflects both the activities, learning and skills developed throughout the internship, and the empirical analysis of a specific community intervention initiative through sport. The research component focused on the Footpark project, aimed at creating freely accessible sports micro-infrastructures in different areas. The study sought to understand the extent to which the project is associated with socially significant outcomes in the communities where it was implemented, with a particular focus on the dimensions of social capital, collective identity, human capital and perceived objective impact. To this end, a mixed-methods approach was adopted, combining questionnaires administered to residents of communities with Footparks with semi-structured interviews with relevant people linked to the project. The results indicate that the Footpark is primarily associated with the strengthening of relational and symbolic dimensions of community life, showing more robust effects in terms of collective identity, a sense of belonging, social interaction and community appreciation than in more structural indicators of individual or territorial transformation. It is concluded that the project has significant social potential, although its effects depend on how it is integrated into the local area, appropriated by the community and institutionally supported. Overall, the report highlights the importance of the internship as a space for academic, professional and personal development, whilst seeking an empirically grounded understanding of the role of community sport in promoting social cohesion and local development.

Lista de abreviaturas e siglas

- DCMS – *Department for Culture, Media and Sport* (Departamento de Cultura, Meios de Comunicação Social e Desporto – Inglaterra)
- DFB – *Deutscher Fußball-Bund* (Federação Alemã de Futebol)
- CATL – Centros de Atividades de Tempos Livres
- FA – *The Football Association* (Associação de Futebol – Inglaterra)
- FADEUP – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
- FFLP – Fundação do Futebol – Liga Portugal
- FIFA – *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol)
- IPSS – Instituição(ões) Privada(s) de Solidariedade Social
- KPI – *Key Performance Indicator(s)* (Indicadores-Chave de Desempenho)
- LP – Liga Portugal
- LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PMR – Pessoa(s) com Mobilidade Reduzida
- PPP – Parceria Público-Privada
- PYD – *Positive Youth Development* (Desenvolvimento Positivo da Juventude)
- RGPD - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
- RSC – Responsabilidade Social Corporativa
- SC-IQ – *Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital* (Questionário Integrado para a Medição do Capital Social)
- SFD – *Sports for Development* (Desporto para o Desenvolvimento)
- SIGA – *Sport Integrity Global Alliance*
- SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences* (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais)
- SROI – *Social Return On Investment* (Retorno Social do Investimento)
- UEFA – *Union of European Football Associations* (União das Associações Europeias de Futebol)

1. Introdução

Nas últimas décadas, o desporto tem vindo a ser cada vez mais reconhecido não apenas como um domínio de recreação, lazer ou competição, mas também como um fenómeno social e político significativo (Theeboom et al., 2021). A sua crescente proeminência, tanto nas agendas de políticas públicas como na investigação académica, reflete um reconhecimento cada vez maior da sua potencial contribuição para enfrentar os desafios sociais contemporâneos, incluindo a inclusão social, a coesão comunitária, a participação cívica, a saúde pública e a regeneração dos ambientes locais (Lee et al., 2013). Nesta perspetiva, o desporto já não é concebido apenas como uma atividade física ou um produto de entretenimento. Pelo contrário, é cada vez mais entendido como uma instituição social capaz de gerar resultados de desenvolvimento relacional e cultural que se estendem muito além dos limites da participação desportiva (Pfister, 2024).

Esta mudança conceptual tem estimulado um interesse renovado pelo papel das iniciativas desportivas de base comunitária como mecanismos para promover a interação social e fortalecer as redes locais, melhorando como um todo a qualidade de vida coletiva (Holt et al., 2020). Entre essas iniciativas, o projeto Footpark constitui um objeto de investigação particularmente pertinente. Desenvolvido num quadro de Responsabilidade Social associado ao futebol profissional, o Footpark procura proporcionar espaços desportivos de acesso livre nas comunidades locais através da criação de microinfraestruturas desportivas multifuncionais. Embora estas instalações cumpram uma função recreativa óbvia, a sua importância estende-se para além das suas características materiais e físicas (Hjort et al., 2018). O Footpark pode, em vez disso, ser entendido como uma intervenção socialmente situada cuja relevância reside no seu potencial para influenciar padrões de sociabilidade, envolvimento comunitário, perceções do lugar e a apropriação quotidiana do espaço público.

É precisamente nesta interseção entre potencial e contingência que a vertente investigativa deste documento encontra o seu lugar. Como integrante (e representante da FADEUP) de um estágio curricular na Fundação do Futebol – Liga Portugal (FFLP), tive a oportunidade de acompanhar de perto a gestão de projetos de Responsabilidade Social no domínio do futebol, entre eles, o projeto Footpark. Ao longo deste percurso, participei ativamente em tarefas de natureza diversa dentro da instituição. Esta imersão no contexto

organizacional permitiu-me compreender não apenas os aspetos técnicos e operacionais da gestão de projetos de Responsabilidade Social no desporto, mas também os desafios quotidianos associados à sua implementação. A verdadeira integração no seio da equipa da Fundação do Futebol, proporcionou uma compreensão densa e contextualizada dos processos em jogo. Foi precisamente a partir desta experiência que emergiu a motivação para desenvolver uma investigação que não se limitasse a uma análise académica distante, mas que, pelo contrário, estivesse enraizada num contacto real com o terreno, com os projetos rotineiros da instituição, com as pessoas e com as dinâmicas que dão sentido a projetos como o Footpark.

O trabalho que se segue é, portanto, tanto o resultado de um esforço de investigação científica como o reflexo de um percurso profissional e pessoal marcado pela vontade de compreender, de forma rigorosa e comprometida, o impacto social do desporto comunitário.

Embora o Footpark possa ser considerado um veículo para promover a participação informal, a interação social e a valorização simbólica das comunidades locais, permanecem questões importantes sobre até que ponto tais resultados se concretizam na prática. É necessário determinar se o projeto gera efeitos sociais mensuráveis, quais as dimensões mais significativamente afetadas, como estes efeitos variam entre diferentes comunidades e grupos populacionais. Tais questões assumem particular importância, dado que iniciativas desta natureza são frequentemente justificadas através de pressupostos normativos relativos ao poder transformador do desporto, pressupostos que nem sempre são apoiados por evidência empírica suficientemente rigorosa.

A vertente investigativa deste relatório de estágio surge, assim, como uma resposta a essa lacuna, procurando, portanto, de certa forma contribuir para o crescente corpo de investigação que examina o impacto social do desporto comunitário. Em vez de se focar exclusivamente na microinfraestrutura em si, o estudo examina os processos sociais mais amplos associados à sua presença e utilização. Em termos substantivos, a análise está estruturada em torno de quatro dimensões (adaptadas de cinco abordadas por Lee et al., (2013)): capital social, identidade coletiva, capital humano e impacto objetivo. Este quadro analítico permite a investigação tanto dos efeitos relacionais e simbólicos

associados ao projeto, como daqueles ligados ao desenvolvimento individual e às transformações percebidas na vida comunitária.

A investigação assenta na premissa de que o significado social de um equipamento desportivo local não pode ser compreendido adequadamente apenas através de indicadores de taxas de utilização ou de atividade física. Para além disso, o seu impacto deve ser analisado através das formas de sociabilidade que promove e das transformações percebidas por quem com ele interage. É, portanto, dedicada especial atenção a dimensões como a confiança interpessoal, a conexão social, o sentimento de pertença à comunidade, a identificação territorial, o desenvolvimento pessoal e as perceções de melhorias no ambiente local. Tal abordagem reflete uma compreensão mais ampla do Footpark como uma intervenção socialmente enraizada, cujo significado se estende muito além da sua função como equipamento recreativo.

Para abordar estes objetivos, a investigação adota um desenho de métodos mistos que combina abordagens quantitativas e qualitativas. Esta escolha metodológica reflete tanto a complexidade do fenómeno em investigação como o pressuposto epistemológico de que os processos socialmente enraizados não podem ser adequadamente captados através de um único modo de investigação. A componente quantitativa facilita a identificação de padrões gerais, níveis de concordância, diferenças intergrupais e variações territoriais nas dimensões em análise. A componente qualitativa, por sua vez, fornece uma visão sobre os significados atribuídos ao Footpark pelos participantes e partes interessadas, permitindo uma compreensão mais rica de como o projeto é vivido e apropriado em contextos locais específicos. A integração destas formas complementares de evidência permite uma interpretação mais abrangente e teoricamente fundamentada dos processos sociais em análise.

Assim, este trabalho procura abordar o seguinte problema de investigação: em que medida, e através de que mecanismos, o projeto Footpark está associado a resultados socialmente significativos nas comunidades em que foi implementado? Mais especificamente, o estudo investiga a sua contribuição para o desenvolvimento do capital social e da coesão comunitária, o reforço da identidade coletiva, a promoção do capital humano e a geração de impactos objetivos percebidos na vida quotidiana da comunidade. Além disso, explora como estes resultados variam de acordo com os padrões de utilização

das instalações e as características territoriais das localidades onde os Footparks estão situados.

1.1. Contextualização

O presente relatório de estágio insere-se no âmbito do Mestrado em Gestão Desportiva da FADEUP e resulta da experiência desenvolvida na FFLP, entidade que assume um papel relevante na promoção de iniciativas de Responsabilidade Social associadas ao futebol. Neste contexto institucional, o estágio permitiu acompanhar de perto projetos orientados para a valorização do papel social do desporto, com particular incidência no projeto Footpark, desenvolvido em parceria com a Missão Continente e com o envolvimento das autarquias locais.

O Footpark corresponde a um projeto de criação e requalificação de minicampos desportivos de acesso livre, concebidos para promover estilos de vida ativos e reforçar o papel do desporto na inclusão social e no bem-estar comunitário. A parceria entre a Missão Continente e a Fundação do Futebol prevê a implementação de 32 espaços desta natureza em diferentes pontos do território nacional até 2027, articulando uma lógica de proximidade territorial com desenvolvimento local através da promoção do desporto.

Mais do que simples infraestruturas recreativas, estes espaços são apresentados institucionalmente como equipamentos abertos à comunidade, orientados para a promoção de experiências de convívio, partilha e apropriação quotidiana do espaço público. Esta perspetiva é coerente com a literatura que tem vindo a reconhecer no desporto comunitário um potencial relevante para o fortalecimento da coesão social, da identidade local e das dinâmicas de participação informal, sobretudo quando as infraestruturas se encontram acessíveis e territorialmente próximas.

Foi neste enquadramento que o estágio curricular ganhou particular relevância. Para além da integração em tarefas de apoio à atividade da FFLP, a proximidade ao terreno e aos agentes envolvidos permitiu desenvolver uma compreensão mais concreta dos desafios associados à implementação e dinamização de projetos com finalidade social. Simultaneamente, esse contexto criou as condições para o desenvolvimento da

vertente investigativa deste relatório, centrada na análise do impacto social percebido do projeto Footpark em diferentes comunidades.

Deste modo, a contextualização do presente trabalho resulta da articulação entre duas dimensões complementares, sendo elas, por um lado, a experiência prática proporcionada pelo estágio numa entidade com intervenção no domínio do futebol e da Responsabilidade Social, e por outro, a oportunidade de investigar, com base empírica, um projeto que se posiciona precisamente na intersecção entre desporto e desenvolvimento comunitário. É essa dupla condição que confere especificidade ao trabalho desenvolvido ao longo do estágio e sustenta a pertinência do estudo apresentado neste relatório.

1.2. Objetivos

A presente secção tem como finalidade explicitar os objetivos que guiaram o trabalho desenvolvido, articulando de forma integrada a sua dimensão prática e a sua vertente investigativa. O principal objetivo do relatório consiste em analisar a experiência realizada em contexto institucional real, valorizando simultaneamente o percurso de aprendizagem profissional proporcionado pelo estágio e a produção de conhecimento científico desenvolvida a partir da investigação sobre o projeto Footpark. Isto permitiu, por um lado, acompanhar e refletir sobre a atividade da FFLP no domínio da Responsabilidade Social associada ao futebol e, por outro, examinar empiricamente o impacto social de uma iniciativa concreta de intervenção comunitária, com especial atenção às dimensões do capital social, da identidade coletiva, do capital humano e do impacto objetivo.

A concretização deste objetivo geral implicou, antes de mais, o desenvolvimento de competências profissionais relacionadas com o planeamento, a coordenação, a articulação institucional e o acompanhamento de projetos de Responsabilidade Social, bem como a aquisição de experiência prática no contexto organizacional da FFLP, procurando compreender os seus mecanismos de funcionamento, as suas dinâmicas internas e as suas relações com parceiros institucionais e outras entidades. Paralelamente, o estágio constituiu também uma oportunidade para aprofundar capacidades de comunicação, adaptação e colaboração em contextos diversos, enquanto favoreceu uma

reflexão crítica sobre os principais desafios e aprendizagens desta experiência para o desenvolvimento pessoal, académico e profissional.

Na vertente investigativa, o trabalho procurou identificar perceções relativamente ao impacto do Footpark em diferentes dimensões da vida comunitária, analisando de que modo o projeto se associa ao reforço do capital social, da identidade coletiva, do capital humano e do impacto objetivo percebido. Para esse efeito, pretendeu-se comparar frequentadores e não-frequentadores do equipamento, de modo a avaliar se a frequência do espaço se relaciona com perceções diferenciadas do seu impacto social, bem como analisar eventuais variações entre localidades, partindo do pressuposto de que os efeitos do projeto podem ser condicionados por fatores externos diversos. Em complemento, procurou-se integrar evidência quantitativa e qualitativa, através de uma abordagem de métodos mistos, com o propósito de produzir uma interpretação mais densa e teoricamente fundamentada dos resultados obtidos. Finalmente, o trabalho procurou ainda identificar implicações práticas relevantes para a conceção e implementação futura de projetos semelhantes, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla do papel do desporto comunitário enquanto instrumento de desenvolvimento e coesão social.

1.3. Estrutura do documento

O presente relatório encontra-se organizado de modo coerente e progressivo. Após o capítulo introdutório, no qual se apresentam o enquadramento geral do trabalho, a sua contextualização e os objetivos que o orientam, o documento avança para uma primeira parte de fundamentação conceptual, composta pelos capítulos 2. a 5., com a revisão da literatura e construção do enquadramento teórico-analítico mais ligados ao desporto e ao seu lado social, bem como as temáticas onde pode ser enquadrado. Nesses capítulos são discutidos temas como a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a sua aplicação ao desporto, o desporto enquanto fenómeno social, o capital social, a coesão social, o papel das microinfraestruturas urbanas desportivas, as parcerias público-privadas (PPP) e a avaliação do impacto social do desporto, culminando na síntese teórica que sustenta o modelo analítico adotado.

Segue-se, no capítulo 6, o enquadramento institucional, centrado na apresentação da entidade acolhedora do estágio, nas atividades desenvolvidas ao longo do percurso e na explicitação do contributo do estágio para a concretização da investigação.

A partir daí, o relatório transita para a vertente investigativa propriamente dita, iniciando-se com a descrição do objeto de estudo, o projeto Footpark, a apresentação de projetos comparáveis no contexto europeu, o enquadramento teórico específico aplicado ao caso em análise, a formulação da problemática e das hipóteses de estudo e a exposição detalhada da metodologia adotada. Esta opção estrutural permite que a análise empírica surja devidamente sustentada por um quadro conceptual e metodológico sólido, assegurando uma articulação consistente entre contexto, teoria e investigação.

Na parte final do documento, são apresentados os resultados obtidos, organizados por dimensão entre a componente quantitativa, a componente qualitativa e a triangulação dos dados, aos quais se segue a respetiva discussão, com especial incidência na interpretação das hipóteses, no confronto com a literatura, nas implicações teóricas e práticas e nas limitações do estudo.

O relatório encerra complementado por uma reflexão crítica sobre as aprendizagens e competências desenvolvidas durante o estágio curricular.

2. A Responsabilidade Social Corporativa

A RSC tem sido concebida como um conceito multidimensional cuja compreensão requer a articulação de teorias gerais de Responsabilidade Social com as especificidades económicas, simbólicas e relacionais inerentes ao setor em que atua. A RSC nas organizações não se reduz a um conjunto de ações filantrópicas ou caritativas isoladas, mas abrange um quadro estratégico e coordenado que integra objetivos económicos, obrigações legais e compromissos ético-sociais. Deste ponto de vista, as iniciativas de RSC são entendidas como respostas organizacionais às expectativas e pressões exercidas por uma pluralidade de *stakeholders* que constituem simultaneamente fontes de criação de valor e exigências acrescidas de legitimidade social (Mamo et al., 2022).

A análise sobre o tema apresentada por Walzel et al. (2018) destaca ainda mais a natureza intrinsecamente relacional da RSC, na medida em que a definição do que é considerado um comportamento ‘responsável’ depende das relações específicas estabelecidas entre as organizações e os seus públicos mais importantes. Neste quadro, os autores identificam três vertentes analíticas principais na literatura: uma vertente conceptual, preocupada em delinear as características distintivas da RSC no desporto, face a outros setores; uma vertente orientada para os motivos, que procura explicar os fatores que sustentam o envolvimento em iniciativas de RSC; e uma vertente orientada para os resultados, focada na avaliação das consequências sociais, reputacionais e organizacionais de tais iniciativas. Em todas as três vertentes, a RSC surge como um campo caracterizado por uma tensão persistente entre racionalidades instrumentais e racionalidades normativas associadas a valores éticos e justiça social, com o objetivo da promoção substantiva do bem-estar coletivo (Walzel et al., 2018).

A tensão entre imperativos económicos e compromisso social torna-se particularmente relevante quando a RSC é analisada em conjunto com a dinâmica empreendedora. Ratten (2010) argumenta que certos contextos organizacionais originam, organicamente, espaços privilegiados para formas híbridas de empreendedorismo, nas quais objetivos comerciais e sociais são concebidos e perseguidos de maneira integrada. Neste quadro, o empreendedorismo é entendido como o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou modelos organizacionais que visam, simultaneamente, gerar valor económico e responder a necessidades sociais específicas, tais como a inclusão de

populações vulneráveis, a promoção da saúde ou o reforço do desenvolvimento comunitário (Ratten, 2010). Esta perspetiva permite-nos reinterpretar a RSC não apenas como o cumprimento de obrigações morais ou uma resposta reativa a pressões externas, mas como um domínio de inovação social, no qual as organizações mobilizam recursos para conceber intervenções com potencial transformador (Ratten, 2010).

A articulação entre as visões sugere uma conceção da RSC como um processo dinâmico através do qual as organizações procuram equilibrar a prossecução de objetivos estratégicos com um compromisso sustentado em gerir impactos sociais positivos. Assim, o conceito de RSC adotado neste quadro analítico refere-se a um conjunto coerente de práticas e diretrizes estratégicas através das quais as organizações assumem explicitamente responsabilidades para com a sociedade, procurando integrar racionalidades económicas, éticas e sociais de forma inovadora, em que a autenticidade percebida depende de um processo contínuo que integra as fases de antecipação, planeamento, implementação e avaliação, através dos quais as mesmas procuram alinhar capacidades internas com necessidades sociais e expectativas dos diferentes públicos (Mamo et al., 2022; Ratten, 2010; Walzel et al., 2018).

2.1. A Responsabilidade Social no desporto

A Responsabilidade Social no desporto também tem sido cada vez mais teorizada, neste caso como uma extensão contextualizada da RSC, adaptada às especificidades campo desportivo, particularmente dentro das organizações desportivas profissionais. Walzel et al. (2018) argumentam que a RSC no desporto profissional deve ser concebida como um quadro multidimensional que abrange responsabilidades económicas, legais, éticas e filantrópicas, em vez de ser reduzida a um conjunto de ações filantrópicas isoladas ou campanhas promocionais. Nesta perspetiva, os clubes e as ligas são entendidos não apenas como entidades orientadas para o desempenho competitivo e o entretenimento, mas também como atores socialmente enraizados com responsabilidades acrescidas para com os adeptos, as comunidades locais, os parceiros comerciais e as instituições públicas (Moyo et al., 2022; Walzel et al., 2018).

Uma característica definidora da Responsabilidade Social no desporto reside no facto de as organizações desportivas operarem em ecossistemas marcados por fortes afiliações

identitárias e níveis excepcionais de exposição mediática. Rowe et al. (2019) defendem que esta intensidade simbólica confere às organizações uma capacidade distintiva de mobilizar públicos diversos em torno de causas sociais, particularmente quando as iniciativas de RSC adotam uma abordagem orientada para a comunidade, baseada nas necessidades específicas dos territórios locais e na participação ativa dos seus residentes.

Numa linha complementar, Moyo et al. (2022) observam que a RSC no desporto é tipicamente impulsionada por uma lógica dupla, que combina motivações instrumentais (por exemplo, como lealdade dos adeptos e atração de patrocinadores) com motivações normativas relacionadas com a legitimidade social e a internalização de valores éticos nas práticas organizacionais.

Outros estudos têm procurado ir além das interpretações puramente declarativas ou simbólicas da Responsabilidade Social, enfatizando a importância de ligar as iniciativas de RSC a resultados demonstráveis em domínios como a inclusão social, a saúde e o bem-estar. Karstensen et al. (2024), num estudo realizado em comunidades marginalizadas, demonstram que programas baseados no desporto explicitamente concebidos com objetivos sociais podem gerar melhorias significativas na inclusão percebida, no envolvimento em atividades estruturadas, mas também na literacia em saúde, particularmente quando garantem boa acessibilidade e o envolvimento ativo dos participantes, sempre numa perspetiva de continuidade. Essas descobertas sugerem que a Responsabilidade Social no desporto deve ser avaliada não apenas em termos de intenção ou discurso organizacional, mas também em relação aos efeitos sociais tangíveis produzidos entre as populações vulneráveis (Karstensen et al., 2024).

Neste contexto, a medição do impacto social surge como uma preocupação analítica central. Lee et al. (2013) propõem um modelo de avaliação do impacto social do desporto em cinco dimensões: capital social, identidade coletiva, literacia em saúde, bem-estar e capital humano. Estas proporcionam um eixo conceptual robusto para ligar os programas de Responsabilidade Social a resultados observáveis e comparáveis. Os autores argumentam que a adoção de tais métricas permite que investigadores e profissionais vão além da comunicação narrativa das iniciativas de RSC, uma tendência destacada por (Walzel et al., 2018) e Moyo et al. (2022), e estabeleçam mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação. A operacionalização destas dimensões contribui para a

legitimação científica do campo e facilita análises comparativas entre contextos e organizações (Lee et al., 2013).

A interseção entre Responsabilidade Social e capital social torna-se particularmente saliente na análise de intervenções baseadas no desporto implementadas em contextos vulneráveis. Outra vez, Karstensen et al. (2024) demonstram que iniciativas que promovem o acesso regular ao desporto em ambientes seguros e acessíveis tendem a fortalecer o sentimento de pertença, e com isso as redes de apoio social, e melhorar a perceção de autoeficácia entre os jovens de comunidades marginalizadas. E estes resultados são consistentes com o modelo de impacto social avançado por Lee et al. (2013), na medida em que ilustram como a RSC no desporto pode contribuir simultaneamente para a produção de capital social, a consolidação de identidades coletivas positivas, melhorias na literacia em saúde e o desenvolvimento de competências transferíveis para outros domínios da vida social.

2.2. Desporto como fenómeno social

Por outro lado, o desporto tem sido analisado na investigação sociológica como um fenómeno social complexo e multifacetado que vai muito além do domínio das atividades recreativas ou do desempenho competitivo. Anderson & Magrath (2022) defendem que o desporto constitui uma instituição social central nas sociedades contemporâneas, na medida em que reflete e participa ativamente na reprodução e transformação das relações de poder e estratificação de classes, bem como normas de género, construções de etnia e identidades sexuais. A partir deste ponto de vista analítico, o desporto é concebido como um observatório de processos de inclusão ou exclusão social e formação de identidade e ‘alteridade’, nos quais tanto as possibilidades emancipatórias como os mecanismos de dominação simbólica estão simultaneamente incorporados (Anderson & Magrath, 2022). Os autores argumentam ainda que a sociologia do desporto, como subdisciplina distinta, se consolidou precisamente através do reconhecimento da centralidade social do desporto, promovendo uma análise crítica das formas como as práticas e instituições desportivas se cruzam com as estruturas. Esta perspetiva sublinha que o desporto não é uma esfera neutra nem autónoma, mas sim um espaço social

densamente permeado por hierarquias de classe que moldam o acesso, a visibilidade e o valor simbólico atribuído a diferentes grupos de pessoas.

A interpretação sociológica do desporto como um fenómeno social significativo é ainda reforçada pela sua crescente proeminência económica e organizacional, dizem Montazeri et al. (2017), que observam que a indústria do desporto emergiu como um dos «novos e eficazes atores» nos mercados nacionais e internacionais, combinando uma mobilização simbólica considerável com uma influência económica substancial em termos de geração económica. Este duplo estatuto simbólico e económico confere uma maior visibilidade às organizações desportivas e, concomitantemente, amplifica a sua responsabilidade nas relações com os *stakeholders*, reforçando assim a necessidade imperativa de integrar considerações de Responsabilidade Social nas suas atividades principais (Montazeri et al., 2017). Nesse sentido, o desporto funciona simultaneamente como um reflexo de dinâmicas sociais mais amplas e como um agente ativo na produção de valores, comportamentos e expectativas sociais, o que justifica a sua posição privilegiada na análise sociológica.

Nesta ordem de ideias, o desporto é também concebido como um domínio particularmente fértil para o empreendedorismo e a inovação social. Ratten (2010) avança uma teoria do «empreendedorismo baseado no desporto» que concebe o desporto como um contexto distinto para o desenvolvimento de novos produtos, serviços e modelos organizacionais que integram objetivos económicos e sociais. Ao destacar os processos de inovação, reconhecimento de oportunidades e criação de valor em ambientes desportivos, Ratten (2010) demonstra que o desporto oferece condições específicas que propiciam o aumento do potencial para iniciativas empreendedoras com um impacto social abrangente. Esta perspetiva reforça ainda mais a compreensão do desporto, de um ponto de vista sociológico, como um campo em que as lógicas de mercado, os projetos de intervenção social e os processos de construção de identidade se cruzam e se moldam mutuamente.

2.3. Desporto institucional vs. desporto comunitário

Estabelecer uma distinção entre desporto institucional e desporto comunitário é um ponto central para compreender as formas como o desporto é organizado, governado

e dotado de significado social. Pfister (2024) afirma que o desporto institucional está predominantemente associado a estruturas formalizadas (federações, ligas profissionais, clubes profissionais, comités e órgãos governamentais) caracterizadas por uma racionalização burocrática avançada, gestão profissional e um forte alinhamento com lógicas orientadas para o mercado e para o desempenho. Essas entidades operam em ambientes caracterizados por altos níveis de exposição nos meios de comunicação social e, muitas vezes, dependência financeira, quanto a patrocínios, direitos de transmissão e receitas comerciais, que tendem a privilegiar o sucesso competitivo e a sustentabilidade económica, mesmo quando enquadrados em discursos de serviço público e Responsabilidade Social.

Em contrapartida, o desporto comunitário está amplamente integrado em associações locais, iniciativas de bairro, clubes amadores e programas de orientação social, onde a ênfase principal recai sobre a participação, a inclusão e a coesão social, em vez da maximização dos resultados competitivos. Neste contexto, o desporto funciona menos como um produto comercial e mais como uma prática social integrada na vida quotidiana da comunidade.

Bale (2003) aprofunda a tensão entre o desporto institucional e o desporto comunitário, através da sua investigação e conceptualização sobre a dimensão geográfica do desporto. O desporto institucional é geralmente organizado em torno de infraestruturas de média a grande escala que funcionam como “paisagens de poder”, e materializam as relações entre o capital e o planeamento urbano. Essas infraestruturas estão frequentemente situadas no âmbito de estratégias mais amplas de regeneração urbana ou desenvolvimento imobiliário, refletindo muitas vezes prioridades políticas e económicas que vão além das necessidades imediatas das populações locais.

Uma vez mais, o desporto comunitário, em contrapartida, tende a desenvolver-se em espaços de menor escala, que são apropriados pelos residentes como recursos para a prática informal, e, que por sua vez, alavancam a interação social e o sentimento de pertença local.

Esta dicotomia, aplicada ao ponto de vista da Responsabilidade Social, resulta em que as organizações desportivas profissionais, emblemáticas do desporto institucional, tenham integrado cada vez mais a RSC nos seus quadros estratégicos, implementada

através de programas estruturados por Fundações próprias. Das 33 Sociedades Desportivas das competições da Liga Portugal, 7 têm Fundações próprias, nomeadamente o FC Porto (Fundação FC Porto), Sporting CP (Fundação Sporting), SL Benfica (Fundação Benfica), Santa Clara (Fundação Campo Aço), Estrela Amadora (Fundação Tricolor), Marítimo M. (Fundação Marítimo Centenário) e SCU Torreense (Fundação Torreense). As campanhas das Sociedades Desportivas são monitorizadas pela FFLP mensalmente, aos níveis da Sustentabilidade Ambiental, Proteção de valores, Saúde e Proteção, Formação e Educação, Apoio Social e Combate à Fome. No entanto, estas iniciativas são frequentemente concebidas dentro de modelos organizacionais moldados por racionalidades instrumentais, tais como a gestão da reputação, o reforço da marca e a fidelização dos adeptos. Pfister (2024) observa ainda que, embora o discurso da RSC no desporto institucional enfatize frequentemente valores normativos como igualdade, cidadania e *fair play*, estes princípios nem sempre se traduzem em práticas consistentes no que diz respeito à distribuição de recursos e acesso à participação.

Já o desporto comunitário tende a conceber a Responsabilidade Social não como uma função auxiliar, mas como uma dimensão inerente à própria prática desportiva. As iniciativas comunitárias são geralmente construídas por avaliações de necessidades ascendentes, priorizando o envolvimento dos participantes, a acessibilidade económica e a relevância cultural. Enquanto o desporto institucional comunica frequentemente a RSC através de narrativas corporativas unidirecionais, a legitimidade das iniciativas desportivas comunitárias deriva principalmente da proximidade relacional e da perceção dos participantes de benefícios concretos nas suas vidas quotidianas (Pfister, 2024).

Walzel et al. (2018) observam que a relação direta entre o desporto institucional e comunitário é frequentemente mediada por programas de RSC que funcionam como pontes simbólicas e operacionais entre organizações de alto nível de profissionalização e as comunidades. Esses programas mobilizam o capital imaterial dos clubes profissionais (identidade da marca, a visibilidade nos meios de comunicação social e os atletas) para atrair participantes e parceiros. No entanto, os mesmos são normalmente concebidos e controlados dentro de estruturas organizacionais hierárquicas, nas quais as comunidades são posicionadas mais como beneficiárias do que como coprodutoras de iniciativas. Bale (2003) destaca que essa assimetria também se expressa espacialmente quando clubes poderosos estabelecem centros de atividade em áreas periféricas, acabando por gerar

fluxos desiguais de recursos, símbolos e expectativas entre diferentes periferias sociais. Segundo Pfister (2024), tal dinâmica pode criar simultaneamente oportunidades de acesso ao desporto e riscos de instrumentalização, dependendo do grau de participação local genuína na definição de objetivos e avaliação de resultados.

Apesar destes contrastes, a distinção entre desporto institucional e comunitário não deve ser interpretada como uma dicotomia rígida. Em vez disso, é mais precisamente entendida como uma sucessão marcada por uma crescente hibridização. Walzel et al. (2018) observaram que algumas organizações profissionais começaram a incorporar elementos tradicionalmente associados ao desporto comunitário nas suas estratégias de RSC, entre outros, a coprodução com parceiros regionais, a atenção às necessidades específicas das populações locais vulneráveis e uma preocupação crescente com o impacto social mensurável nas mesmas. Por outro lado, como observa Pfister (2024), certas iniciativas comunitárias adotaram estruturas de gestão mais profissionalizadas, KPIs e parcerias com entidades desportivas de elite, sem necessariamente perderem a sua integração local. Como sugere a análise geográfica de Bale (2003), estas configurações híbridas revelam espaços em que as lógicas institucionais e comunitárias se cruzam, refletindo a dinâmica social, espacial e organizacional em evolução do desporto contemporâneo.

3. Capital social: teorias e operacionalização

Nas últimas décadas, o capital social consolidou a sua posição enquanto conceito fundamental na análise de como as relações sociais e as redes de interação moldam os processos de desenvolvimento e a coesão social. De um modo lato, o capital social refere-se aos recursos que os indivíduos e grupos acumulam em virtude das suas conexões sociais, abrangendo assistência material, apoio emocional, acesso à informação, influência política e oportunidades económicas (Putnam, 1995). O conceito destaca, assim, a importância da integração relacional, enfatizando que as normas e padrões de conexão social podem ser tão importantes quanto os recursos económicos e educacionais na estruturação das oportunidades de vida. A este respeito, o capital social introduz uma dimensão relacional na análise da desigualdade e do desenvolvimento, apontando que os recursos não são distribuídos apenas entre os indivíduos, mas também estão integrados nas estruturas de rede e nas relações de confiança de contextos sociais específicos.

As origens conceptuais e a subsequente difusão do capital social estão intimamente associadas às contribuições de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Bourdieu (1986) conceptualiza o capital social como o agregado de recursos (reais ou potenciais) que possam estar ligados ao estabelecimento de uma rede duradoura de relações institucionalizadas de saber mútuo e reconhecimento, destacando assim o seu papel na reprodução das hierarquias sociais e das relações de poder. Coleman (1988), por outro lado, aborda o capital social como um atributo funcional das estruturas sociais, consistindo em obrigações, expectativas, normas e confiança que surgem das relações sociais e facilitam a ação coordenada. Já Putnam (1995) avança uma interpretação a um nível mais macro, associando o capital social a padrões de interação cívica, confiança interpessoal e vida associativa que sustentam a eficácia institucional e a qualidade democrática. Embora distintas analiticamente, as três perspetivas convergem ao atribuir às relações sociais o papel principal na criação e/ou restrição de oportunidades, e resultados coletivos. A adoção generalizada do conceito reflete, em parte, a necessidade de explicar fenómenos sociais que não podem ser satisfatoriamente explicados apenas por variáveis económicas ou institucionais. Simultaneamente, o capital social tem ganhado destaque nos discursos sobre políticas públicas e desenvolvimento, onde pode contribuir para informar intervenções em áreas diversas, como redução da pobreza, saúde pública, regeneração urbana e integração social de grupos vulneráveis. Nesta utilização orientada

para as políticas, o «tecido social» é concebido não apenas como um cenário de fundo, passivo, mas como um recurso ativo que pode ser cultivado e mobilizado para apoiar objetivos coletivos.

Apesar da sua influência considerável, o capital social continua a ser um conceito contestado e analiticamente complexo. Tradições teóricas divergentes, adaptadas à contemporaneidade, enfatizam diferentes dimensões e implicações, com algumas destacando a sua capacidade de facilitar a cooperação e a ação coletiva, enquanto outras chamam a atenção para o seu potencial de reproduzir exclusão e desigualdade, particularmente onde redes densas ou fechadas servem para consolidar privilégios e marginalizar indivíduos. Para além disso, a multidimensionalidade abrangida pelo conceito (dimensão estrutural, relacional e cognitiva) complica os esforços para delinear fronteiras conceptuais claras entre o capital social e noções relacionadas, incluindo coesão social, apoio social e participação cívica. Os debates contemporâneos sobre o capital social são, portanto, caracterizados por desafios conceptuais e metodológicos significativos. Conceitualmente, persistem questões sobre a sua distinção de outras formas de capital, o estatuto analítico dos laços negativos ou prejudiciais e até que ponto o capital social pode funcionar simultaneamente como um recurso e uma restrição. Metodologicamente, a natureza inerentemente relacional do capital social torna difícil a sua observação direta, exigindo o uso de indicadores *proxy*. A seleção e agregação desses indicadores podem produzir representações divergentes da realidade social, complicando ainda mais a análise empírica, desafios esses que ajudam a explicar por que o capital social continua a ser um quadro analítico altamente influente e um objeto persistente de crítica, exigindo abordagens teoricamente fundamentadas e sensíveis ao contexto para sua aplicação (Bourdieu, 1986; Coleman, 1988; Putnam, 1995).

3.1. *Bonding, bridging e linking social capital*

O capital social pode ser dividido conceptualmente entre *bonding* (vínculo), *bridging* (ponte) e *linking* (ligação) *social capital*, e adquiriu especial relevância como forma de captar a heterogeneidade dos laços sociais e as suas implicações diferenciadas para os indivíduos, as comunidades e os sistemas sociais mais alargados. Claridge (2018) argumenta que esta tipologia tripartida permite ir além de compreensões monolíticas ou

indiferenciadas do capital social, demonstrando que as configurações relacionais variam em seu grau de abertura, intensidade e verticalidade, pelo que essas variações geram resultados sociais distintos e, por vezes, até contraditórios. Na mesma linha, Szreter & Woolcock (2004) defendem que uma análise verdadeiramente rigorosa do capital social, exige a consideração conjunta das dimensões vínculo, ponte e ligação, sob pena de se perder de vista a forma complexa como as redes comunitárias e as estruturas institucionais se articulam na produção de inclusão e bem-estar ou, inversamente, exclusão.

O *bonding social capital* refere-se à criação e estabelecimento de laços densos e fortes entre indivíduos que partilham características sociais determinantes (por exemplo, membros da família comuns, vizinhos próximos ou membros do mesmo grupo étnico ou religioso, amizade, etc.). Estes laços são tipicamente caracterizados por altos níveis de confiança, intimidade emocional e reciprocidade, e geram relações de apoio mútuo e solidariedade dentro destes grupos relativamente homogêneos. Claridge (2018) conceptualiza o *bonding social capital* como um mecanismo que reforça as identidades coletivas e o sentimento de pertença, proporcionando segurança emocional, assistência prática em situações de vulnerabilidade e formas informais de regulação social. Também níveis elevados deste indicador estão associados a uma maior resiliência da comunidade e a indicadores mais favoráveis de saúde percebida, particularmente em contextos marcados por adversidades sociais ou económicas (Poortinga, 2012). No entanto, tanto Claridge (2018) como Szreter & Woolcock (2004) enfatizam a possibilidade de haver uma ambivalência na sua natureza: a mesma coesão que oferece proteção e apoio também pode promover o isolamento social de grupo, a exclusão de estranhos, o enraizamento de preconceitos, práticas clientelistas e resistência a mudanças sociais mais amplas.

O *bridging social capital*, por outro lado, denota laços sociais que conectam indivíduos e grupos através de linhas de diferenças sociais, ou seja, divergências em quesitos como classe social, etnia, religião, género ou afiliação territorial. Embora esses laços sejam geralmente mais fracos e menos intensos emocionalmente do que aqueles associados ao vínculo, são de crítica importância para conseguir ter acesso a informações novas, expandir oportunidades e facilitar a cooperação entre grupos socialmente heterogêneos. Claridge (2018) caracteriza o *bridging social capital* como sendo de natureza fundamentalmente horizontal, ligando mundos sociais diversos e contribuindo assim para a redução da fragmentação e polarização sociais. Os autores Coffé & Geys

(2007) dão uma ênfase mais pronunciada a este conceito, pelo que grupos com membros socialmente heterogêneos tendem a gerar níveis mais elevados de capital social (ponte), enquanto associações altamente homogêneas reforçam predominantemente os laços de vínculo. Szreter & Woolcock (2004) argumentam ainda que as sociedades dotadas de um *bridging social capital* substancial estão mais bem equipadas para promover formas inclusivas de consenso social e desenvolver políticas públicas que reflitam e incluam os interesses e as necessidades de diversos grupos populacionais, uma vez que as redes alargadas facilitam o diálogo e o reconhecimento mútuo.

Por fim, o *linking social capital* introduz uma dimensão vertical à análise, referindo-se às relações que conectam indivíduos e as suas comunidades a instituições e atores que exercem poder e autoridade sobre os recursos, ao contrário dos tipos de capital social abordados anteriormente. O *linking social capital* é indispensável para compreender por que razão as comunidades com forte coesão interna podem, no entanto, permanecer estruturalmente marginalizadas na ausência de ligações eficazes a instituições capazes de redistribuição, regulação e prestação de serviços (Szreter & Woolcock, 2004). Poortinga (2012) suporta este argumento, demonstrando que níveis mais elevados de *linking social capital* estão associados a melhores resultados na qualidade de vida em geral das pessoas, particularmente quando os indivíduos se percebem como tendo voz e influência nos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas quotidianas, o que fortalece a confiança institucional e a legitimidade percebida.

A interação entre os três tipos de capital social é, portanto, crucial para compreender os efeitos sociais mais amplos dos recursos relacionais. Novamente, Szreter & Woolcock (2004) propõem que configurações equilibradas dessas três dimensões tendem a sustentar sistemas sociais mais inclusivos, equitativos e resilientes, enquanto desequilíbrios (por exemplo, um forte vínculo na ausência de pontes e ligações) podem exacerbar a fragmentação social e a desigualdade. Esta perspetiva é reforçada por Claridge (2018), que argumenta que o capital social deve ser avaliado em termos funcionais e não puramente quantitativos: o ponto em questão não é o volume total de redes, mas a sua composição e consequências para diferentes grupos sociais. Abandonando a dimensão comunitária e ascendendo a um nível nacional, Chu et al. (2018) demonstram que os vínculos, as pontes e as ligações constituem dimensões analítica e empiricamente distintas, cada uma captando aspetos complementares do

ambiente social. Do ponto de vista metodológico, esta distinção tripartida tem implicações significativas para a operacionalização e medição do capital social. Os *bonding* e *bridging social capital* podem ser empiricamente aproximados através de análises das estruturas de filiação organizacional, particularmente o grau de homogeneidade ou heterogeneidade social entre os participantes, bem como os padrões de envolvimento individual em diferentes tipos de redes (Coffé & Geys, 2007). Poortinga (2012) utiliza inquéritos populacionais para construir indicadores separados de *bonding*, *bridging* e *linking*, com base em medidas de confiança, apoio social, participação comunitária e influência política percebida, e demonstra as suas associações diferenciadas com resultados em vários parâmetros. Já a um nível mais macroestrutural, Chu et al. (2018) mostram que é possível desenvolver índices nacionais compostos pelos três tipos de capital social, combinando dados de inquéritos internacionais em grande escala (por exemplo o *World Values Survey*) com indicadores institucionais, o que também possibilita análises comparativas do papel do capital social entre países e contextos sociais.

3.2. Indicadores e medidas do capital social em contexto comunitário

A medição do capital social em contextos comunitários constitui, há muito tempo, um desafio metodológico e conceptual central na literatura, na medida em que requer a tradução de um conceito profundamente sensível ao contexto em indicadores empiricamente observáveis. Uma das tentativas mais influentes de sistematização neste domínio é apresentada por Grootaert et al. (2004), que desenvolveram o Questionário Integrado para a Medição do Capital Social (SC-IQ) para aplicação em inquéritos ao nível comunitário, particularmente em contextos de países em desenvolvimento. Este instrumento operacionaliza o capital social em seis domínios: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão social e inclusão; e empoderamento e ação política. Uma análise que articule os seis, proporciona um quadro abrangente através do qual podem ser captadas diversas manifestações de capital social. Através de conjuntos estruturados de itens, o SC-IQ permite a avaliação sistemática da densidade associativa, frequência de interação, confiança percebida, normas de reciprocidade e envolvimento em iniciativas coletivas, o que permite construir

uma base analítica robusta para conceber o capital social como um recurso comunitário incorporado em configurações relacionais concretas.

Apesar do valor analítico de tais instrumentos, estudos mais recentes têm sublinhado a necessidade de uma reflexão crítica sustentada sobre o que está, de facto, a ser medido através dos indicadores de capital social. Nessa ordem de ideias, Carrillo Álvarez & Riera Romaní (2017) sugerem que há estudos que privilegiam subconjuntos específicos de indicadores, o que pode resultar em operacionalizações heterogêneas e, às vezes, apenas parcialmente comparáveis do conceito. Os autores argumentam que a seleção de indicadores deve estar explicitamente alinhada com a definição teórica de capital social adotada e com o nível de profundidade de análise em consideração. Nesse sentido, sublinham a importância de distinguir analiticamente entre as, já referidas, dimensões estruturais, relacionais e cognitivas. Essa perspectiva reforça a visão de que os instrumentos de medição são inerentemente carregados de teoria, em vez de ferramentas neutras, uma vez que seu desenho e aplicação moldam as representações empíricas e os diagnósticos do capital social dentro de comunidades específicas.

Dentro deste debate metodológico mais amplo, o instrumento desenvolvido por Lee et al. (2013) constitui uma adaptação particularmente relevante da medição do capital social ao domínio do desporto e da avaliação do impacto social, sendo este um dos cinco domínios específicos da escala proposta pelos mesmos. Esta dimensão do capital social é operacionalizada por meio de indicadores que capturam as relações baseadas na confiança entre os participantes, a expansão e diversificação das redes, as práticas cooperativas nas atividades desportivas e as formas percebidas de apoio comunitário associadas à participação no programa. Esta abordagem exemplifica como os princípios gerais subjacentes à medição do capital social em contextos comunitários, como articulados por Grootaert et al. (2004) e criticamente examinados por Carrillo Álvarez & Riera Romaní (2017), podem ser especificados e adaptados de forma significativa a um contexto setorial. Ao fazê-lo, permite-se uma avaliação mais precisa da medida em que os projetos e iniciativas no âmbito desporto contribuem para o cultivo de recursos relacionais que sustentam o capital social.

4. Perspetivas organizacionais e de gestão do desporto

A análise das perspetivas organizacionais e de gestão na vasta área onde se enquadra o desporto requer uma atenção constante à forma como as estruturas institucionais, os mecanismos de governação e os modos de intervenção se articulam com objetivos mais amplos de desenvolvimento e coesão social. Neste quadro analítico, o desporto já não pode ser concebido apenas como uma forma de entretenimento ou como uma esfera de prática competitiva. Pelo contrário, é cada vez mais entendido como um recurso de política pública e um instrumento estratégico de intervenção social, cujos efeitos são profundamente moldados por decisões organizacionais. Estas decisões abrangem, entre outras coisas, a conceção de programas e infraestruturas, e a configuração de parcerias e redes de colaboração. As organizações desportivas, particularmente as que estão territorialmente enraizadas, funcionam como agentes mediadores entre as lógicas institucionais, políticas, económicas e regulatórias, e as dinâmicas sociais locais, pelo que exercem uma influência decisiva nas oportunidades disponibilizadas para diferentes grupos populacionais, onde as pessoas se encontram e participam em atividades coletivas, potencializando o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas.

É precisamente nesta confluência entre a gestão do desporto e a Responsabilidade Social que um determinado conjunto de questões interrelacionadas assume particular relevância. A coesão social, frequentemente articulada como um objetivo explícito das políticas desportivas contemporâneas, refere-se à capacidade das organizações desportivas organizadas de promover uma interação significativa entre as diferenças sociais, reforçar o sentimento de pertença e contrariar os processos de fragmentação territorial e social. Simultaneamente, as microinfraestruturas urbanas desportivas localizadas no espaço público funcionam como espaços de sociabilidade quotidiana, cujo potencial integrador depende não só da sua conceção material e acessibilidade, mas também dos modelos de gestão e estratégias de promoção através das quais são ativadas.

No que diz respeito às populações mais jovens, o desporto, sendo recorrentemente mobilizado como um contexto privilegiado para a socialização e o desenvolvimento de competências transferíveis, integra objetivos formativos e preventivos num único quadro institucional. Por fim, os acordos de governação baseados em parcerias, particularmente aqueles que envolvem entidades públicas, organizações desportivas e atores privados ou

do setor social, tornaram-se um modelo cada vez mais prevalente na organização do desporto comunitário. Tais acordos colocam as questões de coordenação interinstitucional, atribuição de responsabilidades, prestação de contas e sustentabilidade a longo prazo das intervenções no centro da mesa, sublinhando o carácter inerentemente relacional e organizacional do desporto como veículo de desenvolvimento social.

4.1. Coesão social: definições, dimensões e indicadores

A coesão social tornou-se um conceito analítico fundamental para compreender a capacidade das sociedades e comunidades de manter a união, a cooperação e a confiança mútua em contextos marcados pela diferenciação social e pelo potencial conflito (Jenson, 2010). Na teoria social contemporânea e na investigação orientada para as políticas, o conceito é comumente mobilizado para captar as condições relacionais e normativas que permitem que a vida coletiva perdure, acomodando a diversidade. Chan et al. (2006) construíram uma das formulações mais influentes, definindo a coesão social como um «estado de coisas» que reflete a qualidade das relações verticais e horizontais entre os membros de uma comunidade (ou sociedade). Este estado manifesta-se através de dimensões ‘atitudinais’, entre elas a confiança interpessoal e institucional, o sentimento de pertença e a aceitação de normas partilhadas, bem como de expressões comportamentais, onde se incluem a vontade de participar em atividades que contribuem para o bem-estar coletivo. Esta definição tem duas implicações analiticamente significativas. Em primeiro lugar, sublinha que a coesão social não é um ideal abstrato ou puramente normativo, mas uma condição empiricamente observável que se materializa em padrões concretos de relações sociais, atitudes e práticas. Em segundo lugar, dissocia explicitamente a coesão social das noções de homogeneidade social, reconhecendo a persistência das diferenças sociais, culturais e étnicas, desde que estas sejam enquadradas em princípios partilhados de respeito, justiça e inclusão (Chan et al., 2006). É uma distinção é particularmente relevante no contexto nas sociedades plurais contemporâneas, onde a coesão deve ser entendida como compatível com a diversidade, em vez de dependente da sua eliminação.

A fim de tornar este «estado de coisas» analiticamente tratável, a literatura tem procurado desagregar a coesão social num conjunto de dimensões que se articulam entre

si. Forrest & Kearns (2001) propõem um quadro que abrange variáveis como a participação na vida pública, o sentimento de pertença e identidade local, a inclusão social e a ausência de exclusão, o reconhecimento e respeito pela diversidade e as percepções de segurança e ordem social. Nesta perspectiva, a coesão social vai além da mera existência de redes comunitárias ou reservas de capital social. Diz respeito à medida em que essas redes se traduzem em experiências vividas de pertença e oportunidades significativas de participação, em ambientes quotidianos percebidos como justos e seguros. Chan et al. (2006) convergem com esta abordagem, enfatizando que a coesão é moldada não só pela força dos laços dentro de cada “grupo”, mas também pela qualidade das relações entre diferentes “grupos” e pela legitimidade e justiça percebidas das instituições que estruturam essas relações. Mais recentemente, Aruqaj (2023) apresentou um modelo integrativo que reúne as dimensões da confiança social, integração e pertença, inclusão e justiça social e participação cívica. Ainda argumenta que a coesão social emerge da articulação entre estes componentes, e não de qualquer dimensão isolada.

A relevância destes debates conceituais torna-se particularmente pronunciada em relação ao desporto, que tem vindo a ser cada vez mais posicionado como um veículo para promover a coesão social e a inclusão (Theeboom et al., 2021). Estes argumentam que as iniciativas desportivas comunitárias estão frequentemente imbuídas de expectativas quanto à sua capacidade de fortalecer os laços sociais entre grupos marginalizados. No entanto, alertam que tais resultados não são automáticos nem inerentes ao desporto em si, mas dependem dos contextos organizacionais e dos mecanismos de governação através dos quais o desporto é praticado. Deste ponto de vista, a coesão social deve ser entendida não como um subproduto intrínseco da participação, mas como um processo relacional que é ativamente produzido através de intervenções baseadas no desporto. Esta preocupação é partilhada por Raw et al. (2022), que examinam criticamente os programas que operam sob o rótulo de «desporto para a coesão social», e apontam que, no desporto, a coesão social está, frequentemente, presente de forma ampla e pouco específica, funcionando como um termo normativo abrangente que agrega uma vasta gama de objetivos.

Essa imprecisão conceitual gera dificuldades práticas. Por um lado, complica a conceção de intervenções alinhadas com mecanismos de mudança claramente definidos e dificulta uma avaliação robusta, uma vez que não fica claro quais as dimensões da

coesão social que estão a ser visadas ou transformadas. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de importar a clareza conceitual e a especificidade dimensional desenvolvidas na literatura mais ampla sobre coesão social para a investigação e a prática relacionadas ao desporto, a fim de evitar que o conceito seja reduzido a uma aspiração retórica (Raw et al., 2022).

Os estudos anteriormente abordados concentram-se cada vez mais na identificação de indicadores capazes de capturar empiricamente a referida natureza multidimensional da coesão social. Por sua vez, Aruqaj (2023) propõe um modelo por níveis que abrange dimensões individuais e comunitária, combinando indicadores de confiança interpessoal e institucional, pertença e identificação com a comunidade, percepções de inclusão e justiça social, padrões de participação cívica e envolvimento coletivo. Já Forrest & Kearns (2001), com base na análise ao nível comunitário, sugerem a utilização indicadores operacionais, enquanto Chan et al. (2006) defendem que qualquer estratégia de medição robusta deve integrar tanto os tais indicadores atitudinais, como indicadores comportamentais. No desporto, Raw et al. (2022) observam que muitas iniciativas dependem de indicadores indiretos, sendo estes, por exemplo, taxas de participação, diversidade demográfica entre os participantes ou relatos qualitativos de uma «atmosfera comunitária» melhorada. Embora não sejam desprovidos de valor, tais indicadores correm o risco de simplificar excessivamente os complexos processos relacionais através dos quais a coesão é produzida. Este argumento, em consonância com Theeboom et al. (2021), sublinha a importância de ancorar a medição e avaliação das intervenções baseadas no desporto em quadros de coesão social teoricamente fundamentados. Tal permite uma avaliação mais sistemática e analiticamente robusta da medida em que as iniciativas desportivas contribuem genuinamente para o reforço da inclusão e da vida coletiva nas comunidades.

4.2. Microinfraestruturas urbanas como catalisadores de sociabilidade no espaço público

Estudos recentes sobre espaço público e infraestrutura social têm cada vez mais destacado o papel das microinfraestruturas urbanas desportivas (pequenos campos de jogo, *skateparks*, equipamentos de exercício ao ar livre, etc.) como catalisadores

essenciais da sociabilidade quotidiana nas cidades contemporâneas (Layton & Latham, 2022). Os autores defendem que, quando efetivamente integradas no tecido urbano, essas instalações funcionam como formas de “infraestrutura social”, entendidas como suportes materiais e espaciais que possibilitam, estruturam e sustentam a vida pública. Ao invés de se cingirem à sua finalidade recreativa ou desportiva, essas infraestruturas organizam ritmos de encontro e copresença entre utilizadores que, de outra forma, poderiam permanecer social e espacialmente desconectados. Essa lente analítica, reestrutura as microinfraestruturas urbanas desportivas como dispositivos socio-espaciais que estruturam ativamente oportunidades de contato intergeracional, intercultural e interclassista, promovendo a produção de laços fortes, processos de reconhecimento mútuo e um senso compartilhado de pertença territorial (Layton & Latham, 2022).

No entanto, a capacidade destas microinfraestruturas para promover a sociabilidade e contribuir para a coesão social não é automática e pode não ser uniforme, uma vez que depende de uma complexa interação entre as suas características físicas e os padrões reais de apropriação e utilização. Numa revisão sistemática que examina a relação entre pequenos espaços verdes urbanos e coesão social, Wan et al. (2021) demonstram que características como acessibilidade, design, qualidade de construção e manutenção estão consistentemente associadas a maiores frequências de utilização, uma maior heterogeneidade dos perfis dos utilizadores e maiores oportunidades de interação informal entre indivíduos que, em outros contextos, provavelmente não interagiriam. Sintetizando as evidências apresentadas, os autores propõem um modelo conceitual no qual os atributos materiais do espaço moldam as percepções de segurança e atratividade, que por sua vez influenciam as práticas sociais e os padrões de utilização, afetando em última instância os níveis de coesão social (Wan et al., 2021). Este quadro verifica-se para as microinfraestruturas relacionadas com o desporto no espaço público, uma vez que sublinha que o seu potencial como motores de sociabilidade reside não apenas no fornecimento de equipamento, mas também na forma como esse equipamento é concebido mantido, de modo a incentivar a utilização rotineira e inclusiva por diversos grupos sociais.

Um tema recorrente nesta literatura diz respeito à disjunção entre as intenções normativas subjacentes aos projetos desportivos urbanos e as realidades vividas da sua utilização quotidiana. Hjort et al. (2018), com base no acompanhamento de dois espaços

desportivos e recreativos urbanos desenvolvidos em Copenhaga, revelam que as intervenções são frequentemente concebidas com objetivos ambiciosos relacionados com a promoção da atividade física e a interação social, mas na prática ficam aquém dessas aspirações. Este desalinhamento é atribuído a fatores como a ausência de participação comunitária em fases chave do processo e a priorização de considerações estéticas, simbólicas ou de marca em detrimento das necessidades dos, efetivamente, futuros utilizadores. O planeamento e o design de espaços desportivos públicos devem basear-se em conhecimentos interdisciplinares (planeamento urbano, saúde pública, estudos sociodemográficos e sociologia do lazer) e ser complementados por mecanismos sustentáveis de envolvimento dos utilizadores, a fim de alinhar os objetivos institucionais com as práticas reais de utilização e sociabilidade (Hjort et al., 2018).

4.3. Socialização e desenvolvimento de competências transversais entre a população jovem

O desporto, como já referido, tem sido progressivamente reconhecido como um contexto privilegiado para a socialização positiva da população jovem, funcionando como espaço de construção e desenvolvimento de identidades, onde se internalizam normas pró-sociais e se desenvolvem competências transversais transferíveis para diferentes domínios da vida, aparentemente desconexos do desporto. Holt et al. (2020) defendem que programas desportivos podem promover o *Positive Youth Development* (PYD) através dos “5 Cs” propostos por Lerner (2005): Competência (capacidades técnicas, físicas e relacionais), Confiança (autoestima e autoeficácia), Conexão (relações positivas), Carácter (valores éticos, empatia, integridade) e Compaixão/Cuidado (altruísmo e cidadania ativa). A socialização no desporto não é automática, e, falando de jovens, a situação é mais imprevisível, mas resulta de ambientes estruturados que oferecem oportunidades deliberadas para experimentar papéis variados (líder, seguidor, colaborador, competidor) e para refletir sobre como essas experiências moldam valores e comportamentos fora do contexto desportivo Holt et al. (2020).

No centro desta socialização encontram-se as competências transversais, ou *life skills*, que incluem comunicação, trabalho de equipa, liderança, gestão emocional, tomada de decisão e resiliência. Camiré et al. (2012), no seu estudo, analisam treinadores de

equipas de *high school*¹, que adotam uma abordagem que integra objetivos desportivos e de desenvolvimento pessoal através de estratégias concretas: modelar comportamentos pró-sociais, atribuir responsabilidades de liderança, discutir explicitamente a relevância das habilidades para contextos não desportivos e criar climas onde o erro é oportunidade de aprendizagem reflexiva. Como explicam os investigadores, os treinadores em questão facilitam a transferência de competências ao conectar experiências desportivas à escola e à vida familiar. Holt et al. (2020) reforçam que esta transferência requer ensino intencional e suporte adulto, uma vez que os jovens raramente conseguem sozinhos fazer a ponte entre competências adquiridas no desporto e a sua aplicação noutras esferas.

A articulação entre socialização e competências transversais no desporto juvenil depende, assim, de uma lógica organizacional que vai para além da mera prática física. Treinadores criam ecossistemas onde os jovens internalizam normas de respeito, compromisso e cooperação através de práticas quotidianas que simulam dilemas da vida real, que requeiram habilidades técnicas e competências socioemocionais (Camiré et al., 2012). Holt et al. (2020), por seu turno, sintetizam que programas bem-sucedidos que combinam os “5 Cs” com processos reflexivos, ajudam os jovens a reconhecer o valor das suas experiências desportivas para a construção de uma identidade resiliente e pró-social, capaz de navegar transições críticas como a adolescência e a entrada no mundo adulto. Estas perspetivas mostram como projetos desportivos comunitários, baseados em infraestruturas urbanas de proximidade, podem ser desenhados para maximizar o seu potencial enquanto plataformas capacitação da juventude e promoção da coesão social.

4.4. Parcerias público-privadas como modelo de governação no desporto comunitário

As PPP surgiram como um arranjo de governação, também adequado na vertente do desporto comunitário, na medida em que permitem a mobilização coordenada de recursos materiais e conhecimentos técnicos na busca de ir ao encontro de objetivos de

¹ Termo referente ao ensino secundário nos Estados Unidos, correspondendo de forma aproximada ao ensino secundário em Portugal, ainda que com diferenças estruturais relevantes no modelo educativo e extracurricular. Ao contrário do contexto português, onde a prática desportiva organizada se encontra predominantemente estruturada em torno de clubes desportivos autónomos, no sistema norte-americano o desporto juvenil está fortemente enraizado no ambiente escolar.

RSC e dos efeitos do capital social. Ao combinar os mandatos públicos de inclusão e coesão social com as capacidades do setor privado em termos de investimento, inovação e eficiência operativa, as PPP oferecem um mecanismo potencialmente poderoso para traduzir objetivos políticos normativos em intervenções concretas ao nível comunitário.

No entanto, como demonstram van den Hurk & Verhoest (2015) na sua análise do programa flamengo de infraestruturas desportivas baseado em PPP agrupadas, este modelo de governação também introduz complexidades estruturais e operacionais significativas quando aplicado ao setor desportivo. Em particular, os autores destacam como as flutuações sazonais na procura, a exigência normativa de acessibilidade universal e a pressão política para resultados sociais rápidos e visíveis geram frequentemente atrasos, custos excessivos e, em alguns casos, o abandono de projetos planeados. As conclusões sugerem que as PPP não podem ser transpostas acriticamente de outros domínios políticos, mas devem ser cuidadosamente adaptadas às lógicas institucionais e sociais específicas do desporto comunitário. Sem essa adaptação, o potencial transformador das microinfraestruturas urbanas desportivas corre o risco de ser comprometido (Hjort et al., 2018; van den Hurk & Verhoest, 2015).

No cerne dos casos de PPP bem-sucedidas está o desenvolvimento da capacidade colaborativa, entendida como o conjunto de condições relacionais e organizacionais que permitem aos parceiros navegar pelas tensões inerentes e produzir resultados sustentáveis. Misener & Doherty (2013) identificam quatro processos relacionais fundamentais que sustentam PPP eficazes no desporto comunitário: confiança, que facilita a partilha de informações e a distribuição de riscos; consistência, que reflete o alinhamento contínuo de objetivos e expectativas; equilíbrio, que denota a alocação equitativa de responsabilidades e recursos; e compromisso, entendido como investimento mútuo de longo prazo na parceria e nos seus objetivos. Em conjunto, estes processos sustentam a produção de resultados tangíveis, que incluem, naturalmente, a melhoria processual e organizacional de programas e serviços, e o aumento na visibilidade da comunidade. Fundamentalmente, os próprios processos também se articulam diretamente com os mecanismos de produção de capital social. Quando concebidas como ecossistemas de governação colaborativa, as PPP têm, assim, a capacidade de transformar infraestruturas desportivas em plataformas eficazes para a socialização dos jovens e o

desenvolvimento das suas competências transversais, desde que se baseiem em relações duradouras de reciprocidade e responsabilidade partilhada.

A legitimidade das PPP como modelo de governação no desporto comunitário depende, em última análise, da sua capacidade de demonstrar impacto social através de indicadores claros, transparentes e mensuráveis. McCullough & Trail (2023) propõem uma panóplia de Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) para avaliar as iniciativas de RSC no desporto, abrangendo medidas de impacto na comunidade, envolvimento de *stakeholders*, sustentabilidade e alinhamento estratégico. Quando aplicados às PPP, estes indicadores permitem uma avaliação sistemática para determinar se as parcerias não só desenvolvem a capacidade organizacional e colaborativa (Misener & Doherty, 2013), mas também geram os resultados relacionais e sociais que justificam a sua adoção. Nesse sentido, as PPP podem ser, de certa forma, situadas na escala de impacto social do desporto proposta por Lee et al. (2013). As PPP emergem, assim, como um instrumento de governação potencialmente eficaz para operacionalizar a RSC no desporto comunitário, desde que sejam sustentadas por processos colaborativos robustos e sujeitas a uma avaliação dos seus efeitos em termos de formação e desenvolvimento de capital e coesão social.

5. Avaliação do impacto social do desporto

A par do crescimento exponencial do desporto e do vasto ecossistema que o circunda nas últimas décadas, a avaliação do seu impacto social do desporto tornou-se um requisito cada vez mais central na conceção e implementação de programas desportivos orientados para a intervenção comunitária. Observando para além das abordagens avaliativas limitadas às taxas de participação, a avaliação do impacto social procura compreender sistematicamente tanto a extensão como os mecanismos através dos quais as intervenções desportivas contribuem para transformações nas relações sociais e trajetórias de vida individuais, especialmente, em territórios caracterizados por vulnerabilidades estruturais e sociais, onde os benefícios presumidos do desporto são frequentemente invocados como instrumentos de mudança social. Assim, o foco avaliativo já não se limita a determinar se a participação no desporto aumenta, mas é direcionado para a natureza, profundidade e sustentabilidade das mudanças produzidas ao nível do capital social nas comunidades.

Existe, portanto, a relevância e a preocupação em examinar como os referidos efeitos sociais são medidos empiricamente, enquanto se questiona os modelos teóricos e os instrumentos de avaliação atualmente utilizados, bem como os pressupostos normativos em que se baseiam. Parte do reconhecimento de que o desporto tem sido recorrentemente dotado da promessa de agir como uma panaceia para desafios sociais complexos, e que, na ausência de quadros de avaliação robustos e teoricamente informados, essa promessa corre o risco de se cristalizar num discurso mobilizador que é retoricamente persuasivo, mas pouco fundamentado. Ao destacar os debates em torno da medição dos resultados sociais e das condições contextuais em que o desporto pode (ou não) gerar impactos sociais desejáveis, o capítulo procura estabelecer uma base analítica rigorosa para a avaliação crítica das iniciativas desportivas comunitárias e para o desenvolvimento de modelos de avaliação capazes de captar a sua complexidade inerente.

5.1. Modelos e instrumentos de avaliação do impacto social do desporto

Como detalhado anteriormente, a avaliação do impacto social do desporto transcende a mera quantificação de *outputs* físicos ou participativos, postulando a necessidade de modelos que capturem os efeitos identitários e transformadores inerentes

à sua natureza comunitária. Como também já abordado, Lee et al. (2013) propõem um instrumento que abrange cinco domínios, sendo estes, capital social, identidades coletivas, literacia em saúde, bem-estar subjetivo e capital humano, cujas escalas (CFA confirmada, $\alpha > .80$) demonstram robustez psicométrica em contextos de desporto comunitário. Detalhando um pouco mais sobre este modelo, o mesmo sublinha que o impacto não reside em métricas unidimensionais, mas na articulação de ganhos individuais (por exemplo, *transferable life skills*) com benefícios coletivos (por exemplo, criação de redes de confiança). Complementarmente, Vierimaa et al. (2012) desenvolvem um *framework* para o PYD no desporto, medindo os “5Cs” (Lerner, 2005) através de relatórios múltiplos (*coach/self/peer*), enfatizando a estrutura hierárquica onde *micro outcomes* individuais se agregam para um desenvolvimento generalizado.

Modelos económicos como o *Social Return on Investment* (SROI) emergiram como ferramentas particularmente adaptadas para monetizar estes impactos intangíveis, atribuindo valor financeiro a resultados na sociedade via envolvimento de *stakeholders* e modelos lógicos. Gosselin et al. (2020), numa revisão sistemática de 17 aplicações em intervenções desportivas, reportam *ratios* entre £1.4 e £9.4 por £1 investida, predominando domínios preventivos (obesidade, crime, etc.), mas alertam para desafios na atribuição causal e linhas de base robustas. O SROI distingue-se pela capacidade de integrar dados qualitativos em cálculos quantitativos, alinhando-se à perspectiva de Lee et al. (2013) ao valorizar capital humano e social como retornos mensuráveis.

No entanto, a literatura mais recente evidencia lacunas na conceptualização e medição rigorosa destes constructos centrais como a coesão social, frequentemente subestimada em avaliações desportivas. Moustakas & Wagner (2023), através de uma *scoping review* de 40 estudos, identificam 12 definições heterogéneas (predominantemente ‘*putnamianas*’) e predomínio de questionários não validados (70%), recomendando enquadramentos multidimensionais que combinem atitudes e comportamentos. Sharma et al. (2025) corroboram esta crítica ao testar 11 itens, medidos numa escala Likert, num (*living lab*) de *Sports for Development* (SFD) ($n = 250$),

revelando “efeitos teto” (*ceilling effects*¹) e baixa *test-retest reliability*² em itens autorreportados, mas propondo refinamentos iterativos via métodos mistos para maior validação ecológica.

Verkooijen & Delheye (2025) sintetizam estas contribuições ao defender práticas de serviço social no desporto em programas comunitários, integrando modelos lógicos com avaliação qualitativa para captar equidade e dinâmicas de poder. Este enfoque mais pragmático, ancorado em 15 casos europeus, reforça a necessidade de aplicar instrumentos adaptados a cada contexto locais, combinando escalas psicométricas (Lee et al., 2013; Vierimaa et al., 2012) com abordagens valorativas (Gosselin et al., 2020), de modo a produzir evidência acionável sem cair em reducionismos métricos.

5.2. Limites críticos e armadilhas do “Mito do desporto como solução social”

A noção de que a participação no desporto gera, automaticamente, desenvolvimento pessoal, coesão social e bem-estar comunitário constitui uma narrativa cultural generalizada que tem sido vulgarmente descrita como o «mito do desporto como solução social». Esta crença, profundamente enraizada no discurso público e na retórica política, obscurece limitações empíricas substanciais e acarreta riscos ideológicos significativos. Com base num inquérito em grande escala realizado nos Estados Unidos ($n > 10,000$), Davis & Knoester (2024) demonstram que entre 78% e 90% dos respondentes concordam com esta suposição, associando rotineiramente o desporto ao cultivo do carácter, melhoria dos resultados de saúde e ao estímulo do capital social. Notavelmente, a adesão a essa narrativa é mais forte entre os indivíduos mais intimamente ligados às culturas desportivas, como pais ou ex-atletas, independentemente das crescentes evidências empíricas que documentam resultados adversos, práticas excludentes e acesso desigual. Esse “mito do desporto como solução social” sustenta, assim, uma disjunção persistente entre a retórica aspiracional e as realidades contextuais,

¹ Os *ceiling effects* acontecem quando um teste ou medida é demasiado fácil ou limitada, fazendo com que muitos participantes atinjam a pontuação máxima ou próxima dela. Isso dificulta distinguir diferenças reais entre indivíduos ou detetar melhorias adicionais, porque já não há margem suficiente para medir progresso.

² A *test-retest reliability* é o grau de consistência dos resultados de uma medida quando o mesmo teste é aplicado às mesmas pessoas em dois momentos diferentes. Se elevada indica que o instrumento produz resultados estáveis ao longo do tempo, assumindo que a característica medida não mudou.

promovendo estruturas políticas baseadas mais em convicções normativas do que em evidências criticamente informadas.

Esta distorção ideológica é ainda mais intensificada quando o desporto de alto rendimento e até mesmo de são posicionados como instrumentos de política de saúde pública, muitas vezes sem a devida consideração das lógicas neoliberais que estruturam a sua organização e distribuição de recursos. Hardwicke et al. (2025), através de uma revisão longitudinal de duas décadas, contestam decisivamente esta suposição, demonstrando que o investimento no desporto de rendimento não aumenta os níveis de atividade física da população geral nem contribui significativamente para a redução da obesidade. Em vez disso, tais investimentos tendem a valorizar valores competitivos, sacrificiais e de soma zero, enquanto exacerbam as desigualdades socioeconómicas existentes. A este respeito, o mito funciona como um mecanismo de má alocação, desviando recursos públicos de intervenções ambientais, comunitárias e de proximidade para espetáculos desportivos elitistas cujos presumíveis *trickle down effects* permanecem empiricamente sem suporte.

Ao nível do desenvolvimento internacional e das políticas públicas, os programas de SFD reproduzem frequentemente estas mesmas falácias, dando prioridade a resultados facilmente quantificáveis (frequentemente taxas de participação ou horas de envolvimento) em detrimento de um envolvimento significativo com questões estruturais e sistémicas. Coalter (2010) constrói uma crítica incisiva ao *lobby* desportivo global, incluindo organizações como a FIFA e a ONU, por promover o SFD como uma solução voluntária e ostensivamente rentável para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sem conseguir articular mecanismos causais credíveis ou modelos de intervenção sensíveis ao contexto. Essa dependência de alegações vagas de resultados e estruturas de avaliação fracas não só prejudica a responsabilização, mas também transforma o impacto social num dispositivo amplamente retórico, sustentado pela mobilização simbólica da sociedade civil, quando deveria ser por mudanças sociais demonstráveis.

Complementando essas críticas institucionais, Darnell (2007) expõe as relações de poder subjacentes incorporadas no discurso do SFD, analisando as narrativas de voluntários envolvidos no movimento *Right to Play*. As suas conclusões revelam como intervenções aparentemente benevolentes reproduzem frequentemente relações de poder

assimétricas, reconstituindo a experiência ocidental e o tom de pele mais claro como autoridade moral sobre destinatários racializados e passivos. Sob o pretexto da inclusão e do empoderamento, tais práticas correm o risco de perpetuar formas de colonialismo simbólico que permanecem em grande parte não reconhecidas nos relatos celebrativos das iniciativas de desenvolvimento baseadas no desporto.

5.3. Síntese teórica e construção do modelo analítico do estudo

A tensão entre as expectativas atribuídas à prática desportiva como solução social e limitações avaliativas impõe um quadro analítico que funda os recursos relacionais do *bonding*, *bridging* e *linking social capital* e coesão multidimensional, plataformas materiais microinfraestruturas desportivas e o seu enquadramento no âmbito das PPP, e dinâmicas humanas na forma da socialização juvenil. Este modelo híbrido rejeita linearidades acríticas, propondo um fluxo hierárquico: *inputs* institucionais ativam *outputs* participativos que mediam *outcomes* sustentáveis, condicionados por equidade e mecanismos causais explícitos.

A operacionalização seleciona escalas psicometricamente ancoradas para coesão atitudinal/comportamental e dos "5Cs" do PYD, articulando *micro outcomes* (indivíduos) com *macro* (comunidades), sem ignorar assimetrias de poder ou falácias de atribuição. Alinha-se pela triangulação mista de questionários validados e narrativas na primeira pessoa, que superam vieses provindos de autoavaliação sem rigor.

Este constructo unificador equipa estudos empíricos com uma lente capaz de discernir impacto genuíno de narrativas aspiracionais, fornecendo uma base para hipóteses testáveis e desenhos metodológicos subsequentes. Constitui, assim, o ponto de convergência da fundamentação teórica, pronto para aplicação em intervenções desportivas comunitárias.

6. Enquadramento institucional

Este capítulo delinea o quadro institucional da relativo à organização acolhedora do estágio, um passo não só necessário, mas fundamental para compreender as condições organizacionais que apoiaram tanto a componente prática do trabalho realizado no dia a dia, como contribuíram para a concretização da dimensão de investigação associada ao projeto Footpark. A caracterização institucional estabelece o ambiente operacional em que as atividades foram realizadas, contribuindo para situar a componente de investigação dentro da dinâmica estrutural, processual e estratégica da organização.

A análise que se segue pretende esclarecer o papel da FFLP no panorama desportivo nacional, a sua arquitetura funcional e a relevância das suas principais áreas de atividade. Uma vez mais, esta contextualização é essencial para articular a ligação entre os objetivos gerais do estágio e as características estruturais da instituição, permitindo assim uma compreensão coerente de como o contexto organizacional contribuiu para a execução das atividades planeadas e para a viabilidade da investigação empírica realizada.

6.1. Apresentação da entidade acolhedora do estágio

A Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), agora conhecida como Liga Portugal (LP), é a entidade responsável pela coordenação e gestão do futebol profissional em Portugal, nomeadamente com a organização de 3 competições, a Liga Portugal Betclic (Primeira Liga), a Liga Portugal Meu Super (Segunda Liga) e a Allianz Cup (Taça da Liga), que reuniram 36 equipas profissionais de 33 clubes distintos, na temporada de 2025/26 (Liga Portugal, n.d.).

Fundada a 3 de fevereiro de 1978, sob o nome de “Liga Portuguesa de Clubes de Futebol Profissional”, a LP é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos próprios Estatutos e Regulamento, e cujo encargo evoluiu de apenas na regulamentação competitiva para uma estrutura ampla e organizada que agrega funções administrativas, técnicas, comerciais e de representação institucional dos clubes profissionais (Liga Portugal, n.d.). Esse processo de profissionalização refletiu-se na institucionalização de canais de interlocução com clubes e órgãos públicos, e na

implementação de procedimentos de governação, apoiados pelo desenvolvimento de departamentos especializados (Santos et al., 2022). São estes, atualmente: Competições; Financeiro; Controlo Económico e Licenciamento (CEL); Planeamento Estratégico; Recursos Humanos; Jurídico; Tecnologia; Comunicação, Conteúdos e Media; Apoio à Direção Executiva (DADE); Apoio aos Órgãos de Justiça (DAOJ); e Sistema de Gestão Integrado (SGI). Para além disto, a LP ainda é empresa-mãe (*holding*) das subsidiárias Fundação do Futebol, Liga Portugal Infraestruturas, Liga Portugal Comercial, Liga Portugal Centralização e Liga Portugal *Business School*. A natureza associativa da LP, como agregadora dos clubes profissionais de futebol, também devido a esta estrutura de integração horizontal, confere-lhe legitimidade representativa e disponibilidade de interlocutores estratégicos para iniciativas de âmbito setorial e social (Liga Portugal, n.d.).

A estrutura organizacional da LP organiza-se em torno de órgãos sociais de governação e de uma direção executiva responsável pela gestão corrente da instituição. No topo encontra-se o Presidente da Liga, Dr. Reinaldo Teixeira, articulando-se com a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho Jurisdicional, que asseguram as funções de deliberação, fiscalização e enquadramento estatutário. Imediatamente abaixo situa-se a Direção Executiva, que coordena e supervisiona as diferentes áreas operacionais e as várias unidades do universo LP, garantindo a implementação das orientações estratégicas definidas pelos órgãos de topo. No seu conjunto, estes serviços integram cerca de 157 colaboradores e estagiários, distribuídos pelos departamentos, que asseguram o funcionamento quotidiano da organização e o apoio às sociedades desportivas (Liga Portugal, n.d.). A atividade é centralizada na sede da Liga Portugal, localizada no edifício Arena Liga Portugal, no Porto, complementada por um escritório em Lisboa, instalado na Torre de Monsanto, em Algés, o que garante proximidade aos clubes e a parceiros institucionais, por todo o território nacional.

Em termos de cultura organizacional, a LP pauta a sua atuação por um conjunto de valores que incluem a credibilidade, a agregação, o talento e o espetáculo, frequentemente associados também a princípios como ética, transparência, desportivismo, *fair play* e integridade (Liga Portugal, n.d.). Estes valores orientam tanto a forma como as competições são organizadas, como o relacionamento com os diversos *stakeholders*, incluindo clubes, patrocinadores, órgãos de comunicação social, adeptos e

instituições públicas. A sua missão consiste em garantir a excelência da organização das competições, assegurando simultaneamente a sustentabilidade económica e financeira da instituição e dos seus associados, numa lógica de profissionalização contínua do setor. Esta missão é complementada por uma visão orientada para o objetivo de se afirmar como uma das ligas mais relevantes da Europa, alinhada com as boas práticas internacionais e capaz de valorizar económica e desportivamente o futebol profissional português (Santos et al., 2022).

Inserida neste quadro estrutural, a FFLP constitui o braço social e comunitário da organização, concretizando a intenção da Liga de formalizar, sistematizar e expandir a sua intervenção no campo da Responsabilidade Social (Fundação do Futebol, n.d.). Criada formalmente em 2018, como fundação de iniciativa privada com estatutos e Conselho de Administração próprios, a FFLP surgiu em resposta à necessidade de consolidar e profissionalizar o âmbito das iniciativas de impacto social anteriormente promovidas pela Liga Portugal, mas que até então se mantinham dispersas e inconsistentes. Tornou-se assim o veículo institucional através do qual são concebidos e implementados programas solidários (Fundação do Futebol, n.d.).

A missão da FFLP é promover o futebol como instrumento de inclusão, cidadania, saúde e desenvolvimento humano, mobilizando a sua influência cultural e social em prol das comunidades. A sua visão está orientada com vista à sua afirmação como entidade de referência, a nível nacional e internacional, na Responsabilidade Social ligada ao futebol profissional, desenvolvendo iniciativas que procurem gerar valor para a sociedade e promovam, de forma consistente, os valores inerentes ao futebol. Já os seus valores incluem a tolerância, a agregação, o respeito, a educação e o compromisso (Fundação do Futebol, n.d.).

A Fundação, embora opere em estreita colaboração com os demais departamentos da LP, mantém autonomia operacional na conceção e implementação das suas iniciativas sociais. Os seus recursos humanos incluem três gestores de projetos de Responsabilidade Social e uma coordenadora, sendo a responsável pelas atividades da FFLP a Diretora Executiva da LP, a Dr.^a Susana da Silva Curto.

O leque das atividades da FFLP abrange uma vasta gama de intervenções sociais, educativas e comunitárias, que vão desde programas de inclusão e cidadania a iniciativas

de literacia desportiva, ações de apoio comunitário, projetos de envolvimento territorial e promoção de estilos de vida ativos e saudáveis. Embora as iniciativas específicas sejam analisadas no subcapítulo seguinte, é pertinente salientar que a Fundação ocupa atualmente uma posição central na articulação da relação entre o setor do futebol profissional e o desenvolvimento social mais amplo, promovendo a utilização estratégica do futebol como veículo de coesão e participação comunitária (Fundação do Futebol, n.d.).

Assim, a sua importância institucional reflete-se ainda no impacto crescente das iniciativas, tanto no setor desportivo como na sociedade civil, muito através do estabelecimento de parcerias com autoridades locais, escolas, organizações não governamentais e empresas privadas. A FFLP tem contribuído para reforçar a presença do desporto em contextos vulneráveis, alargar o acesso a oportunidades desportivas e fomentar o desenvolvimento de projetos enraizados nas realidades locais. O seu papel reforça, assim, a conceção contemporânea de que as entidades desportivas profissionais têm uma responsabilidade direta na promoção do desenvolvimento social, atuando como catalisadores da inclusão muito através da sua capacidade de influência.

6.2. Descrição das atividades desenvolvidas no contexto do estágio

As atividades realizadas durante o estágio curricular na FFLP abrangeram um amplo espectro de programas e iniciativas de Responsabilidade Social que, em conjunto, demonstram a natureza multifacetada da intervenção da organização no ecossistema do futebol profissional. Embora os projetos difiram consideravelmente em termos de populações-alvo, contextos de implementação e objetivos operacionais, convergem na sua utilização estratégica do futebol como veículo para a inclusão social, a promoção da saúde, a cidadania e o bem-estar de todos, indo diretamente ao encontro da missão, visão e valores da Fundação. Esta secção tem como objetivo apresentar uma visão geral descritiva da génese e dos principais objetivos de cada iniciativa, sem ainda detalhar as tarefas operacionais específicas realizadas durante o estágio, que serão aprofundadas na subsecção seguinte.

Uma primeira componente estrutural da atividade da Fundação é representada pelo programa Footpark, o tema principal da componente de investigação deste

documento, apresentado mais adiante. É concebido como uma rede de microinfraestruturas urbanas desportivas de acesso livre instaladas em territórios socioeconomicamente desfavorecidos. Cada Footpark reflete o objetivo estratégico da Fundação de integrar o futebol na vida comunitária, proporcionando espaços seguros, gratuitos e multifuncionais propícios à prática desportiva informal, à interação social e à organização de atividades comunitárias. Neste contexto, as cerimónias de inauguração constituem momentos altamente simbólicos, realizadas não só para apresentar formalmente as instalações aos residentes locais, mas também para reforçar a apropriação pela comunidade e o reconhecimento público do seu objetivo social. Estes eventos envolvem as instituições parceiras, a respetiva Associação de Futebol, figuras públicas, meios de comunicação social e crianças de escolas locais, aumentando assim a visibilidade e o envolvimento local.

Um segundo eixo de atividade diz respeito à iniciativa Esta Bata tem Poderes, que visa reforçar a relação entre o futebol e os contextos de cuidados pediátricos, criando experiências interativas e de apoio emocional que contribuem para a humanização dos ambientes hospitalares e para o bem-estar psicológico das crianças doentes, internadas. As edições monitorizadas durante o estágio incluíram duas ações no Hospital de São João, no Porto, uma envolvendo jogadores profissionais do FC Porto e o embaixador da LP, Ukra, e outra integrada no programa da TVI “Há Festa no Hospital”, bem como uma ação no Hospital de Santo André, em Leiria, realizada durante a semana da *Final Four* da *Allianz Cup*. Em todas as ações, o futebol funcionou como uma linguagem simbólica de esperança para estas crianças guerreiras, mas também para os seus pais e para os profissionais de saúde.

Ainda na área da saúde, a Fundação realizou iniciativas nomeadamente pela sensibilização e prevenção dos cancros da mama e da próstata, no âmbito das campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul. Alinhando-se com movimentos internacionais de saúde, foi desenvolvida a campanha ‘Movember’, realizada no âmbito do Novembro Azul em parceria com a *Betclic*. Esta campanha teve como objetivo mobilizar os adeptos de futebol a partilharem o seu bigode nas redes sociais, revertendo, por cada partilha, 1€ para a Liga Portuguesa Contra o Cancro. Nos meses de outubro e novembro, o edifício da LP iluminou-se de rosa e azul, respetivamente, num gesto simbólico para com as causas.

Paralelamente, a Fundação estabelece mecanismos para reconhecer práticas exemplares de Responsabilidade Social implementadas pelas Sociedades Desportivas. Estas são distinguidas através da atribuição mensal de um ‘Prémio de Responsabilidade Social’ que destaca o clube cuja atividade de intervenção social demonstrou maior impacto, inovação ou alinhamento com os valores fundamentais da Fundação. Excecionalmente, no mês de outubro foi criado o prémio especial, ‘Prémio Outubro Rosa’, para reconhecer iniciativas especificamente dedicadas à sensibilização e prevenção, dado o elevado número de campanhas realizadas sobre este tema.

Ações diretas de solidariedade social complementam ainda mais a intervenção da Fundação. Particularmente significativa foi a iniciativa ‘O Ligas vai às Associações – Natal’, em que foram oferecidos mais de mil presentes a crianças que vivem ou são acompanhadas por lares, instituições de acolhimento, ou outras instalações sociais residenciais, na cidade do Porto. Esta campanha faz parte da estratégia de proximidade territorial da Fundação e teve como objetivo garantir que, durante um período de maior sensibilidade emocional, as crianças institucionalizadas possam ter um Natal mais alegre, confortável e recheado.

A *Final Four* da *Allianz Cup* 2026 realizada no início de janeiro de 2026, foi o evento que exigiu mais esforços, não só da FFLP, mas de todos os Departamentos da LP. Representou um momento significativo para a integração das iniciativas da Fundação num único evento desportivo de grande visibilidade, funcionando como um palco para a aplicação de questões ligadas à Responsabilidade Social em contextos de eventos. Foi implementada uma ampla gama de ações, incluindo: uma campanha de promoção da adoção responsável de animais de estimação com a Associação Zoófila de Leiria; a participação de crianças vencedoras de doenças oncológicas, de instituições como a ‘Acreditar’ e ‘Os Resistentes’ como *escort players*¹ e convidados especiais; o “Túnel dos Sonhos”, que permitiu às crianças conhecer os jogadores e facilitou conexões de vídeo ao vivo com outras em unidades de oncologia; uma atividade num lar de 3ª idade, que se baseou numa aula interativa, com a temática do futebol, e aplicada para trabalhar a de coordenação motora fina dos pacientes seniores, fazendo a sua inclusão simbólica nas

¹ Crianças ou jovens que acompanham os jogadores profissionais (e muitas vezes a equipa de arbitragem) na entrada em campo antes do início da partida.

festividades; e várias ativações dentro da *Fan Zone* dedicadas à sustentabilidade ambiental, Responsabilidade Social, inclusão e envolvimento familiar. Além disso, foram incorporadas práticas responsáveis de gestão de eventos, incluindo a recolha e distribuição dos excedentes alimentares dos dias de jogo no estádio. A Fundação do Futebol fez a gestão dos setores da bancada alusivos às Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) e seus acompanhantes.

O estágio integrou ainda iniciativas pontuais de distinta natureza: a campanha Coração Aceso associada ao Dia Mundial do Coração; uma iniciativa de recolha de alimentos de animais para a organização Maranimais; a *Creators Cup*, realizada em parceria com a Just a Change para angariar fundos para a reabilitação de habitações para pessoas em situações vulneráveis; e iniciativas de alfabetização infantil baseadas em valores, como a apresentação do livro “Miss Apito” e a promoção em escolas do conjunto “Mundo d’O Ligas”, um produto oficial da LP com histórias infantis centradas nas mascotes dos clubes profissionais. Ainda foi lançada uma campanha pela integridade no desporto em parceria com a *Sport Integrity Global Alliance* (SIGA), num documento assinado pelos capitães das 36 equipas participantes das duas competições profissionais de futebol em Portugal.

A Fundação do Futebol também está envolvida em projetos que, durante o período do estágio estiveram inativos, nomeadamente, o projeto ‘*Kukula*’. Este projeto consiste numa iniciativa social que se concentra na criação de um *Kukula*, uma escola, professores condições para que crianças e jovens moçambicanas de Macia tenham acesso a atividades educativas e refeições e água potável garantidos. Embora atualmente em reestruturação, o ‘*Kukula*’ representa um dos aspetos internacionais do trabalho da Fundação, destacando a sua preocupação com o desenvolvimento humano em contextos vulneráveis e a expansão da sua intervenção para além das fronteiras nacionais.

Complementando essas atividades, foram realizadas, mensalmente, reuniões do Conselho de Administração da Fundação do Futebol, que consistem na apresentação e discussão de processos estratégicos e das atividades realizadas em cada mês, perante os membros do Conselho, que sustentam a tomada de decisões e o desenvolvimento de projetos.

6.2.1. Funções desempenhadas e tarefas realizadas

No contexto do estágio desempenhado na Fundação do Futebol, o cargo assumido e as tarefas desempenhadas foram as de Gestor de Projetos de Responsabilidade Social, integrado na equipa¹ de 3 outras gestoras, e operando sob um modelo de responsabilidades colaborativas e partilhadas. Esta função implicava o envolvimento direto em todas as fases do ciclo de cada projeto de Responsabilidade social desde a conceção estratégica ao planeamento tático e, por fim, à implementação operacional.

As atividades realizadas, de uma maneira geral, compreenderam, em primeiro lugar, o apoio ao planeamento estratégico e tático das iniciativas. Isto envolveu contribuir para a definição de objetivos, identificação de grupos-alvo, muitas formulação de ‘motes’, estabelecimento de cronogramas e orçamentos, desenvolvimento de critérios de seleção de beneficiários e delineamento de KPIs e fatores de avaliação. Em segundo lugar, incluiu, de uma forma geral, a tradução operacional dos planos do projeto, que abrangeu a preparação de planos de ação detalhados, elaboração de avaliações de necessidades e listas de materiais, produção e verificação de documentação de apoio, preparação de recursos logísticos e de comunicação e participação em reuniões de coordenação internas e externas. Em terceiro lugar, a função estendeu-se à implementação, muitas vezes requerendo a presença física em eventos e atividades para garantir a fidelidade aos procedimentos planeados, responder a imprevistos, gerir o alinhamento das partes interessadas e recolher dados relevantes para informar relatórios.

Uma dimensão transversal do estágio dizia respeito à coordenação interdepartamental. A posição exigiu, portanto, um trabalho de proximidade consistente entre a Fundação e essas outras unidades da LP, garantindo fluxos de informação eficazes, alinhamento de calendários e cronogramas, clarificação de funções e responsabilidades e coerência entre os objetivos de Responsabilidade Social da FFLP e as exigências operacionais das competições de futebol profissional.

¹ A FFLP tem uma equipa renovada desde maio de 2025, à qual se acrescentou um membro em outubro

6.2.2. Resultados operacionais

Do ponto de vista operacional, os resultados do estágio manifestaram-se numa melhoria progressiva do planeamento, organização, estruturação e previsibilidade das atividades de Responsabilidade Social realizadas. A experiência adquirida através de cada projeto realizado facilitou um aperfeiçoamento das mecânicas de trabalho, e, subsequentemente, a preparação de cada projeto futuro. Este desenvolvimento reduziu a dependência de práticas informais e minimizou a necessidade de improvisação durante as fases críticas da execução dos diversos projetos.

Além disso, a coordenação entre a Fundação e os vários departamentos da LP foi significativamente reforçada, com implicações diretas no alinhamento das tarefas e pedidos, e na circulação eficiente de informação. Simultaneamente, e consoante o projeto, o envolvimento contínuo com diversas, reforçou as relações, algumas pré-existentes, e estabeleceu canais de comunicação mais diretos e duradouros, o que melhorou a capacidade de resposta operacional da Fundação em contextos mais exigentes.

Igualmente digna de nota é a dinâmica interna positiva dentro da equipa de Gestores de Projetos de Responsabilidade Social, caracterizada por uma cultura de cooperação e apoio recíproco, que se revelou crucial. Este espírito de colaboração contribuiu significativamente para a implementação eficaz da maioria das iniciativas planeadas, que foram executadas dentro dos prazos designados e sempre de acordo com um padrão considerado satisfatório pelos vários envolvidos. Embora os projetos tenham, naturalmente, implicado desafios imprevistos e restrições operacionais, ter uma coordenação interna robusta permitiu, de forma consistente, a consecução dos objetivos operacionais definidos.

6.3. Contribuição do estágio e da entidade para o desenvolvimento da vertente de investigação

O estágio realizado na FFLP e todas as dinâmicas, contactos e experiências dele subjacentes constituíram uma componente central como base no desenvolvimento da dimensão de investigação sobre o Projeto Footpark, na medida em que permitiu uma articulação sistemática entre diversos envolvidos, a prática profissional e a construção

científica do objeto de estudo. A natureza marcadamente interdisciplinar e colaborativa do trabalho realizado dentro da instituição proporcionou um acesso privilegiado a processos, dados, contactos e dinâmicas organizacionais que teriam sido difíceis de apreender ou alcançar de um ponto de vista externo, criando assim condições particularmente favoráveis para a formulação e aprofundamento das questões de investigação.

A proximidade institucional proporcionada pelo estágio face ao programa Footpark fez toda a diferença. O envolvimento em instâncias formais de articulação, nomeadamente contactos com outros departamentos da LP que também possam, ainda que indiretamente estar ligados ao projeto, entidades locais e parceiros externos, possibilitou o acesso a informação privilegiada, qualitativa e quantitativa relevante sobre fluxos e dinâmicas de trabalho e critérios de seleção e implementação das infraestruturas. Paralelamente, o acesso a documentação técnica e administrativa específica contribuiu para clarificar aspetos estruturais do modelo, bem como para enriquecer a análise comparativa entre o caso português e experiências internacionais¹, fornecendo uma base consistente para a construção de uma contextualização sobre a temática, bem como a definição de variáveis, dimensões analíticas e indicadores mobilizados na investigação.

Por fim, e como já referido anteriormente, a fácil integração no ambiente organizacional da LP, e, em particular, na equipa da FFLP, contribuiu para a prossecução da investigação, caracterizando-se pela abertura à colaboração e pela existência de procedimentos internos suficientemente estruturados para permitir a análise sistemática dos fenómenos observados. Este quadro institucional não só facilitou o desenvolvimento prático do estudo, como também reforçou a sua relevância científica e social, garantindo uma articulação coerente entre o quadro teórico, a realidade empírica e o contexto profissional.

¹ Tema explorado no Capítulo 2. Projetos comparáveis na Europa, da Vertente investigativa deste relatório

Vertente investigativa do relatório de estágio

1. Descrição do objeto de estudo: o projeto Footpark

O projeto Footpark constitui o principal ponto de referência empírico e analítico desta investigação, e engloba uma intervenção contemporânea nos domínios do desporto comunitário e da regeneração socioterritorial através do espaço público. Concebido como um programa dedicado ao desenvolvimento e promoção de microinfraestruturas urbanas desportivas de acesso livre, o Footpark aspira a reconfigurar o contexto local e a participação cívica em comunidades com alta densidade populacional, caracterizadas por fragilidades socioeconómicas e um défice de instalações coletivas. A sua importância científica e social deriva precisamente da sua natureza híbrida, já que constitui um esforço situado na intersecção entre o desporto, a cidadania e as políticas públicas relacionadas com a Responsabilidade Social e a inclusão.

Como objeto empírico, o Footpark estabelece-se um contexto privilegiado para examinar em que medida as intervenções espaciais desportivas em pequena escala podem produzir impactos sociais substanciais, através da formação de capital social. O seu propósito baseia-se na instalação descentralizada de mini-campos polivalentes, universalmente acessíveis, procurando assim traduzir o princípio da democratização do desporto em práticas quotidianas e sustentáveis. Este estudo baseia-se, portanto, na premissa de que o Footpark constitui mais do que uma rede de infraestruturas desportivas. Representa um instrumento de política social local, empregando estrategicamente o desporto como um mecanismo de coesão social e envolvimento coletivo. A análise empírica concentrar-se-á nos efeitos sociológicos da sua implementação, particularmente em relação ao fortalecimento da coesão social e à mitigação das desigualdades territoriais.

A nível teórico, o Footpark é interpretado como um local de convergência entre as dimensões estruturais e relacionais do capital social, funcionando simultaneamente como o resultado de uma estratégia institucional e um catalisador para práticas comunitárias espontâneas. A investigação procura elucidar como a materialidade da microinfraestrutura, composta pela superfície de prática, planeamento espacial e áreas

comuns de encontro, pode servir de base para a construção simbólica da comunidade, manifestando-se em novas formas de coexistência e pertença.

Consequentemente, a caracterização do Footpark como objeto de análise vai além de seus componentes físicos para abranger sua capacidade transformadora nestes contextos de vulnerabilidade social. O Footpark será, portanto, examinado como um exemplo de inovação social na esfera do desporto, cuja operacionalização permite avaliar o papel da infraestrutura comunitária na promoção da coesão social e do desenvolvimento local.

1.1. História, parceiros institucionais e objetivos

O Projeto Footpark foi formalmente anunciado e lançado publicamente em 2024 como uma iniciativa conjunta entre a FFLP e a Missão Continente, com a meta declarada de construir ou reabilitar trinta e dois mini-campos de futebol abertos às comunidades¹ até ao fim do ano de 2027 (Continente, n.d.). A atividade operacional teve início com a inauguração do primeiro Footpark na Senhora da Hora, Matosinhos, em maio de 2024, um evento que contou com a presença de representantes das instituições promotoras, bem como de figuras notáveis do mundo do futebol nacional (Matosinhos Sport, 2024). Após esta inauguração inicial, o projeto avançou através da implementação progressiva de unidades adicionais em diversas regiões do país, sempre tendo em vista a integração territorial e social de cada microinfraestrutura.

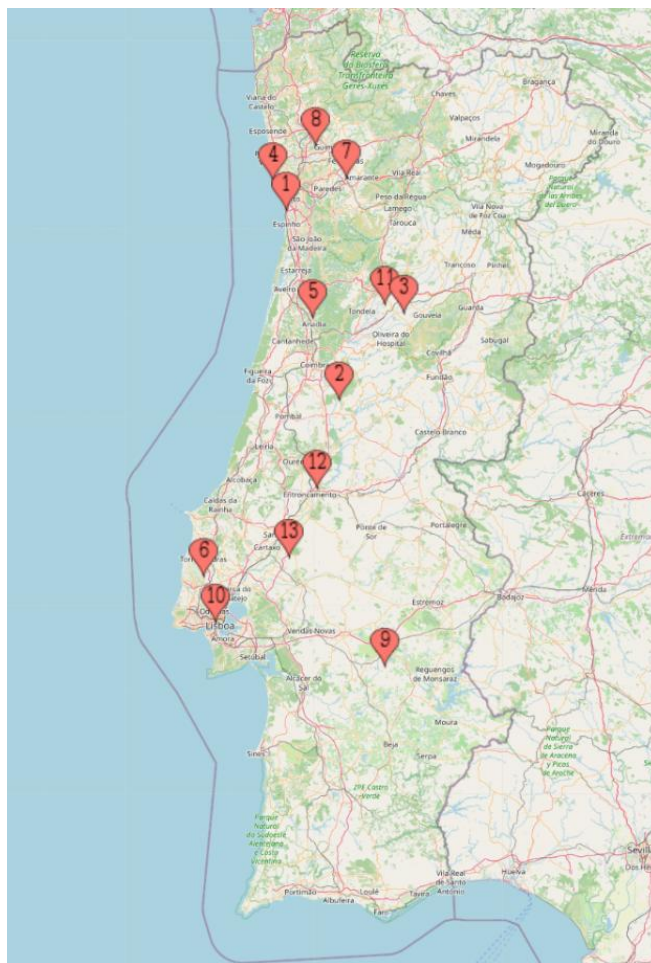
Institucionalmente, a coordenação do Footpark assenta num modelo de parceria tripartido. A Fundação do Futebol assume a responsabilidade pela coordenação do programa, visibilidade institucional e pela manutenção da ligação com o ecossistema futebolístico mais alargado; a Missão Continente, a insígnia de RSC do Grupo Sonae, fornece todo apoio financeiro e técnico, durante a fase de construção; as entidades locais participantes contribuem através da atribuição de terrenos, da facilitação administrativa para a instalação e integração comunitária de cada equipamento desportivo. Até à data, a trajetória do projeto Footpark revela um processo de implementação incremental sustentado por esta PPP, cujo sucesso dependerá, para além da execução técnica e da

¹ Apenas o Footpark de Matosinhos “carece de marcação prévia junto da autarquia local” (Continente, n.d.)

qualidade da componente infraestrutural, da sua capacidade de se integrar na dinâmica da comunidade local.

Durante os primeiros 2 anos do projeto, a FFLP celebrou uma série de inaugurações em vários municípios, nomeadamente Matosinhos, Lousã, Mangualde, Vila do Conde, Águeda, Torres Vedras, Felgueiras, Braga, Évora, Loures, Viseu, Tomar e Almeirim, o que ilustra a abrangência territorial do programa e o seu compromisso com uma estratégia de cobertura descentralizada, como se pode ver na Figura 1 (Continente, n.d.). Estas cerimónias inaugurais contam normalmente, para além de representantes da LP e Continente, com presença de importantes figuras de entidades municipais, e embaixadores públicos do mundo do futebol, estes que apadrinham o campo, e cuja participação serve tanto para aumentar o alcance mediático do projeto como para reforçar a legitimidade social de cada intervenção local. Por norma, também estão presentes turmas de escolas primárias locais.

Figura 1 – Distribuição dos Footparks já inaugurados pelo território nacional.



Os objetivos estratégicos das entidades promotoras combinam dimensões pragmáticas e simbólicas, particularmente ao nível da democratização do acesso a práticas desportivas comunitárias, do incentivo ao envolvimento informal e intergeracional em atividades físicas, do reforço da inclusão social em territórios caracterizados pela escassez de infraestruturas desportivas e, complementarmente, a promoção de relações mais estreitas entre as comunidades locais e o ecossistema futebolístico regional. Para complementar os objetivos quantitativos de construção e cobertura territorial, o projeto Footpark incorpora uma visão estratégica de transformação comunitária que vai além da simples disponibilização de espaços físicos. O projeto visa gerar capital social, promovendo interações positivas promovendo o desporto informal como veículo de cidadania ativa. Em linha com os princípios da RSC defendidos pela Missão Continente e com o compromisso da FFLP de aproximar o futebol das pessoas, o projeto Footpark procura aproveitar o desporto como instrumento de inclusão e desenvolvimento comunitário, enquanto promove a coexistência em espaços partilhados e seguros, e estimula um sentimento de pertença local. Esta abordagem reflete-se também na aposta em modelos de utilização multifuncionais, que combinam o lazer espontâneo com atividades organizadas por escolas, clubes e associações, permitindo que o investimento em infraestruturas se traduza num impacto social sustentável e mensurável ao longo do tempo.

1.2. Características físicas e funcionais dos Footparks

Os Footparks enquanto microinfraestruturas urbanas desportivas que oferecem acesso público livre e concebidos de acordo com princípios de funcionalidade, durabilidade e integração urbana, possuem um *design* que procura otimizar a relação entre enquadramento espacial e utilização.

Cada unidade compreende um campo compacto de mini-futebol, normalmente configurado no formato *five-a-side* (5x5), com revestimento de relva sintética, o que reduz substancialmente as necessidades de manutenção. Aos topos estão instaladas duas balizas de futsal/andebol, com um suporte que sustém uma tabela de basquetebol por cima (Anexo 1). Isto permite que cada Footpark possibilite a prática de mais modalidades desportivas, para além do futebol. O campo é cercado por uma estrutura perimetral em

tubo de secção quadrada zincado, poderá ter uma rede de segurança composta por painéis de malha mor lacados a verde, e está equipada com um sistema de iluminação LED, que permite prolongar o horário de prática desportiva e melhorar significativamente a acessibilidade para diversos grupos etários e sociais (Anexo 2). Estas componentes técnicas de cada Footpark são da responsabilidade da ARU Sport, que, por sua vez, está sob alçada da supervisão da Missão Continente. Já a configuração espacial dos Footparks está concebida para privilegiar um *layout* arquitetónico aberto e permeável, destinado a promover a integração no tecido urbano circundante e a manter a conectividade visual com o domínio público. Esta dupla abertura física e simbólica reforça o princípio da acessibilidade universal, pois remove barreiras visuais e arquitetónicas e contribui cultivar um ambiente inclusivo propício à apropriação espontânea pela comunidade.

A localização estratégica destas instalações, nas proximidades de bairros residenciais, escolas e espaços de usufruto comunitário, segue um critério de proximidade com a comunidade. Por outro lado, uma das condicionantes estabelecidas no contrato de parceria entre a Fundação do Futebol e a Missão Continente é a garantia da proximidade do minicampo a uma superfície comercial Continente ou Continente Bom Dia.

Abordando uma perspetiva mais funcional, os Footparks foram concebidos como infraestruturas multifuncionais e socialmente adaptáveis, capazes de acomodar tanto práticas recreativas informais, como jogos improvisados e encontros espontâneos entre jovens, como eventos estruturados organizados por associações locais, municípios ou instituições educativas. Esta versatilidade constitui um princípio central do modelo Footpark, permitindo que a instalação funcione como recinto desportivo, espaço de sociabilidade local, contribuindo para a construção simbólica da vida comunitária.

Simultaneamente, a padronização técnica das instalações, através da especificação dos materiais, das dimensões espaciais e dos equipamentos, promove a criação de uma rede nacional coerente e homogénea, facilitando a replicabilidade das infraestruturas, com a garantia de qualidade e condições operacionais equivalentes e um acesso equitativo em diferentes contextos territoriais.

1.3. Modelo operativo: responsabilidades e fluxos de governação

O modelo operativo tem por base um enquadramento de governação partilhada e responsabilidade coletiva entre entidades institucionais e locais, de forma a garantir que cada fase do processo seja sustentável e socialmente pertinente. A administração destas instalações assenta no princípio da corresponsabilidade, segundo o qual os *stakeholders* institucionais e os agentes comunitários supervisionam conjuntamente o seu funcionamento e preservação (Rowe et al., 2019). Este modelo de governação privilegia a gestão descentralizada e a manutenção colaborativa, frequentemente realizada em parceria entre entidades de direito privado e entidades municipais, salvaguardando, assim, a durabilidade a longo prazo das infraestruturas e garantindo a continuidade da sua função social. Deste ponto de vista operacional, a documentação institucional destaca a formalização de protocolos com as entidades locais e a organização de cerimónias inaugurais como mecanismos destinados a estimular o envolvimento da comunidade desde o início, e a promover um sentimento de apropriação local.

A meta pré-determinada de trinta e duas unidades, a ser concluída até 2027, fornece a base estrutural para o cronograma de implementação do projeto e estabelece prioridades territoriais. Este quadro temporal e estratégico permite uma alocação equilibrada de recursos e facilita o acompanhamento e a avaliação contínuos dos resultados, garantindo o alinhamento entre os objetivos institucionais e as necessidades específicas dos territórios locais.

2. Projetos comparáveis na Europa

O Projeto Footpark enquadra-se numa corrente contemporânea dedicada à renovação de políticas e práticas relacionadas com a promoção do desporto comunitário em toda a Europa. Este movimento baseia-se na convicção de que o acesso universal às infraestruturas desportivas locais constitui um instrumento fundamental para promover a inclusão social e melhorar a saúde pública. Ao longo das últimas duas décadas, surgiram inúmeros programas com objetivos e filosofia de intervenção análogos em vários países europeus, cada um deles orientado para a criação ou reabilitação de instalações desportivas acessíveis, multifuncionais e socialmente responsivas (ENSGO, n.d.).

Embora estas iniciativas difiram em termos de escala, estruturação financeira e configuração institucional, partilham um conjunto de princípios fundamentais que as tornam conceitual e operacionalmente comparáveis ao Footpark. Entre estes princípios partilhados, destacam-se, precisamente, a democratização do acesso à prática desportiva, a integração das dimensões física e social do espaço público, a participação coordenada de atores públicos, privados e filantrópicos, e a busca da sustentabilidade operacional e financeira a longo prazo. Mas estas iniciativas vão além da mera construção de campos de jogos. Antes, aspiram a estabelecer ecossistemas comunitários nos quais o desporto é reafirmado como um instrumento de educação, a par da coexistência e mobilização cívica.

A relevância de observar experiências internacionais desta natureza reside na sua capacidade de fornecer pontos de referência empíricos e conceptuais para a avaliação crítica e consolidação do modelo Footpark, porque permite identificar fatores e estratégias em várias áreas capazes de informar a adaptação ao contexto português. Além disso, a observação de padrões entre diferentes realidades nacionais contribui para situar o Footpark no quadro europeu da inovação social através do desporto, sublinhando a sua pertinência e congruência com as tendências europeias contemporâneas.

2.1. O modelo da Alemanha

A experiência alemã é uma referência paradigmática na análise das políticas públicas e federais direcionadas para a promoção do desporto comunitário através do desenvolvimento de microinfraestruturas acessíveis e sustentáveis. O programa intitulado

1,000 Minispielfelder (1,000 mini-campos de jogo), lançado pela DFB (*Deutscher Fußball-Bund* – Federação Alemã de Futebol) em meados da década de 2000 e motivado pelo fraco desempenho da seleção da Alemanha no Mundial de 1998 e no Europeu de 2000, representa um dos exemplos mais emblemáticos de uma estratégia nacional de investimento em instalações desportivas de pequena escala, concebida com o objetivo de democratizar o acesso ao futebol e promover a integração social de jovens em diversos contextos locais (Minispielfeld, n.d.).

A génese do projeto remonta ao período imediatamente após o Campeonato do Mundo da FIFA de 2006, na Alemanha, quando a DFB decidiu atribuir uma parte das receitas excedentárias e dos fundos residuais do torneio a uma iniciativa destinada a gerar benefícios sociais duradouros. Em 2007, o programa foi formalmente inaugurado com o objetivo declarado de instalar 1000 mini-campos de futebol em toda o país até ao final do ano seguinte. O financiamento foi concedido predominantemente pela própria DFB, complementado por recursos do Programa *HatTrick* da UEFA, que tinha como objetivo promover o reinvestimento dos lucros derivados de grandes competições em iniciativas locais de desenvolvimento desportivo (Playground Landscape, 2012).

De um ponto de vista técnico e funcional, o projeto foi sustentado por um modelo de implementação padronizado que garantiu eficiência de custos e rápida implantação com qualidade consistente em todas as instalações. As instalações foram projetadas para formatos de *5 contra 5* ou *7 contra 7*, equipadas com relva sintética, cercas perimetrais em estilo arena e estruturas de segurança adaptadas ao uso por crianças e adolescentes. A adoção de relva sintética foi justificada por considerações de durabilidade a longo prazo e requisitos mínimos de manutenção, permitindo uma utilização sustentada independentemente das variações climáticas. A distribuição espacial destas infraestruturas foi estrategicamente orientada para ambientes escolares, parques urbanos e outros espaços públicos de fácil acesso (Minispielfeld, n.d.). O programa procurou explicitamente reforçar a relação entre escolas e associações desportivas municipais, com a promoção de redes de cooperação territorial estruturadas em torno do futebol como prática educativa e instrumento de socialização. Esta abordagem não só se confirmou como uma importante fonte de contribuição para um aumento da atividade física regular entre jovens de origens socioeconómicas heterogéneas, como também reforçou o sentido de pertença à comunidade e a integração intercultural no contexto dos ambientes urbanos

cada vez mais diversificados da Alemanha. Estas características técnicas verificam-se muito à semelhança do que tem vindo a ser implementado e que é objetivo nos Footparks.

Para além do seu âmbito prático, com as extraordinárias mais de mil instalações concluídas em pouco mais de um ano (1,006), o Programa *1,000 Minispielfelder* distinguiu-se pela sua arquitetura de governação altamente eficiente, que combinava a liderança institucional e a coordenação financeira da DFB com a descentralização operacional proporcionada pelas parcerias federais responsáveis pela gestão quotidiana das instalações. Este equilíbrio entre financiamento centralizado e administração localizada foi decisivo para manter a uniformidade técnica, garantindo ao mesmo tempo o enraizamento no tecido social da sua comunidade anfitriã (Soccer Ground, n.d.).

Estudos, como o de Pouyandekia & Memari (2022) e as avaliações institucionais, destacam consistentemente o caso alemão como um modelo de replicação bem-sucedida, não apenas devido à concretização quantitativa dos seus objetivos infraestruturais, mas também devido ao impacto socioeducativo substancial gerado pela iniciativa. O projeto exemplifica como uma entidade desportiva nacional pode assumir um papel ativo e estratégico na promoção da coesão social, através da integração eficaz de objetivos desportivos, educativos e cívicos num quadro operacional unificado. Assim, ao combinar mecanismos de financiamento sustentáveis, uma normalização técnica rigorosa, estruturas de governação enraizadas localmente e uma orientação social explícita, o modelo alemão estabeleceu uma referência europeia para a conceção e implementação de programas de infraestruturas desportivas de pequena dimensão com impactos palpáveis na participação e integração dos jovens.

2.2. O modelo do Reino Unido

Na mesma ordem de ideias, neste contexto europeu, o Reino Unido possui outra das redes mais consolidadas e institucionalmente robustas para a promoção do desporto comunitário através do desenvolvimento de infraestruturas locais de pequena escala orientadas para a inclusão social e o desenvolvimento urbano sustentável, os *Hubs* (Football Foundation, n.d.), onde se incluem, mais aproximadas dos Footparks, as *PlayZones* (Football Foundation, n.d.). Embora distinto no seu ponto de partida histórico e configuração organizacional do caso alemão, o modelo britânico é sustentado pelos

mesmos princípios orientadores de proximidade territorial e democratização do acesso ao desporto, com as parcerias locais como agentes fundamentais da transformação social. No Reino Unido, esta orientação ganha especial relevância num contexto em que o futebol informal juvenil tem vindo a perder centralidade nos espaços públicos tradicionais, em resultado de maior regulação, escassez de áreas disponíveis e redefinição das práticas lúdicas urbanas, o que reforça a necessidade de infraestruturas de proximidade capazes de responder a essas mutações sociais e espaciais. Assim, tal como em outras experiências europeias, também no caso britânico se evidencia a importância de equipamentos desportivos acessíveis e socialmente responsivos, capazes de sustentar formas mais inclusivas de participação juvenil e de fortalecer a dimensão comunitária associada à prática desportiva (Crossley et al., 2025).

A principal força motriz institucional por trás deste modelo é a *Football Foundation*, criada em 2000 a partir de uma parceria estratégica entre a FA (*The Football Association* – Federação Inglesa de Futebol), a *Premier League* (Liga Inglesa) e o DCMS (*Department for Culture, Media and Sport* – Departamento de Cultura, Media e Desporto). O objetivo fundamental da parceria entre estas partes era canalizar recursos financeiros provenientes do setor do futebol profissional, principalmente provenientes de direitos televisivos e receitas de patrocínios associados à *Premier League*, para o desenvolvimento sistemático de infraestruturas desportivas comunitárias em todo o Reino Unido (mas sobretudo em Inglaterra), (Football Foundation, n.d.). Esta ligação estrutural entre o desporto profissional e o desporto comunitário constitui uma das características mais distintivas do modelo britânico, contrastando com o caso alemão, em que as responsabilidades de liderança e financiamento têm sido assumidas predominantemente por uma federação desportiva nacional e por mecanismos europeus de reinvestimento.

A estratégia operacional da *Football Foundation* foca-se, também, na criação de mini-campos de futebol com relva sintética, mas ao que se acrescenta a modernização de instalações escolares polivalentes e a criação de centros desportivos comunitários integrados em bairros urbanos e centros cívicos (Football Foundation, n.d.). Tal como na experiência alemã, é dada prioridade às áreas caracterizadas por uma elevada vulnerabilidade social, nas quais o desporto funciona como um veículo para prevenir a marginalização dos jovens. O modelo britânico, no entanto, distingue-se pela incorporação sistemática de avaliações de impacto social e económico no processo de

financiamento, introduzindo assim critérios de avaliação relativos às taxas de utilização das instalações, diversidade dos beneficiários, sustentabilidade ambiental e contribuição para a coesão territorial. Já do ponto de vista da governação, o Reino Unido emprega um sistema administrativo com vários níveis e marcadamente descentralizado, no qual as entidades locais, os clubes desportivos amadores, as escolas e as associações comunitárias agem primariamente tanto na implementação como na manutenção contínua das infraestruturas (Physical Activity Facilities, n.d.). A *Football Foundation* funciona como o principal órgão de coordenação e financiamento, garantindo o cumprimento das normas de qualidade e promovendo a autonomia local e a responsabilização na gestão das instalações (Football Foundation, n.d.). Este modelo contrasta com o quadro alemão, que se caracteriza por uma abordagem mais centralizada sob a liderança técnica e financeira direta da DFB.

Outro ponto de diferenciação reside na diversificação funcional dos espaços construídos. Enquanto o programa alemão *1,000 Minispielfelder* se concentrou principalmente no desenvolvimento padronizado de campos de futebol de tamanho reduzido, o modelo britânico favorece a criação de instalações polivalentes concebidas para uma variedade de desportos, incluindo futsal, *netball*, críquete e *tag rugby*, atendendo assim a um espectro ainda mais abrangente de necessidades da comunidade. Esta abordagem confere à experiência britânica maior flexibilidade e adaptabilidade sociocultural, refletindo a composição plural e heterogénea das comunidades locais (Physical Activity Facilities, n.d.).

2.3. Programas UEFA/FIFA

No cenário internacional mais amplo, tanto a UEFA como a FIFA têm tomado as rédeas nas últimas duas décadas na formulação e financiamento de políticas para o desenvolvimento do desporto comunitário, com o apoio de iniciativas europeias, nacionais e locais destinadas à democratização do acesso ao futebol, promoção da coesão social e ao incentivo a estilos de vida ativos e saudáveis. Embora estas organizações não atuem como implementadoras diretas de projetos, funcionam como grandes impulsionadoras institucionais de políticas públicas e desportivas, com a arrecadação de

recursos financeiros e consultoria técnica para programas de pequena e média escala com uma ênfase pronunciada na sustentabilidade, inclusão e impacto comunitário.

Entre os instrumentos financeiros mais significativos neste domínio está o Programa *HatTrick* da UEFA, lançado em 2004, que constitui um dos mecanismos mais abrangentes para a redistribuição de receitas no futebol europeu. É financiado através dos lucros gerados pelo Campeonato Europeu de Futebol da UEFA, e procura apoiar as federações nacionais europeias, na formação de pessoal técnico e na promoção do futebol de base, em infraestruturas desenvolvidas pelos mesmos. O programa funciona de acordo com uma lógica de subsidiariedade e cofinanciamento, em que as federações nacionais apresentam propostas de projetos destinados a gerar um impacto social duradouro, assumindo a UEFA a incumbência pela sua aprovação e monitorização (UEFA, n.d.).

Foram desenvolvidas iniciativas em 34 dos 55 países da Europa, substancialmente cofinanciadas pelo Programa *HatTrick*, o que é relevante para o surgimento e consolidação de uma rede europeia coerente de instalações desportivas comunitárias. Esta forma de cooperação demonstrou a eficácia de um modelo que combina o investimento central da UEFA com contribuições das federações nacionais e, promovendo assim economias de escala técnica e equidade territorial (UEFA, 2019).

Por seu lado, a FIFA tem vindo a seguir, desde o início dos anos 2000, uma estratégia complementar através do Programa *FIFA Forward*, que sucedeu ao anterior Programa *Goal*, com o objetivo de promover o desenvolvimento global sustentável do futebol, particularmente em regiões com capacidade institucional e/ou financeira limitada. A lógica subjacente ao *FIFA Forward* é mais ampla do que a do *HatTrick*, abrangendo o apoio direto às federações nacionais para a construção de centros técnicos, campos comunitários e academias de desenvolvimento juvenil, bem como para a melhoria das práticas de governação e o fortalecimento organizacional das estruturas locais de futebol (Inside FIFA, n.d.).

No entanto, a importância das intervenções da UEFA e da FIFA vai muito além da mera alocação de recursos financeiros. Ambas as organizações têm sido fundamentais na promoção de uma agenda de Responsabilidade Social e ambiental no desporto, incentivando a incorporação de princípios básicos da inclusão e ecologia nos projetos financiados. Está previsto que haja uma progressiva incorporação destes princípios nos

critérios de elegibilidade e avaliação, conferindo aos programas uma função normativa que orienta e molda a formulação de políticas desportivas nacionais (UEFA, n.d.; FIFA, 2019).

2.4. Lições aprendidas e possíveis aplicações práticas para os Footparks

Após análise dos programas europeus e internacionais dedicados ao desenvolvimento de microinfraestruturas para a prática desportiva, especificamente os implementados na Alemanha e no Reino Unido, juntamente com as iniciativas promovidas pela UEFA e pela FIFA, é possível identificar uma série de contornos estruturais de relevância direta para a consolidação e expansão futura do modelo Footpark. Estes precedentes providenciam não só pontos de referência operacionais e metodológicos, mas também orientações estratégicas que a Fundação do Futebol tenta adaptar ao contexto português.

Entre estas lições, a experiência alemã sugere que os Footparks poderiam beneficiar de um modelo de implementação baseado em redes, fundado em critérios uniformes de qualidade, segurança e acessibilidade, permitindo simultaneamente adaptações contextuais às especificidades socioterritoriais de cada localidade. A replicabilidade de tal modelo pressupõe uma coordenação institucional forte, capaz de unir políticas públicas, partes interessadas privadas e entidades desportivas num quadro de objetivos comuns e mensuráveis.

Por outro lado, a análise do caso britânico sugere, no contexto dos Footparks, a necessidade imperativa de conceber mecanismos de ativação social que estimulem o envolvimento sustentado através de parcerias com escolas, clubes de bairro, associações juvenis e programas municipais dedicados à inclusão social.

Das iniciativas da UEFA e da FIFA, os princípios de coparticipação em vários níveis serviram como um modelo instrutivo para a consolidação do projeto Footpark, facilitando uma distribuição equilibrada das responsabilidades financeiras e operacionais entre promotores, entidades locais e federações desportivas. Tal arranjo reforça não só a

viabilidade económica do projeto, mas também a sua legitimidade política e social, envolvendo vários níveis de governação e diversos setores de intervenção.

Uma outra lição transversal diz respeito à necessidade imperativa de garantir a coerência entre a conceção física das infraestruturas e os seus objetivos sociais subjacentes. Nos casos alemão e britânico, bem como em programas internacionais, as evidências demonstram que a longevidade e o sucesso de tais iniciativas dependem do alinhamento entre o design arquitetónico, a funcionalidade e a missão social. No caso dos Footparks, essa coerência é reforçada através da adoção de princípios de urbanismo inclusivo, design participativo e sustentabilidade ecológica, o que garante que cada instalação transcenda a sua função de mero campo de futebol, para se tornar um local de vida comunitária ativa e regeneração urbana.

No que diz respeito à avaliação e monitorização, a experiência internacional indica ainda que o impacto de programas desta natureza deve ser avaliado através de métricas multidimensionais que abranjam indicadores de participação, diversidade social, segurança percebida, sentido de pertença e capital social. Assim, a continuidade e a legitimidade do programa Footpark exigem o estabelecimento de mecanismos sistemáticos de recolha e análise de dados que integrem dimensões quantitativas e qualitativas, permitindo assim medir a eficácia social das intervenções ao longo do tempo. Este aspeto, nos casos já aplicáveis, não se tem verificado, o que contribui como motivação para este estudo.

Em última análise, a convergência das lições retiradas destes contextos variados sugere que os Footparks possuem o potencial para evoluir de uma iniciativa de desenvolvimento infraestrutural para um modelo integrado de política pública para a coesão social, no qual o desporto funciona simultaneamente como um meio e um pretexto para o cultivo de laços comunitários e a valorização da identidade territorial. A adaptação destas melhores práticas ao contexto português deve, no entanto, ser orientada pelo respeito pelas especificidades e particularidades culturais, institucionais e urbanas locais, e mantendo uma abordagem contextualizada flexível, em sintonia com as necessidades concretas das comunidades envolvidas.

3. Enquadramento teórico específico aplicado ao projeto Footpark

Uma compreensão abrangente do impacto sociocomunitário dos Footparks requer a mobilização concertada e agilização de contribuições da sociologia do desporto, teorias do capital social, estudos urbanos e abordagens contemporâneas à Responsabilidade Social no desporto. A literatura tem demonstrado consistentemente que o desporto, quando situado em ambientes acessíveis e territorialmente integrados, funciona como um mecanismo para gerar sociabilidade e pertença, sem abdicar da identidade (Theeboom et al., 2021), e desempenhando assim funções estruturais dentro dos ecossistemas comunitários. O desporto vai, assim, muito além da sua dimensão estritamente motora, assumindo o papel de um sistema cultural e relacional que molda padrões de coexistência, normas sociais e laços coletivos (Birdsall-Strong, 2022). A este respeito, qualquer análise dos Footparks não pode limitar-se à sua configuração material, pelo que deve igualmente envolver-se com as dinâmicas sociais que emergem através da sua utilização quotidiana.

O desporto é amplamente concebido como um fenómeno social dotado de significativa densidade simbólica e considerável capacidade de mobilização. Birdsall-Strong (2022) argumenta que desportos como, sobretudo, o futebol geram, entre outros, valor económico, cultural e comunitário, funcionando como contextos nos quais se articulam identidades coletivas e relações de solidariedade. Owen et al. (2022) demonstram que a participação no desporto é marcada por significativas disparidades socioeconómicas, com níveis mais baixos de envolvimento entre os jovens provenientes de meios mais desfavorecidos. Mielke et al. (2017) acrescentam que os estilos de vida sedentários estão predominantemente concentrados entre os adolescentes que enfrentam condições socioeconómicas mais vulneráveis, reforçando as debilidades físicas, sociais e/ou psicológicas. A instalação de espaços desportivos gratuitos de proximidade, como os Footparks, constitui, por isso, uma resposta estruturada a estas desigualdades, abordando os determinantes sociais do comportamento juvenil. Esta perspectiva está em consonância com as contribuições de Theeboom et al. (2021), que demonstram que os espaços desportivos comunitários promovem a participação inclusiva e formas de envolvimento social estruturadas em torno de normas partilhadas. Em comunidades vulneráveis, onde a ausência de infraestruturas recreativas intensifica o isolamento social,

o que leva a baixos índices de coesão social, a criação de espaços que combinam atividade física com oportunidades de interação social pode desempenhar um papel particularmente decisivo na reconstituição da vida comunitária (Theeboom et al., 2021).

A literatura sobre espaço público e sociabilidade reforça ainda mais a importância desta relação. Hjort et al. (2018) mostram empiricamente que as microinfraestruturas urbanas recreativas e desportivas intensamente utilizadas geram padrões de interação espontânea e animam o espaço público, especialmente quando concebidas para serem acessíveis e duradouras, configurando-se assim como elementos estruturantes da vitalidade urbana e da coesão socioterritorial. As conclusões indicam que fatores como localização, visibilidade, materiais utilizados, estética e flexibilidade de uso moldam substancialmente as formas como os residentes se apropriam do espaço, neste caso, elementos que são diretamente pertinentes à configuração dos Footparks. Simultaneamente, integra-se a interpretação prévia de Oldenburg (2023) que introduz a noção de «*third places*» (terceiros lugares), ambientes informais e neutros que, devido à sua acessibilidade e informalidade, se tornam nós centrais da coesão comunitária. Embora não se concentrem especificamente no desporto, estas ideias são aplicáveis aos Footparks, que funcionam como pontos neutros de encontro intergeracional.

A teoria do capital social na perspetiva da análise de Woolcock (2001) fornece uma estrutura analiticamente robusta para compreender o impacto comunitário dos Footparks, pelo destaque de três formas de capital social: *bonding*, *bridging* e *linking*¹. A articulação entre as três permite uma análise matizada da profundidade e do âmbito das relações sociais presentes num determinado território. Lee et al. (2013), ao desenvolverem um instrumento rigoroso de medição do impacto social do desporto, demonstram empiricamente que as iniciativas desportivas comunitárias podem fortalecer todas estas dimensões: laços internos do grupo (*bonding*), conexões com outros grupos sociais (*bridging*) e ligações a instituições formais, incluindo escolas e entidades municipais locais (*linking*). Este modelo analítico para avaliar o impacto social do desporto de Lee et al. (2013) propõe cinco dimensões inter-relacionadas: capital social, identidade coletiva, literacia em saúde, bem-estar e capital humano. Esta estrutura permite

¹ Já analisadas no capítulo 3.1. *Bonding*, *bridging* e *linking* social capital, na primeira parte deste documento.

ter um enquadramento conceptual sólido para interpretar as diversas formas como os programas desportivos comunitários, especialmente quando desenvolvidos em territórios marcados por vulnerabilidades socioeconómicas, podem produzir efeitos transformadores significativos e sustentáveis, que vão muito para além da esfera da atividade física. A presença de um Footpark numa comunidade indicia que se possibilite a repetição de interações positivas, uma condição prévia para a consolidação da confiança, normas cooperativas e reciprocidade (Putnam, 1995; Woolcock, 2001). Para além disso, quando articulado com políticas públicas e iniciativas de RSC, o desporto adquire um carácter estratégico como mecanismo de inclusão social e de promoção do desenvolvimento humano, estimulando práticas de cidadania e contribuindo para o reforço da coesão comunitária (Lee et al., 2013).

Para além das funções estruturais classicamente atribuídas ao desporto comunitário, os espaços desportivos são caracterizados como arenas emocionais e normativas nas quais emergem formas específicas de regulação social (Spaij et al., 2013). Dentro desse conceito mais amplo, o desporto juvenil não só melhora as competências relacionais, mas também proporciona um ambiente no qual normas comportamentais, tais como respeito e responsabilidade, são testadas e internalizadas (Holt et al., 2020). Birdsall-Strong (2022) identifica de forma semelhante o futebol comunitário como um «campo simbólico» no qual se misturam emoções intensas, expectativas coletivas e identidades locais, o que produz efeitos tangíveis na forma como os jovens constroem conceitos de si mesmos e perceções de outros grupos sociais. Spaij et al. (2013) afirmam ainda que estes ambientes desportivos, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade socioeconómica, funcionam como espaços de aprendizagem social implícita, que proporcionam aos jovens oportunidades de experimentar posições e funções sociais alternativas e desenvolver repertórios de ação que fortalecem o seu sentido de envolvimento cívico e comunitário. Dentro deste quadro teórico, os Footparks podem, assim, ser entendidos como produtores de efeitos que excedem a interação cara a cara, com processos simbólicos e emocionais que moldam atitudes e padrões comportamentais quotidianos.

Os efeitos do desporto nos jovens constituem outra dimensão crítica para posicionar a relevância dos Footparks. Karstensen et al. (2024) demonstram que a participação regular em atividades desportivas informais produz melhorias significativas

nas competências emocionais, sociais e cognitivas, particularmente entre adolescentes de origens marginalizadas. Segundo estes autores, a criação de contextos desportivos acessíveis e inclusivos fomenta o empoderamento individual e fortalece o sentido de pertença, atuando nestes contextos como verdadeiros "microcatalisadores de inclusão". Holt et al. (2020) reforçam isso ao afirmar que as microinfraestruturas desportivas locais funcionam como ambientes pedagógicos nos quais habilidades como liderança, disciplina, resiliência e cooperação são cultivadas, capacidades estas que podem ser frequentemente restringidas em ambientes marcados pela vulnerabilidade social. Esse argumento ecoa Theeboom et al. (2021), que afirmam que os espaços desportivos comunitários podem atuar como ambientes de socialização protetores, desde que sejam legitimados pela comunidade.

Spaaij et al. (2013), sobre inclusão social através do desporto, mostram que programas desportivos comunitários bem concebidos reduzem as barreiras à participação, promovendo a inclusão de grupos vulneráveis e o desenvolvimento de redes de apoio. No entanto, dão ênfase a que esses efeitos dependem de fatores contextuais, incluindo perceções de segurança, níveis de envolvimento dos residentes e legitimidade institucional. Theeboom et al. (2021) sustentam de forma semelhante que a coesão social que emerge do desporto comunitário não é automática. Pelo contrário, requer um propósito participativo e um modelo de governação partilhada que garanta continuidade nos padrões de uso. Neste sentido, os projetos concebidos de baixo para cima, que envolvem as comunidades locais tanto na governação como na utilização das infraestruturas, tendem a gerar níveis mais elevados de identificação social e sustentabilidade a longo prazo Theeboom et al. (2021).

Sobre governação e Responsabilidade Social no desporto, McCullough & Trail (2023) fornecem uma camada analítica adicional. A eficácia das iniciativas de Responsabilidade Social no desporto depende da congruência percebida entre as entidades promotoras e os objetivos sociais do projeto, bem como do grau de envolvimento da comunidade. Quando os residentes percebem autenticidade e compromisso institucional, os níveis de participação e apropriação local tendem a aumentar. Isto é corroborado por Salcines et al. (2013) ao demonstrar que as iniciativas de RSC no futebol são mais eficazes quando as comunidades estão diretamente envolvidas na sua implementação e gestão. Outras ideias relevantes emergem de

abordagens que concebem o desporto como um elemento dentro de ecossistemas comunitários mais amplos, nos quais infraestruturas, instituições, práticas sociais e relações de poder interagem. Por exemplo, os projetos desportivos territorialmente enraizados devem ser concebidos como dispositivos de governação multinível que reúnem atores locais e nacionais, cada um influenciando as condições de implementação, alocação de recursos e sustentabilidade a longo prazo. McCullough & Trail (2023) reforçam isso ao mostrar que as iniciativas desportivas só geram impacto social consistente quando apoiadas por estruturas institucionais de responsabilização e mecanismos claros de responsabilidade, fatores que moldam a confiança da comunidade e o grau de apropriação coletiva. Woolcock (2001) enfatiza que a criação de capital social depende não apenas das relações horizontais dentro da comunidade, mas também da qualidade das ligações verticais com as estruturas formais de autoridade. Aplicada aos Footparks, esta estrutura sugere que a sua eficácia depende da forma como as FFLP, a Missão Continente e as administrações municipais sejam capazes de integrar as instalações no tecido comunitário e garantir resposta às necessidades locais.

A importância das parcerias institucionais é amplamente reconhecida também por Salcines et al. (2013), que argumentam que os modelos de governação híbridos que ligam as entidades envolvidas tendem a produzir intervenções mais sustentáveis, desde que as funções sejam claramente definidas, os mecanismos de monitorização sejam robustos e as respostas às demandas locais sejam oportunas. Esta perspetiva é diretamente aplicável ao modelo Footpark, que exige, entre partes, uma dinâmica colaborativa consistente e de longo prazo. Por outro lado, as dimensões económicas e simbólicas do desporto profissional também exercem uma influência significativa.

Novamente, Birdsall-Strong (2022) argumenta que o futebol, como uma indústria dotada de um capital simbólico substancial e, em geral, boa visibilidade entre os meios de comunicação, pode melhorar os projetos comunitários, mobilizar a atenção do público e reforçar a legitimidade das intervenções. É desta forma que a presença de embaixadores, figuras públicas ligadas ao futebol, como padrinhos nas inaugurações do Footpark que exemplifica uma estratégia que combina visibilidade nacional com impacto local, culminando com o fortalecimento do envolvimento da comunidade.

4. Problemática e apresentação das hipóteses de estudo

A problemática subjacente à presente investigação surge, portanto, da necessidade de compreender em que medida e em que condições específicas, um equipamento desportivo comunitário, como o Footpark, concebido para acesso gratuito, partilhado e universal, é capaz de exercer efeitos mensuráveis sobre a coesão social. Este questionamento adquire particular pertinência num contexto em que o desporto é frequentemente invocado como panaceia para problemas estruturais profundamente enraizados, mas em que as evidências empíricas sobre o impacto real dessas intervenções permanecem fragmentadas, inconsistentes e, em muitos casos, inconclusivas (Coalter, 2010). Isto com o objetivo de contrariar a ideia de que o desporto é frequentemente romantizado como uma ferramenta para o desenvolvimento, e as evidências empíricas são insuficientes, inconsistentes e metodologicamente frágeis (Darnell, 2007).

Neste sentido, o estudo aplicado aos Footparks visa avaliar empiricamente a efetividade social do desporto comunitário em contextos de vulnerabilidade socioeconómica, questionando se os objetivos de inclusão e coesão, que surgem com a criação das microinfraestruturas, se materializam efetivamente nas práticas quotidianas dos utilizadores e das comunidades envolventes. Ao fazê-lo, a investigação aspira transcender a noção retórica do «desporto como solução social», propondo, em vez disso, uma análise crítica fundamentada dos mecanismos através dos quais as microinfraestruturas desportivas podem, ou não, gerar benefícios coletivos sustentáveis.

Deste conjunto de fatores surge o problema central da investigação: “Em que medida é que os Footparks têm contribuído para o aumento da coesão social entre os jovens que residem em áreas economicamente desfavorecidas, e como variam as perceções sobre a comunidade envolvente?”. Esta questão central desdobra-se em duas dimensões analíticas que estruturam a lógica geral do estudo. A presente investigação parte da consideração de duas dimensões analíticas centrais. A primeira prende-se com a comparação entre frequentadores e não-frequentadores do Footpark, procurando compreender se a experiência de utilização do equipamento se associa a perceções diferenciadas do seu impacto social. A segunda diz respeito à variação territorial desses efeitos, procurando averiguar se os utilizadores dos diferentes Footparks apresentam

percepções homogêneas ou, pelo contrário, diferenciadas em função da localidade em que o projeto se insere.

O estudo parte, assim, de um pressuposto teórico de natureza sociológica, segundo o qual a percepção do impacto social de uma infraestrutura comunitária resulta da articulação entre experiência de uso e contexto territorial. Nesta perspectiva, o Footpark é entendido como um dispositivo espacial e socialmente mediador, cuja capacidade de produzir efeitos comunitários positivos depende não apenas da sua existência material, mas também das formas concretas de apropriação e integração local. Assim, são formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

- H1: Existem diferenças na percepção do impacto social dos frequentadores e não-frequentadores do projeto Footpark;
- H2: Não existem diferenças na percepção dos utilizadores do projeto Footpark por localidade.

5. Metodologia

Após a formulação das hipóteses de investigação, estas proposições serão submetidas a testes através de uma abordagem mista, que combina a robustez estatística proporcionada por medições quantitativas padronizadas com a riqueza interpretativa da investigação qualitativa, e permite, assim, a captura simultânea de resultados mensuráveis e dos processos relacionais através dos quais as percepções do impacto social são entendidas. Deve ser definida e adotada uma estratégia metodológica que procure integrar o rigor psicométrico dos instrumentos estabelecidos, nomeadamente as escalas de capital social, identidade colética e capital (Lee et al., 2013), e com indicadores objetivos de impacto, com uma análise qualitativa contextualizada das dinâmicas de apropriação local e práticas de governação colaborativa.

Assim, este capítulo descreve o paradigma de investigação pragmático subjacente ao estudo, a justificação para o desenho do estudo de caso múltiplo, os critérios para a seleção de casos e os instrumentos utilizados para a recolha de dados. Além disso, detalha os a estratégia e procedimentos da análise de dados, e as ressalvas éticas e metodológicas implementadas para garantir a fiabilidade e validade dos resultados.

5.1. Paradigma de investigação e justificação

Este estudo adota um paradigma crítico-realista, combinado com uma orientação interpretativa, rejeitando dicotomias rígidas entre explicação nomotética e compreensão idiográfica em favor de uma abordagem integrativa que reconhece simultaneamente os mecanismos causais subjacentes aos fenómenos sociais e a sua manifestação contextualizada em realidades específicas. Aplicada à análise dos Footparks, esta perspetiva parte do pressuposto de que a coesão social não é um simples agregado de percepções subjetivas, mas propriedades emergentes de configurações relacionais estruturadas, nomeadamente *bonding*, *bridging* e *linking*, neste caso mediadas por infraestruturas materiais. A análise do impacto social do projeto exige, portanto, que se investiguem tanto os mecanismos latentes que potenciam o surgimento de laços comunitários como as circunstâncias contextuais que condicionam a sua ativação ou bloqueio em cada local.

Complementando esta postura ontológica, a orientação interpretativa garante que as experiências vividas pelos membros da comunidade sejam captadas nos seus próprios termos, reconhecendo a agência dos atores sociais na coconstrução dos significados atribuídos aos Footparks. Esta combinação permite que a investigação vá para além da identificação de correlações entre variáveis, engajando-se com as condições estruturais que tornam possíveis determinados resultados sociais e com as interpretações subjetivas através das quais esses resultados são apropriados. Deste modo, a análise procura englobar níveis de explicação que vão da infraestrutura e da governação até às perceções locais de pertença, segurança e participação, evitando tanto o reducionismo estatístico como o subjetivismo desligado das condições materiais.

A adoção desta abordagem híbrida é justificada pelas limitações documentadas na literatura sobre o SFD, na qual o desporto tende a ser romantizado como solução social quase automática, sem uma avaliação empírica suficientemente rigorosa dos mecanismos causais e das condições contextuais que sustentam os resultados observados, como já referido. Essa romantização tem conduzido a estudos que privilegiam narrativas aspiracionais em detrimento de evidências sistemáticas, dificultando a atribuição causal e obscurecendo as relações de poder que atravessam as intervenções.

5.2. Desenho do estudo

O desenho metodológico do estudo configura-o como um estudo de caso múltiplo. Esta estratégia adequa-se à investigação de fenómenos contemporâneos em contextos reais, nos quais as fronteiras entre fenómeno e contexto são difusas e os mecanismos causais emergem da interação dinâmica entre configurações estruturais e processos relacionais. Esta opção responde diretamente aos objetivos do estudo e às hipóteses formuladas, permitindo examinar em profundidade como os Footparks, enquanto mecanismos generativos potenciais, se ativam em diferentes realidades territoriais e socioeconómicas portuguesas. O estudo de caso múltiplo privilegia a profundidade analítica sobre a generalização estatística, captando a complexidade das dinâmicas locais que caracterizam intervenções de SFD no seio das comunidades.

Do ponto de vista dos critérios de seleção de casos, o primeiro eixo de decisão foi a elegibilidade programática, isto é, a inclusão apenas de Footparks já inaugurados e em funcionamento com a nova equipa da FFLP, após a já referida renovação da mesma em maio de 2025, e com a garantia que existisse um período mínimo de 4 meses de uso efetivo que permitisse à comunidade desenvolver padrões mínimos de apropriação, frequência e interação. Um segundo eixo foi a vulnerabilidade socioeconómica relativa dos territórios, aferida a partir de indicadores públicos (INE, 2011; INE, 2021) e da própria experiência acumulada da FFLP. Um terceiro eixo prendeu-se com a diversidade geográfica e sociodemográfica, assegurando a inclusão de casos pertencentes a diferentes NUTS II e a distintos enquadramentos de governação local. Assim, os Footparks selecionados foram os de Vila do Conde (Figura 2), Braga (Figura 3), Torres Vedras (Figura 4) e Loures (Figura 5), e a sua combinação resulta desta lógica de variação máxima controlada.

Figura 2 – Footpark de Vila do Conde.



Figura 3 – Footpark de Braga.



Figura 4 – Footpark de Torres Vedras.



Figura 5 – Footpark de Loures.



São contextos suficientemente heterogéneos para permitir comparações significativas, mas suficientemente homogéneos no que respeita ao modelo do projeto para que os contrastes observados possam ser interpretados em função de condições locais, e não de diferenças estruturais no programa. A tabela seguinte sistematiza os critérios de seleção e características contextuais dos casos:

Tabela 1 – Características demográficas e socioeconómicas dos Footparks e das respetivas comunidades em estudo.

Footpark (Cidade)	Comuni- dade	Região	Densidade Demográ- fica	Vulnerabilidade Socioeconómica	Data de Inauguração	Padrinho
Vila do Conde (Caxinas)	Bairro dos Pescadores	Norte (Área Metropolitana do Porto)	8,848.8 hab./km ² (2021) - Extre- mamente Alta	Alta	21/05/2025	Ukra
Torres Vedras	Núcleo Urbano de Torres Vedras	Centro (OesteCIM)	573.2 hab./km ² (2021) – Média	Média-Alta	01/07/2025	Nélson Pereira
Braga	Bairro das Andorinhas	Norte (Minho)	5,480 hab./km ² (2021) – Muito Alta	Alta	08/10/2025	Alan Osório

Loures (Santo António dos Cavaleiros)	Urbanização de Santo André	Centro (Área Metropolitana de Lisboa)	7,129.8 hab./km ² (2011) – Extremamente Alta	Média-Alta	19/12/2025	Beto Pimparel
--	----------------------------	---------------------------------------	---	------------	------------	---------------

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (Censos de 2011 e 2021) e documentação interna da Fundação do Futebol

Esta configuração estratégica garante boa diversidade geográfica distribuída pelo território nacional com 2 casos no Norte e 2 casos no Centro, sendo que são abrangidas as Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa, uma região em franco crescimento populacional como Braga, e outra na região do Oeste e Vale do Tejo, onde há menor densidade. Verifica-se entre todas alguma coerência na vulnerabilidade socioeconómica, sendo que se podem reportar alguns défices estruturais e infraestruturais. Estes casos apresentam uma relevância programática, uma vez que todos foram inaugurados em 2025, já obedecem à cláusula do contrato para o apuramento destes indicadores de impacto, mas não foram enviados pelas respetivas entidades municipais.

Optou-se pelo estabelecimento de uma análise por comparações intra-caso, nomeadamente pela análise que explora os contrastes entre frequentadores e não-frequentadores e inter-caso, pela análise de padrões convergentes/divergentes entre Footparks, identificando as condições facilitadoras/inibidoras do impacto social. A estratégia analítica múltipla assegura transferibilidade teórica sem comprometer a profundidade contextual. Cada Footpark selecionado mantém-se uma ‘unidade’ de análise autónoma, mas interdependente, permitindo testar se a perceção do impacto social dos frequentadores e não-frequentadores (H1) e as diferenças na perceção por localidade (H2) se replicam constantemente ou não.

O acesso privilegiado a informação interna e a facilitação dos contactos, devido ao estágio na FFLP, constituem uma vantagem crítica neste processo. A posição interna proporcionou não apenas familiaridade operacional com o programa, mas também legitimidade institucional perante intervenientes diretos no processo, o que, naturalmente, se traduziu em taxas de resposta mais elevadas e rápidas, e acesso a narrativas autênticas que seriam mais difíceis de obter no caso de uma investigação externa.

5.3. Critérios de seleção de casos e amostragem

A definição dos critérios de seleção de casos e da estratégia de amostragem decorre diretamente do paradigma crítico-realista e do desenho de estudo de caso múltiplo adotados, procurando garantir, em simultâneo, variação contextual suficiente para testar a robustez das hipóteses e coerência interna entre os casos analisados. Neste sentido, como já analisado, a escolha dos quatro Footparks não resulta de uma lógica de conveniência, mas de um processo intencional de construção de um “campo comparativo” que maximize o potencial explicativo do estudo, permitindo observar como o mesmo modelo infraestrutural e institucional é apropriado em contextos sociais e territoriais com diferenças.

No que respeita à amostragem de participantes, a estratégia segue uma lógica que se mantém coerente com o desenho de estudo de caso múltiplo. Na componente quantitativa, a população-alvo eram as pessoas (mas em especial os jovens) residentes nos territórios servidos por cada Footpark que utilizem a infraestrutura, independentemente da regularidade, bem como pais ou responsáveis legais no caso de participantes menores de 16 anos. A inclusão de pessoas mais velhas visa captar perceções sobre mudanças mais estruturais nos padrões de socialização, segurança, pertença e participação comunitária, que os próprios jovens podem não conseguir expressar de forma tão sistemática. Para o estudo analítico de cada Footpark, pretendia-se alcançar um intervalo amostral que variasse entre 30 e 50 pessoas, que foi alcançado. Os critérios de inclusão dos participantes incluem: (i) residir, estudar ou frequentar a área de influência do campo. Critérios de exclusão podem incluir a impossibilidade de compreensão do questionário ou a ausência de consentimento informado, do próprio e/ou do responsável, quando aplicável. A amostragem é, assim, não probabilística, intencional e por quotas mínimas por caso, adequado a um estudo exploratório-comparativo usual neste tipo de intervenção comunitária.

Na componente qualitativa, a amostragem já assume um carácter intencional e teórico, centrada em “informantes mais bem posicionados” com colocação relevante na vida comunitária e conhecimento direto da implementação e utilização do Footpark. Em cada caso, tinha-se como objetivo aplicar a entrevista semiestruturada a entre 1 a 2 líderes comunitários, podendo incluir representantes de associações de moradores, técnicos de

juventude e/ou desporto do município, dirigentes de IPSS locais, representantes de escolas ou outros atores com papel reconhecido na mediação entre moradores, jovens e instituições. A seleção destes informantes faz-se em articulação com contactos diretos em cada Câmara Municipal, privilegiando perfis que apresentassem proximidade quotidiana face ao programa. Neste caso, foi realizada uma entrevista por localidade.

5.4. Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados foram escolhidos de acordo também com o paradigma crítico-realista e o desenho de estudo definido, combinando medidas quantitativas padronizadas com fontes qualitativas capazes de complementar, e elucidar os mecanismos e significados subjacentes que moldam a dinâmica social observada. Assim, foi utilizado um conjunto de instrumentos complementares que, em combinação, operacionalizam as dimensões centrais do modelo analítico (capital social, identidade coletiva, capital humano e impacto objetivo) permitindo o teste empírico das hipóteses formuladas. As subsecções seguintes fornecem uma descrição detalhada de: (i) o instrumento de pesquisa quantitativa aplicado aos participantes; e (ii) o guião de entrevista qualitativa concebido para as figuras comunitárias de interesse.

5.4.1. Questionário: tópicos e escalas propostas

O instrumento quantitativo adota a forma de questionário autoaplicável em formato de *Microsoft Forms* dirigido a pessoas residentes ou escolarizadas nas áreas de influência dos quatro Footparks em estudo, operacionalizando as dimensões centrais do modelo analítico, através da adaptação da escala de impacto social do desporto desenvolvida por Lee et al. (2013). Este instrumento, validado psicometricamente em contexto desportivo comunitário, apresenta uma estrutura multifatorial com propriedades de consistência interna elevadas ($\alpha > .80$ nas dimensões principais) e validade convergente/convergente demonstrada em relação a medidas de coesão grupal e desenvolvimento pessoal, justificando plenamente a sua transposição para o paradigma crítico-realista do presente estudo.

A adaptação preserva integralmente a estrutura original, e é composta por medidas compostas (itens específicos por dimensão), totalizando 59 itens distribuídos por cinco secções temáticas organizadas em progressão fenomenológica. Todos os itens *Likert* 5-pontos (“*Discordo Totalmente*” a “*Concordo Totalmente*”) foram ajustados semanticamente ao contexto comunitário e infraestrutural do Footpark, sem comprometer a equivalência conceitual nem requerer nova validação fatorial prévia dada à semelhança contextual do instrumento original. A opção extra “*Não Sei Responder*” evita o enviesamento por resposta forçada e foi tratada como uma resposta separada.

5.4.2. Entrevista semiestruturada

O instrumento qualitativo complementar configura-se como uma entrevista semiestruturada dirigida a presidentes de associações de moradores ou responsáveis comunitários, enquanto informantes possuidores de uma visão longitudinal única sobre as dinâmicas territoriais pré e pós-implantação da infraestrutura desportiva. Aplicado nos quatro casos sob análise, este guião de quatro perguntas abertas operacionaliza a orientação interpretativa do paradigma crítico-realista adotado.

O guião segue uma progressão lógica e fenomenológica, estruturada para estimular discurso espontâneo e narrativo através de formulações abertas complementadas por sondagens neutras, com uma duração de 10-15 minutos por sessão. As respostas foram transcritas *verbatim* e submetidas a análise temática para identificar padrões, temas generativos e mecanismos causais subjacentes às hipóteses investigadas. As quatro perguntas, adaptáveis ao contexto específico de cada Footpark através da inserção do topónimo, articulam-se diretamente com o modelo analítico do estudo:

1. Antes da inauguração do Footpark de [____], como caracterizaria as dinâmicas de convívio, participação e confiança entre os jovens e famílias da sua área de intervenção? Quais eram os principais desafios em termos de coesão social e ocupação dos espaços públicos?
2. Desde a abertura do Footpark, reparou em alterações concretas no comportamento dos jovens, nas relações entre vizinhos ou na apropriação do espaço público? Pode ilustrar com exemplos específicos do dia a dia na comunidade?

3. Na sua perspetiva enquanto figura comunitária de relevo, em que medida considera que o Footpark contribuiu efetivamente para reforçar os laços de confiança e pertença na comunidade?
4. Para manter e ampliar os efeitos positivos do Footpark na coesão social e desenvolvimento juvenil, que medidas ou parcerias recomenda a partir da experiência vivida na sua comunidade?

Esta abordagem possibilita que se tente fazer uma triangulação metodológica com o questionário quantitativo (5.4.1.), contrastando as perceções ‘macro comunitárias’ dos entrevistados, com autoavaliações ‘micro individuais’ do cidadão comum, numa convergência interpretativa que explicita os mecanismos contextuais mediadores das hipóteses H1 e H2.

5.5. Procedimentos de recolha de dados: etapas operacionais e logística

A recolha de dados foi organizada em estreita articulação com a Missão Continente, tirando partido da sua facilidade e acessibilidade de chegar ao contacto com os responsáveis pelo projeto em cada entidade municipal. Os questionários foram disseminados em escolas públicas localizadas nas imediações de cada Footpark em estudo, de modo a garantir o acesso a jovens que residem ou estudam nas áreas de influência diretas dos equipamentos, mas também divulgadas através de outros pontos de convergência comunitária nos arredores dos Footparks (CATLs, cafés, restaurantes, pequenos negócios, etc.). No caso de Vila do Conde, a aplicação envolveu a Escola Básica Frei João de Vila do Conde e a Escola Secundária José Régio; em Braga, a Escola Básica do Bairro da Misericórdia; e, em Loures, a Escola Básica Fernando de Bulhões. Este procedimento padronizado, aplicado em simultâneo nos quatro municípios, permitiu maximizar a taxa de resposta dentro do tempo disponível para a recolha.

No que respeita à componente qualitativa, as entrevistas semiestruturadas a líderes comunitários foram igualmente viabilizadas pelas Câmaras Municipais, que facilitou o contacto com estes interlocutores. Após identificação prévia dos que deram o seu testemunho, três das entrevistas foram realizadas por videoconferência e uma por chamada de voz, garantindo condições de confidencialidade, consentimento informado e

gravação áudio para posterior transcrição. Este procedimento remoto permitiu contornar limitações logísticas.

5.6. Plano de tratamento e análise dos dados

O tratamento dos dados e a estratégia analítica integram procedimentos quantitativos e qualitativos de forma coerente e mutuamente reforçada, em consonância com o desenho do estudo de múltiplos casos e com o paradigma realista crítico subjacente ao estudo.

5.6.1. Plano de análise quantitativa

Os dados do questionário foram exportados para uma folha de cálculo e subsequentemente analisados utilizando *software* estatístico apropriado, nomeadamente, o SPSS (*Statistical Product and Service Solutions*).

O processo analítico teve início com uma fase de limpeza e organização dos dados, incluindo a verificação de valores em falta, inconsistências e *outliers*¹, análises estatísticas de frequências e descritivas, a fim de caracterizar o perfil da amostra e examinar as propriedades distributivas de cada dimensão analítica. Posteriormente, a consistência interna das escalas de cada dimensão foi avaliada através do cálculo dos coeficientes alfa de Cronbach. Foram então realizadas análises inferenciais para testar as hipóteses formuladas, incluindo comparações das pontuações médias entre frequentadores e não-frequentadores dos Footparks através um teste t para amostras independentes, em função da verificação dos pressupostos de normalidade e homogeneidade das variâncias. Posteriormente, e com o objetivo de comparar as perceções dos participantes entre as localidades em cada dimensão, foram realizadas ANOVAs de uma via. Nos casos em que o pressuposto das variâncias era cumprido, recorreu-se ao teste de Tukey HSD; nos casos em que se verificaram violações desse pressuposto, recorreu-se ao teste de Games-Howell como alternativa robusta às comparações múltiplas. Os tamanhos dos efeitos também foram calculados para

¹ Valores observacionais que apresentam uma distância invulgar em relação à distribuição predominante dos dados, podendo influenciar estimativas, testes estatísticos e interpretações dos resultados.

determinar a magnitude substantiva das diferenças observadas, complementando assim os testes de significância estatística com medidas de relevância prática.

5.6.2. Plano de análise qualitativa

Paralelamente, as entrevistas semiestruturadas foram transcritas através de um programa de Inteligência Artificial implementado na plataforma *Microsoft Teams* na rede da Liga Portugal, *Read AI Meeting Notes*, e submetidas a uma análise humana. A partir daí, as mesmas foram interpretadas cruzadas entre si, de modo a comparar informação

5.6.3. Estratégia de integração de resultados

A triangulação de resultados foi assumida como um exercício de confronto interpretativo entre ordens distintas de evidência, partindo da questão de saber se, e em que sentido, é possível articular dados quantitativos e qualitativos numa mesma leitura analítica. Mais do que procurar uma fusão perfeita entre linguagens metodológicas heterogéneas, esta estratégia procurou reconhecer a sua diferença epistemológica e, precisamente por isso, explorar o potencial de cada uma para iluminar aspetos complementares do fenómeno estudado, permitindo uma compreensão mais densa, contextualizada e teoricamente informada do impacto social dos Footparks.

5.7. Validade, fiabilidade e reflexividade

A viabilidade do estudo assentou na combinação de condições institucionais, logísticas e relacionais que tornaram exequível a recolha de dados nos quatro Footparks selecionados, nomeadamente a parceria entre a FFLP e a Missão Continente, bem como o apoio das autarquias, que assegurou o acesso privilegiado aos contactos de interesse para a operacionalização do estudo. A utilização de instrumentos adaptados ao público-alvo serviu para, por um lado, minimizar a carga imposta aos participantes e, por outro, maximizar as taxas de resposta dentro dos constrangimentos temporais dos calendários das várias partes.

Em paralelo, a reflexibilidade do investigador é assumida como característica relevante do desenho metodológico, pela sua posição de proximidade institucional à

FFLP, reconhecida como recurso e como potencial fonte de viés, sendo explicitamente problematizada através da clarificação de distanciamento crítico, como a separação entre funções profissionais e científicas, junto dos participantes

5.8. Considerações éticas e RGPD

A investigação cumpre integralmente os princípios éticos da investigação em ciências sociais e as disposições do RGPD, de forma a assegurar a proteção da privacidade e dos direitos dos participantes em todas as fases do estudo. A aplicação dos questionários foi precedida de informação clara e acessível sobre os objetivos, sendo a participação voluntária, baseada em consentimento informado dos próprios, com a possibilidade de desistência a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Não foram recolhidos dados de identificação direta sendo os dados armazenados em formato anonimizado, e com acesso restrito ao investigador. As entrevistas semiestruturadas foram igualmente precedidas de consentimento informado, incluindo autorização para gravação áudio e transcrição, garantindo-se o uso exclusivo dos dados para fins académicos.

5.9. Limitações metodológicas e riscos

Das poucas limitações metodológicas deste estudo, as principais decorreram mais da necessidade de articular calendários institucionais distintos, nomeadamente entre o cronograma académico da investigação, o calendário letivo das escolas envolvidas e a disponibilidade dos parceiros institucionais e dos entrevistados, do que de problemas conceptuais ou de acessibilidades.

A recolha de dados quantitativos ficou condicionada a janelas temporais relativamente estreitas, o que limitou a possibilidade de alargar a amostra para além das pessoas disponíveis nesses períodos e pode introduzir algum viés de seleção (ou até mesmo realizar medições repetidas). De modo semelhante, a marcação das entrevistas por videoconferência esteve dependente das suas agendas pessoais e profissionais, o que exigiu ajustamentos ao planeamento inicial. Embora estas restrições temporais e logísticas não tenham comprometido a coerência do desenho metodológico nem a robustez dos dados obtidos, impõem prudência na generalização dos resultados.

5.10. Cronograma de atividades, orçamento e recursos necessários

O cronograma de atividades da vertente empírica concentrou-se por volta de meio do segundo semestre letivo do ano académico de 2025/2026. Os questionários online foram espalhados no início de abril e mantidos abertos até ao início de maio, período em que decorreu simultaneamente a marcação e realização das entrevistas. Logo após isso, os dados começaram imediatamente a ser planificados e tratados.

Todo o processo de recolha foi realizado sem custos financeiros diretos para o projeto, recorrendo exclusivamente a recursos já disponibilizados pelas instituições, nomeadamente, plataformas digitais gratuitas como o *Microsoft Forms* e *software* estatístico de acesso institucional, equipamentos informáticos básicos e, naturalmente, tempo de trabalho. Esta operacionalização “*low-cost*”, apoiada em infraestruturas tecnológicas correntes e na capitalização de redes institucionais pré-existentes, assegurou a exequibilidade do estudo dentro de um horizonte temporal e orçamental compatível com uma investigação deste calibre, sem comprometer a qualidade e a profundidade dos dados obtidos.

6. Resultados

O presente capítulo dedica-se à apresentação e análise dos resultados obtidos no âmbito da componente empírica da investigação, articulando os dados quantitativos recolhidos através do questionário com os contributos qualitativos provenientes das entrevistas. Partindo do enquadramento metodológico previamente estabelecido, procura-se, aqui, descrever, de forma sistemática e rigorosa, os principais padrões observados nos diferentes indicadores analisados, com especial incidência nas dimensões definidas anteriormente: capital social, coesão comunitária, identidade coletiva e impacto percebido dos Footparks nas comunidades em estudo.

A estrutura do capítulo segue uma lógica progressiva, iniciando-se com a caracterização da amostra e com a apresentação das estatísticas descritivas das variáveis em análise, para depois avançar para os testes estatísticos destinados à verificação das hipóteses formuladas, com os resultados separados por dimensão. Deste modo, pretende-se não apenas expor os resultados de forma clara e organizada, mas também criar as condições necessárias para a sua interpretação crítica no capítulo seguinte, onde será estabelecida uma comparação entre os dados obtidos e a literatura, e desta forma, tiradas as conclusões.

6.1. Perfil dos participantes

A caracterização do perfil dos respondentes ao questionário é uma etapa fundamental em qualquer estudo de natureza quantitativa, na medida em que explicita as principais características sociodemográficas e contextuais dos participantes, permitindo avaliar até que ponto o universo inquirido é coerente com os objetivos da investigação e com a população-alvo definida. Ao descrever de forma sistemática variáveis como idade, sexo, escolaridade, localização geográfica e relação com o objeto de estudo, esta secção fornece o enquadramento necessário para a interpretação crítica dos resultados, de forma a prevenir generalizações abusivas e a reforçar a transparência e o rigor metodológico do trabalho empírico.

A amostra analisada é constituída por 218 respondentes válidos, após uma primeira limpeza da base de dados que excluiu 48 questionários incompletos ou inválidos, face às 266 respostas inicialmente recolhidas. Em termos etários, como pode ser

verificado na Tabela 2, a distribuição revela uma predominância clara de jovens adultos, com idades dos participantes compreendidas entre os 16 e os 68 anos, e uma idade média de 24.98 anos, indicando uma concentração significativa nos escalões etários mais jovens. As classes de idade entre os 16 e os 23 anos concentram, de forma particularmente expressiva, a maioria dos participantes, sinalizando que a aplicação do questionário incidiu, sobretudo, sobre populações em idade escolar, estudantil ou em transição para a vida ativa.

Tabela 2 – Estatísticas da idade dos participantes.

Estatística	Valor
Número de respondentes válidos	218
Idade mínima	16 anos
Idade máxima	68 anos
Idade média	24.98 anos
Mediana	21 anos
Moda	19 anos

No que respeita à variável sexo, a amostra apresenta uma distribuição assimétrica, ainda que equilibrada do ponto de vista analítico: 61.9% dos respondentes identificaram-se como sendo do sexo masculino e 38.1% como do sexo feminino, como se pode observar na Tabela 3. Esta predominância masculina é coerente com a natureza do objeto de estudo, fortemente ancorado no futebol e em práticas desportivas informais, frequentemente associadas a uma maior participação de rapazes e homens jovens em contextos comunitários. Quando cruzada com a idade, observa-se que esta predominância masculina se mantém em praticamente todos os escalões etários, com variações pontuais, mas sem inversões estruturais da tendência global. Assim, o perfil sociodemográfico da amostra aponta para um universo marcadamente juvenil e maioritariamente masculino, o que deve ser tido em conta na interpretação dos resultados.

Tabela 3 – Distribuição por sexo dos participantes.

Sexo	Frequência	Percentagem (%)
Feminino	83	38.1
Masculino	135	61.9
Total	218	100

Em termos de capital educativo, o nível de escolaridade dos respondentes evidencia uma amostra relativamente diversificada, embora claramente predominante nos níveis de ensino básico e secundário (Tabela 4). A distribuição pode contribuir para corroborar a coexistência, no mesmo universo de análise, de jovens ainda em percursos escolares e de adultos jovens com formação superior, o que introduzirá leituras diferenciadas sobre o papel dos Footparks na coesão social e nas oportunidades de desenvolvimento pessoal. A análise cruzada entre sexo e escolaridade revela, uma distribuição homogénea entre homens e mulheres, sem assimetrias fortes que indiquem padrões de diferenciação educativa relevantes no interior da amostra.

Tabela 4 – Distribuição por grau de escolaridade dos participantes.

Grau de Escolaridade	Frequência	Percentagem (%)
Ensino Básico	61	28.0
Ensino Secundário	83	38.1
Licenciatura /Bacharelato	46	21.1
Mestrado	28	12.8
Total	218	100

Do ponto de vista territorial, a amostra distribui-se pelas quatro localidades em estudo de forma relativamente equilibrada, ainda que com ligeira sobrerrepresentação de alguns casos (Tabela 5). Esta configuração assegura a presença substantiva de participantes em todos os contextos analisados, permitindo comparações intermunicipais, embora com maior poder analítico nos casos de Braga e Loures, onde a densidade amostral é mais elevada. Quando cruzada com a variável “frequentas o Footpark?”, esta distribuição mostra que, em todas as localidades, a proporção de utilizadores supera consistentemente a de não-utilizadores, sendo particularmente elevada em Vila do Conde (onde cerca de dois terços dos respondentes referiram frequentar o espaço) e Loures, o que sugere, uma boa integração dos Footparks no quotidiano das respetivas comunidades.

Tabela 5 – Distribuição por localidade dos participantes.

Localidade	Frequência	Percentagem (%)
Braga	75	34.4
Loures	68	31.2
Torres Vedras	33	15.1
Vila do Conde	42	19.3
Total	218	100

No que concerne ao grau de familiaridade com o projeto, a esmagadora maioria dos participantes declara conhecer o Footpark local, conforme ilustrado na Tabela 6. Entre aqueles que conhecem o Footpark (n = 183), 61.2% indicam frequentá-lo, enquanto 38.8% afirmam não o utilizar, o que evidencia uma taxa de uso efetivo bastante expressiva num contexto de acesso livre e informal.

Tabela 6 – Distribuição por conhecimento e frequência do Footpark pelos participantes.

		Frequência	Percentagem (%)
“Conheces o Footpark?”	Sim	183	83.9
	Não	35	16.1
	Total	218	100
“Frequentas o Footpark?”	Sim	112	61.2
	Não	71	38.8
	Total	183	100

A análise cruzada entre sexo e conhecimento do Footpark mostra que tanto homens como mulheres apresentam níveis elevados de familiaridade com o projeto, embora o conhecimento seja ligeiramente mais frequente entre os participantes masculinos, consoante com a maior participação masculina no próprio universo da amostra. A relação entre idade e frequência de utilização evidencia um padrão interessante, mas natural: os escalões mais jovens, particularmente entre os 16 e os 21 anos, apresentam proporções significativamente mais elevadas de utilizadores regulares, enquanto em idades mais avançadas se observa uma diminuição progressiva da frequência. Isto sugere que o Footpark se afirma sobretudo como dispositivo privilegiado de socialização juvenil.

Relativamente às práticas associadas ao uso do Footpark, os dados presentes na Tabela 7 indicam que, entre os 112 participantes que declararam frequentar o espaço, o futebol é, como seria expectável, a atividade dominante, sendo que outras modalidades apresentam expressão menos marcada, embora não negligenciável, o que aponta para uma certa polivalência funcional do espaço. Para além do desporto, verifica-se que o Footpark é lugar de encontro e convivência comunitária, pelo que, a sua leitura deve ser como infraestrutura social e não apenas desportiva.

Tabela 7 – Distribuição por atividade praticada pelos frequentadores.

Atividade		Frequência	Percentagem (%)
Futebol	Sim	81	72.3
	Não	31	27.7
	Total	112	100
Basquetebol	Sim	17	15.2
	Não	95	84.8
	Total	112	100
Treino de Condição Física	Sim	16	14.3
	Não	96	85.7
	Total	112	100
Convívio	Sim	79	70.5
	Não	33	29.5
	Total	112	100
Outra	Sim	23	20.5
	Não	89	79.5
	Total	112	100

A análise da distância entre o local de residência ou permanência habitual e o Footpark permite aprofundar a compreensão dos padrões de acessibilidade e de utilização. Conforme apresentado na Tabela 8, observa-se uma distribuição diversificada das distâncias percorridas, com maior concentração nas categorias de distância até 1 km, indicando que o equipamento é frequentado por residentes próximos, mas também por alguns que se deslocam a partir de zonas mais afastadas, o que faz sobressair a capacidade de atração do espaço para além da vizinhança imediata.

Tabela 8 – Distribuição por distância de residência dos participantes ao Footpark.

Distância	Frequência	Percentagem (%)
Menos de 100 m	44	24.0
Entre 100 e 500 m	45	24.6
Entre 500m e 1 km	45	24.6
Entre 1 e 3 km	26	14.2
Mais de 3km	22	12.0
Total	218	100

As tabulações cruzadas entre distância e frequência de utilização indicam um gradiente nítido: quanto menor a distância, maior a probabilidade de uso regular. Por exemplo, de entre quem vive a mais de 3 quilómetros, 86.4% não frequenta o Footpark, ao passo que, de entre quem reside a menos de 100 metros, ou entre 100 e 500 metros, a maioria é utilizadora (75.3%). Confirma-se, aparentemente, a importância da proximidade territorial na apropriação do equipamento, sublinhando-se a relevância do critério de localização na conceção deste tipo de intervenção. Por esta ordem de ideias, pode concluir-se que um Footpark que não esteja inserido numa área de elevada densidade populacional poderá não ter a mesma afluência de utilizadores.

Por fim, a variável que interroga, *a priori*, diretamente a percepção de impacto subjetivo do projeto, “O Footpark mudou a forma como vês a tua comunidade?”, revela que a esmagadora maioria dos respondentes que conhecem o Footpark consideram que o equipamento alterou positivamente a sua percepção da comunidade, enquanto os restantes não identificam essa mudança, como evidenciado na Tabela 9.

Tabela 9 – Distribuição da percepção dos participantes sobre a influência do Footpark na forma como veem a sua comunidade.

“O Footpark mudou a forma como vês a tua comunidade?”	Frequência	Percentagem (%)
Sim	149	81.4
Não	34	18.6
Total	183	100

Quando cruzada com a localidade, verifica-se que esta percepção positiva é maioritária em todos os contextos, sendo particularmente expressiva em Vila do Conde (89.2% de respostas afirmativas) e, ainda assim, elevada nas demais, embora com ligeiras variações. A análise por nível de escolaridade mostra também que a maioria dos participantes, independentemente do seu capital educativo, reconhece mudanças favoráveis na forma como vê a comunidade, ainda que esta percepção seja mais pronunciada entre indivíduos com ensino básico e secundário do que entre aqueles com formação superior, onde se observa uma proporção ligeiramente superior de respostas negativas.

Em conjunto, estes resultados configuram um perfil amostral que, embora não estatisticamente representativo no sentido probabilístico, é robusto e diversificado,

permitindo uma leitura consistente dos efeitos sociais atribuídos aos Footparks a partir de um universo marcadamente juvenil, com predominância masculina, territorialmente distribuído pelas quatro localidades e com forte familiaridade e envolvimento com os equipamentos em análise.

6.2. Análise descritiva da percepção do impacto social do projeto Footpark

A análise estatística descritiva por variável é também uma etapa fundamental no processo analítico, na medida em que permite um exame detalhado das dimensões em estudo antes da aplicação dos procedimentos inferenciais. Ao analisar as medidas de médias, desvios-padrão, assimetria e curtose para cada variável, torna-se possível não só identificar as tendências centrais e níveis de dispersão, mas também avaliar a forma e as propriedades distributivas dos dados associados a cada item. Essa análise facilita a identificação de padrões de resposta consistentes, potenciais *ceiling effects* ou *floor effects*¹ e desvios da normalidade, todos eles críticos tanto para a interpretação substantiva do impacto percebido dos Footparks. Consequentemente, esta é mais uma etapa que contribui para garantir a robustez dos dados.

Tabela 10 – Estatística descritiva por variável.

Dimensões / Itens	Média	Desvio padrão	Assimetria	Curtose
Capital Social (SC)				
<i>Os membros da comunidade estão mais ativos (por causa do projeto Footpark).</i>	4.07	1.12	-1.11	.202
<i>Os membros da comunidade tentam ajudar-se mais (por causa do projeto Footpark)</i>	3.57	.96	-.61	-.197
<i>O projeto Footpark tornou os membros da comunidade mais proativos em relação à vida.</i>	3.54	1.07	-.57	-.502
<i>As pessoas da comunidade sentem-se mais orgulhosas (por causa do projeto Footpark).</i>	3.99	.96	-.78	.044
<i>Há um maior senso comum de confiança e cooperação entre os membros da comunidade (por causa do projeto Footpark).</i>	3.60	1.07	-.45	-.745
<i>O projeto Footpark tornou a comunidade um espaço mais democrático.</i>	3.66	1.01	-.52	-.333
<i>A diversidade social e os movimentos sociais foram desenvolvidos na comunidade (por causa do projeto Footpark).</i>	3.72	1.00	-.67	-.120

¹ Os *floor effects* acontecem quando muitos participantes obtêm as pontuações mais baixas possíveis numa escala, o que comprime os dados no limite inferior e dificulta distinguir diferenças reais entre eles. Isto pode enviesar a análise e reduzir a sensibilidade do instrumento para detetar variações de desempenho

<i>O projeto Footpark permitiu uma maior consciencialização da sustentabilidade ambiental na comunidade.</i>	3.70	1.01	-.50	-.464
<i>As pessoas tentam procurar soluções em conjunto para melhoria da comunidade (por causa do projeto Footpark).</i>	3.69	1.01	-.55	-.463
<i>A minha comunidade está mais confiante (em razão do projeto Footpark).</i>	4.00	.89	-.54	-.529
<i>A comunidade desenvolve/desenvolveu outros eventos (por causa projeto Footpark).</i>	3.81	.95	-.44	-.700
<i>As pessoas tentam procurar soluções em conjunto para melhoria da comunidade (por causa do projeto Footpark).</i>	3.56	1.02	-.54	-.543
<i>O projeto Footpark permitiu à comunidade conviver com pessoas com diferentes estilos de vida.</i>	3.74	1.04	-.41	-.886
<i>O projeto Footpark estimulou os membros da comunidade a tomarem iniciativas para fazer o que precisa de ser feito, mesmo que ninguém o peça.</i>	3.53	1.02	-.48	-.597
<i>O projeto Footpark faz com que as pessoas se conheçam e se ajudem mais na comunidade.</i>	3.64	1.03	-.55	-.578
Identidade Coletiva (CI)				
<i>Identifico-me com a comunidade onde vivo e/ou estudo.</i>	3.87	1.04	-.79	-.004
<i>Sinto-me parte da comunidade onde vivo e/ou estudo.</i>	3.97	1.00	-.87	.356
<i>Sinto que ser um membro da minha comunidade reflete quem eu sou.</i>	3.89	1.06	-.79	-.055
<i>Fico feliz por ter disponível o projeto Footpark na minha comunidade.</i>	4.51	.68	-1.23	.911
<i>Sinto que há um grande sentido de grupo (por causa do projeto Footpark) na minha comunidade.</i>	4.02	.92	-.82	.311
<i>Acredito que o projeto Footpark faz/fez as pessoas de outras comunidades terem uma melhor perceção da minha comunidade.</i>	4.07	.94	-1.00	.716
<i>Tenho partilhado objetivos, ideias ou opiniões com as pessoas que fazem parte da minha comunidade.</i>	4.00	.99	-.97	.483
<i>Sinto que os outros respeitam mais a minha comunidade (por causa do projeto Footpark).</i>	4.14	.89	-1.02	.866
<i>Ser membro da comunidade é uma parte importante da minha autoimagem.</i>	3.90	1.04	-.82	.107
<i>Tenho um forte sentimento por pertencer à minha comunidade.</i>	3.87	1.03	-.78	.003
<i>Acredito que o projeto Footpark melhorou a imagem da minha comunidade.</i>	4.30	.87	-1.41	1.945
<i>Tenho orgulho de me considerar um membro da minha comunidade.</i>	3.95	1.02	-.94	.498
Capital Humano (HC)				
<i>Procuro sempre desenvolver novos conhecimentos e competências para melhorar a minha vida.</i>	4.23	.70	-.52	-.193
<i>Tenho boas habilidades de resolução de problemas nas minhas atividades diárias.</i>	4.13	.68	-.43	.333
<i>A minha experiência fez-me conhecer valores éticos e princípios morais.</i>	4.28	.66	-.66	.602
<i>Tenho o conhecimento, as habilidades e a competência necessários para me desenvolver como pessoa.</i>	4.10	.72	-.52	.188
<i>Tenho valores e princípios importantes que aprendi na minha experiência (no projeto Footpark).</i>	4.21	.73	-.72	.368
<i>Em muitos aspetos, pela minha experiência (no projeto Footpark) passei a ter uma atitude mais positiva em relação às minhas realizações.</i>	4.00	.91	-.78	.124
<i>Tenho a oportunidade de continuar a desenvolver conhecimentos, habilidades e competências.</i>	4.24	.69	-.78	.959

<i>Sinto-me competente na minha capacidade de aprender e desenvolver habilidades importantes.</i>	4.20	.68	-.63	.623
<i>Sinto que a minha experiência (no projeto Footpark) faz-me continuamente crescer e desenvolver-me como pessoa.</i>	4.27	.75	-.80	.166
Impacto Objetivo (OI)				
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição na criminalidade juvenil na comunidade.</i>	3.82	.94	-.50	-.425
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição no vandalismo na comunidade.</i>	3.89	.98	-.64	-.422
<i>Houve um aumento do rendimento escolar das crianças que frequentam o Footpark.</i>	3.95	.85	-.82	.936
<i>Houve uma diminuição nos casos de violência doméstica na comunidade (após o desenvolvimento do projeto Footpark).</i>	3.78	.98	-.75	.229
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior interação entre a comunidade e os agentes públicos de segurança.</i>	3.72	1.01	-.70	-.070
<i>O projeto Footpark potenciou a abertura do comércio na comunidade.</i>	4.24	.81	-1.02	.763
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição nos casos de bullying na comunidade.</i>	3.67	1.05	-.48	-.745
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma melhoria na infraestrutura da comunidade.</i>	4.43	.70	-1.24	1.679
<i>O projeto melhorou as acessibilidades para pessoas com deficiência na comunidade.</i>	4.23	.80	-1.10	1.728
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição no uso de drogas, álcool e entorpecentes na comunidade.</i>	3.46	1.15	-.38	-.725
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior participação do poder público na comunidade.</i>	3.66	.99	-.63	-.251
<i>Houve uma diminuição nos casos de violência contra crianças e jovens na comunidade (após o desenvolvimento do projeto Footpark).</i>	3.67	1.00	-.42	-.629
<i>Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior sensação de segurança na comunidade.</i>	4.09	.88	-.73	.032

No domínio do capital social (SC), as estatísticas descritivas revelam, de forma geral, níveis de concordância moderados a elevados em praticamente todos os itens, com médias que se situam, em regra, entre 3.5 e 4.0 numa escala de 1 a 5, em que valores mais altos denotam perceções mais positivas relativamente ao impacto do Footpark nas dinâmicas comunitárias. Itens como “os membros da comunidade estão mais ativos”, “a minha comunidade está mais confiante” e “a comunidade desenvolve outros eventos por causa do projeto Footpark” apresentam médias próximas ou ligeiramente superiores a 4, o que sugere uma perceção robusta de dinamização e vitalidade comunitária associadas ao equipamento. Em contrapartida, as afirmações relativas à proatividade individual (“os membros da comunidade mais proativos em relação à vida”), à tomada de iniciativas e à procura conjunta de soluções, ainda que se mantenham em níveis claramente superiores ao ponto médio da escala, revelam valores médios ligeiramente mais baixos, na ordem

dos 3.5 a 3.6, o que pode indicar que nem todos os inquiridos percebem, com a mesma intensidade, um efeito transformador direto do Footpark sobre formas mais exigentes de participação cívica e cooperação. Os desvios-padrão associados às variáveis de capital social oscilam, de modo geral, entre .95 e 1.10, apontando para uma dispersão moderada das respostas e sugerindo que, embora exista um consenso relativamente favorável, há também variação significativa nas percepções individuais.

Relativamente à identidade coletiva (CI), o padrão é ainda mais expressivo no sentido de uma valorização positiva. A maioria dos itens apresenta médias próximas ou acima de 4, destacando-se, especialmente, as afirmações “fico feliz por ter disponível o projeto Footpark na minha comunidade” (média de 4.51) e “acredito que o projeto Footpark melhorou a imagem da minha comunidade” (média de 4.30), que evidenciam um grau muito elevado de identificação afetiva e simbólica com o projeto. Também as percepções de respeito externo e perante outras comunidades e de orgulho em pertencer ao território exibem médias elevadas (entre 4.0 e 4.14), apontando para um reforço consistente da autoestima coletiva e da valorização pública da comunidade associada à presença do Footpark. Nesta dimensão, os desvios-padrão situam-se, na maioria dos casos, abaixo de 1, o que indica uma relativa homogeneidade das percepções. Existe não apenas uma avaliação positiva, mas também um grau considerável de concordância entre os participantes.

No que concerne ao capital humano (HC), as estatísticas descritivas apontam para médias consistentemente elevadas, em geral entre 4.0 e 4.3, o que indica que os participantes tendem a autoavaliar de forma muito positiva as suas competências, atitudes e trajetórias de desenvolvimento pessoal em articulação com a experiência no Footpark. Itens como “procuro sempre desenvolver novos conhecimentos e competências para melhorar a minha vida”, “tenho boas habilidades de resolução de problemas nas minhas atividades diárias”, “a minha experiência fez-me conhecer valores éticos e princípios morais” e “tenho a oportunidade de continuar a desenvolver conhecimentos, habilidades e competências” apresentam médias superiores a 4.2, o que sinaliza uma autopercepção de forte agência individual e motivação para a aprendizagem, podendo estar associados, de forma explícita ou implícita, à participação no projeto. Os desvios-padrão nesta dimensão são relativamente baixos (aproximadamente entre .66 e .90), denotando grande

concentração das respostas em torno das médias e sugerindo um perfil marcadamente homogêneo de valorização das capacidades e do crescimento pessoal.

Por fim, no âmbito do impacto objetivo (OI), isto é, dos efeitos percebidos em indicadores mais “estruturais” da vida comunitária, os resultados descritivos revelam um quadro globalmente positivo, embora com maior variação entre itens. Observam-se médias particularmente elevadas em variáveis como “houve uma melhoria na infraestrutura da comunidade”, “o projeto potenciou a abertura do comércio na comunidade”, “o projeto melhorou as acessibilidades para pessoas com deficiência” e “há uma maior sensação de segurança na comunidade” (valores entre 4.1 e 4.4). Estas médias sugerem que os inquiridos tendem a reconhecer um impacto bastante tangível do Footpark na qualificação do espaço público, na dinamização económica local e na perceção de segurança, o que reforça a leitura do projeto como catalisador de processos de requalificação urbana e de visibilidade territorial. Em contraste, outros itens apresentam médias mais moderadas, ainda que sempre acima do ponto médio da escala. São estas as afirmações relativas à diminuição do uso de drogas, álcool e entorpecentes, à redução de casos de *bullying*, violência doméstica, violência contra crianças e jovens, e à maior participação do poder público na comunidade, cujos valores se situam, em geral, entre 3.4 e 3.8. Tais resultados sugerem que, embora os participantes reconheçam uma orientação positiva nestes domínios, a perceção de impacto é aqui mais contida, possivelmente porque estes fenómenos têm mais dependência de outros fatores e não apenas da presença do Footpark. Os desvios-padrão nesta dimensão tendem a ser ligeiramente mais elevados do que nas anteriores, podendo atingir valores próximos de 1.15, o que indica maior heterogeneidade de perceções e, consequentemente, maior prudência na leitura de efeitos “objetivos” atribuídos ao projeto.

De forma global, a análise das estatísticas descritivas por variável revela um padrão consistente: as médias situam-se, em todas as dimensões, claramente acima do ponto neutro da escala, com assimetrias sistematicamente negativas e desvios-padrão moderados, o que traduz um quadro de perceções globalmente favoráveis ao impacto dos Footparks. Ao mesmo tempo, a variação observada entre itens dentro de cada dimensão, com alguns a atingirem níveis de concordância quase consensuais e outros a revelarem maior heterogeneidade, providencia detalhes sobre os domínios em que o impacto é percecionado como mais robusto e aqueles em que é visto de forma mais reservada.

6.3. Análise inferencial da percepção do impacto social do projeto Footpark

A análise inferencial constitui mais uma etapa decisiva na investigação empírica, na medida em que permite ultrapassar a descrição dos dados e avançar para a apreciação da consistência estatística das relações e tendências observadas na amostra. É neste plano que se torna possível avaliar, com maior rigor, se os padrões identificados possuem densidade analítica suficiente para sustentar inferências relevantes acerca do fenómeno em estudo.

Antes da realização dos testes comparativos propriamente ditos, procedeu-se à avaliação da consistência interna das escalas mobilizadas no estudo, com o objetivo de aferir o grau de coerência entre os itens que compõem cada dimensão analítica. É um passo importante, uma vez que a qualidade das análises inferenciais subsequentes depende, em larga medida, da robustez psicométrica dos instrumentos utilizados para operacionalizar os constructos em análise.

De forma geral, os resultados obtidos evidenciam níveis muito elevados de consistência interna nas quatro escalas consideradas, o que permite reconhecer um padrão de forte homogeneidade entre os itens agregados em cada dimensão. Estes valores permitem inferir que os itens incluídos em cada escala tendem a captar, de forma convergente e internamente coerente, o mesmo universo latente de significação, reduzindo a probabilidade de dispersão aleatória ou de fragmentação conceptual no interior de cada medida. Dito de outro modo, observa-se que a estrutura interna dos instrumentos revela uma articulação suficientemente sólida para sustentar a construção de índices compostos e a sua posterior utilização em testes inferenciais com razoável confiança metodológica. Ainda assim, a interpretação destes coeficientes exige alguma prudência analítica.

Para se poder escrutinar se as diferenças observadas entre utilizadores e não-utilizadores dos Footparks traduzem variações sistemáticas e estatisticamente robustas nas dimensões em estudo, ou se, pelo contrário, resultam de flutuações aleatórias da amostra, recorreu-se a testes t para amostras independentes. Neste contexto, os testes t são fulcrais para a passagem de descrição das distribuições empíricas para a avaliação da plausibilidade de hipóteses substantivas sobre o impacto sociocomunitário do projeto. De

forma geral, os testes t foram aplicados às quatro grandes dimensões conceituais do modelo, permitindo comparar as pontuações médias dos respondentes que declararam frequentar o Footpark com as dos respondentes que não o fazem. Em todos os casos, o procedimento considerou, em primeiro lugar, o teste de Levene para a homogeneidade de variâncias, selecionando a linha de resultados apropriada (variâncias iguais assumidas ou não) e, em segundo lugar, avaliou a significância estatística das diferenças (valores de p) e a sua magnitude substantiva através do cálculo dos tamanhos de efeito padronizados (d de Cohen, com correção de Hedges e, complementarmente, o delta de Glass). Desta forma, na abordagem metodológica, a decisão inferencial não assenta exclusivamente nos limiares convencionais de significância, mas é complementada por uma apreciação da relevância prática dos efeitos estimados.

Procedeu-se, seguidamente, à realização de análises de variância unifatorial (ANOVAs de uma via), com o propósito de examinar se as perceções dos participantes acerca dos impactos do projeto Footpark variavam de forma estatisticamente significativa em função da localidade. Averigua-se se os efeitos percecionados do projeto se distribuem de forma homogénea entre contextos territoriais distintos ou se, pelo contrário, assumem configurações localmente diferenciadas, sugerindo padrões específicos de apropriação e impacto social.

Para cada item, foram considerados o valor do teste (F), a respetiva probabilidade de significância (p), o tamanho do efeito através do eta quadrado (η^2) e, quando aplicável, as comparações múltiplas *post-hoc* destinadas a identificar concretamente entre que localidades se verificavam as diferenças observadas. Paralelamente, o pressuposto de homogeneidade de variâncias foi novamente verificado com recurso ao teste de Levene, sendo adotado o procedimento de Games-Howell nos casos em que esse pressuposto se revelou violado ou marginalmente comprometido, e o teste de Tukey HSD quando as condições de homocedasticidade se mantiveram suficientemente estáveis. Esta cautela metodológica garante a fidedignidade interpretativa dos resultados e evita que diferenças aparentes entre grupos sejam sobrestimadas em contextos de variabilidade desigual.

6.3.1. Dimensão do capital social

A escala de capital social apresentou um alfa de Cronbach de .95, situando-se no intervalo interpretativo de excelência em termos de fiabilidade interna ($> .90$). Embora alfas de Cronbach elevados sejam, em regra, indício de forte consistência interna, valores muito altos, sobretudo quando iguais ou superiores a .95, como sucede nesta dimensão, podem também sugerir uma eventual redundância parcial entre itens, ou seja, a presença de formulações excessivamente próximas entre si, que reforçam a homogeneidade estatística da escala, mas nem sempre ampliam proporcionalmente a riqueza substantiva do constructo medido.

Nesta dimensão, o padrão global dos resultados evidencia diferenças estatisticamente significativas entre utilizadores e não-utilizadores na grande maioria dos indicadores, acompanhadas de tamanhos de efeito predominantemente moderados a elevados, o que aponta para um impacto consistente e perceptível do Footpark. De forma sistemática, os utilizadores apresentam médias superiores, com diferenças expressivas em itens relacionados com a proatividade coletiva, a procura conjunta de soluções para a melhoria da comunidade, o desenvolvimento de eventos comunitários e o aumento da atividade dos membros da comunidade, todos com intervalos de confiança que não incluem o zero. Estes resultados corroboram que o Footpark atua como um catalisador de formas ativas de coesão social.

Também noutras áreas, como a diversidade social, a iniciativa individual em prol do coletivo, a convivência entre diferentes estilos de vida, a confiança e cooperação, a entreajuda, e o conhecimento e apoio mútuo entre membros, os efeitos mantêm-se estatisticamente significativos e coerentes com este padrão de reforço das redes e relações comunitárias. Ainda que com magnitude mais moderada, indicadores como a promoção de práticas democráticas, e a consciencialização ambiental, também contribuem para esta leitura global de impacto positivo.

Contudo, a análise torna-se particularmente relevante quando se consideram os itens que não atingem significância estatística, nomeadamente o orgulho comunitário e a perceção de uma comunidade mais confiante. No caso do orgulho comunitário, observa-se um tamanho de efeito de magnitude pequena a moderada ($d = -.40$), com um intervalo de confiança que não inclui o zero ($[-.70, -.09]$), o que, à partida, poderia sugerir a

existência de um efeito real. Já no caso da percepção de uma comunidade mais confiante, o cenário é mais claramente inconclusivo. O tamanho de efeito é reduzido ($d = -.17$) e o respetivo intervalo de confiança $([-.47, .13])$ cruza o zero, indicando que os dados são compatíveis tanto com um efeito muito pequeno como com a ausência de diferença real entre utilizadores e não-utilizadores. A diferença de médias é igualmente diminuta $(-.13)$, reforçando a ideia de que este indicador, ao contrário dos restantes, não evidencia qualquer impacto diferenciador associado à frequência do Footpark.

Tabela 11 – Teste t para a dimensão do capital social.

Itens	T-value $t (gl) = t, p$	Frequenta Média (SD)	Não-frequenta Média (SD)	Diferença	Tamanho do efeito d de Cohen [IC 95%]
SC1. Os membros da comunidade estão mais ativos (por causa do Projeto Footpark)	T (89.04) = -4.40*	4.61 (.54)	3.99 (1.09)	-.62	-.78 [-1.09, -.47]
SC2. Os membros da comunidade tentam ajudar-se mais (por causa do projeto Footpark).	T (109.35) = -3.70*	3.98 (.67)	3.51 (.91)	-.47	-.62 [-.93, -.31]
SC3. O projeto Footpark tornou os membros da comunidade mais proativos em relação à vida.	T (105.07) = -5.05*	4.06 (.71)	3.33 (1.04)	-.73	-.86 [-1.17, -.54]
SC4. As pessoas da comunidade sentem-se mais orgulhosas (por causa do projeto Footpark).	T (179) = -2.60	4.29 (.71)	3.97 (.93)	-.32	-.40 [-.70, -.09]
SC5. Há um maior senso comum de confiança e cooperação entre os membros da comunidade (por causa do projeto Footpark).	T (108.72) = -3.80*	4.07 (.75)	3.51 (1.06)	-.56	-.63 [-.94, -.32]
SC6. O projeto Footpark tornou a comunidade um espaço mais democrático.	T (94.43) = -2.88*	3.99 (.78)	3.53 (1.08)	-.46	-.51 [-.83, -.19]
SC7. A diversidade social e os movimentos sociais foram desenvolvidos na comunidade (por causa do projeto Footpark).	T (113.24) = -4.60*	4.12 (.70)	3.52 (.91)	-.60	-.76 [-1.07, -.44]
SC8. O projeto Footpark permitiu uma maior consciencialização da sustentabilidade ambiental na comunidade.	T (129.48) = -3.12*	4.04 (.86)	3.57 (.98)	-.46	-.50 [-.81, -.19]
SC9. As pessoas tentam procurar soluções em conjunto para melhoria da comunidade (por causa do projeto Footpark).	T (108.44) = -4.86*	4.16 (.73)	3.46 (1.04)	-.70	-.81 [-1.13, -.50]
SC10. A minha comunidade está mais confiante (em razão do projeto Footpark).	T (178) = -1.09	4.23 (.73)	4.10 (.89)	-.13	-.17 [-.47, .13]
SC11. A comunidade desenvolve/desenvolveu outros eventos (por causa do projeto Footpark).	T (117.46) = -4.92*	4.22 (.76)	3.56 (.89)	-.66	-.81 [-1.13, -.49]

SC12. As pessoas tentam procurar soluções em conjunto para melhoria da comunidade (por causa do projeto Footpark).	T (97.15) = -4.14*	4.04 (.65)	3.45 (1.05)	-.59	-.72 [-1.03, -.40]
SC13. O projeto Footpark permitiu à comunidade conviver com pessoas com diferentes estilos de vida.	T (176) = -4.27*	4.16 (.87)	3.55 (.99)	-.61	-.66 [-.97, -.35]
SC14. O projeto Footpark estimulou os membros da comunidade a tomarem iniciativas para fazer o que precisa de ser feito, mesmo que ninguém o peça.	T (104.80) = -4.51*	4.00 (.68)	3.36 (1.04)	-.64	-.76 [-1.07, -.45]
SC15. O projeto Footpark faz com que as pessoas se conheçam e se ajudem mais na comunidade.	T (107.44) = -3.66*	4.07 (.71)	3.56 (1.01)	-.51	-.61 [-.92, -.30]

Nota: * $p < .01$

Falando da diferenciação entre localidades, no caso do capital social, os resultados apontam para um padrão de diferenciação relativamente limitado quando comparado com outras dimensões, dado que a maioria dos quinze itens não apresentou diferenças estatisticamente significativas entre localidades. Este dado é relevante, pois sugere que muitos dos efeitos associados à cooperação, ajuda mútua, participação comunitária e convivência social são percebidos de forma relativamente transversal pelos participantes, independentemente do território. Ainda assim, a ausência de significância na maior parte dos indicadores não significa ausência de tendência. Em vários casos, observa-se uma ordenação consistente das médias, frequentemente com Torres Vedras em posição inferior e Vila do Conde em posição superior, ainda que essas diferenças não atinjam, em todos os itens, o limiar necessário para sustentar inferência estatística.

Os contrastes mais nítidos concentram-se em quatro itens: ativação dos membros da comunidade, orgulho comunitário, consciencialização ambiental e confiança comunitária. No primeiro caso, relativo à perceção de que “os membros da comunidade estão mais ativos por causa do projeto Footpark”, verificou-se uma diferença global significativa ($F(3,177) = 3.88$, $p = .001$, $\eta^2 = .062$), acompanhada de violação do pressuposto de homogeneidade de variâncias no teste de Levene, tanto com base na média como na mediana, motivo pelo qual a interpretação deve apoiar-se prioritariamente no Games-Howell. As comparações robustas mostram que Vila do Conde apresenta médias significativamente superiores às de Braga, Loures e Torres Vedras, o que sugere que, nesta localidade, o projeto é percebido como particularmente eficaz na dinamização dos membros da comunidade. Trata-se, portanto, de um resultado substantivamente

importante, não apenas pela significância estatística, mas também porque incide sobre um indicador diretamente associado à capacidade mobilizadora do projeto no espaço comunitário.

No item relativo ao orgulho comunitário, verifica-se igualmente significância ($F(3,177) = 3.71, p = .013, \eta^2 = .059$), com Torres Vedras a posicionar-se abaixo de Braga e de Vila do Conde, ainda que a estabilidade das diferenças varie consoante o procedimento *post-hoc* considerado. Já no item sobre a consciencialização da sustentabilidade ambiental, observa-se o efeito mais expressivo do conjunto do capital social ($F(3,169) = 7.55, p < .001, \eta^2 = .062$), sendo em Torres Vedras significativamente inferior a Braga, Loures e Vila do Conde em ambos os testes *post-hoc*. Este resultado é particularmente relevante, uma vez que sugere que o Footpark não é percecionado apenas como infraestrutura desportiva ou recreativa, mas também como dispositivo com potencial educativo e sensibilizador em matéria ambiental, ainda que esse potencial se manifeste de modo desigual entre territórios.

O item referente ao aumento da confiança comunitária reforça esta leitura, apresentando também significância robusta ($F(3,176) = 6.38, p < .001, \eta^2 = .098$), com Torres Vedras abaixo de Braga e Vila do Conde. Em termos interpretativos, estes resultados permitem sustentar que, dentro do capital social, o impacto do projeto se manifesta sobretudo em indicadores de ativação simbólica e confiança coletiva, mais do que em aspetos estruturais mais difusos, como a cooperação generalizada, a democracia comunitária ou a procura de soluções conjuntas, nos quais as diferenças não se revelaram estatisticamente robustas. De forma geral, pode dizer-se que Vila do Conde se destaca positivamente nos indicadores mais “fortes” desta dimensão, enquanto Torres Vedras surge como o território com perceções mais baixas nos itens significativos.

Tabela 12 – ANOVA de uma via para a dimensão do capital social.

Item	<i>F</i>	<i>p</i>	η^2	Diferenças <i>post-hoc</i>
SC1. Os membros da comunidade estão mais ativos (por causa do projeto Footpark).	3.88	.010	.062	Games-Howell: Vila do Conde > Braga; Vila do Conde > Loures; Vila do Conde > Torres Vedras.
SC2. Os membros da comunidade tentam ajudar-se mais (por causa do projeto Footpark).	1.89	.134	.032	Não significativo.
SC3. O projeto Footpark tornou os membros da comunidade mais proativos em relação à vida.	2.24	.085	.038	Não significativo.

SC4. As pessoas da comunidade sentem-se mais orgulhosas (por causa do projeto Footpark).	3.71	.013	.059	Tukey: Torres Vedras < Braga; Games-Howell: Torres Vedras < Braga, Torres Vedras < Vila do Conde.
SC5. Há um maior senso comum de confiança e cooperação entre os membros da comunidade (por causa do projeto Footpark).	1.35	.261	.023	Não significativo.
SC6. O projeto Footpark tornou a comunidade um espaço mais democrático.	1.80	.149	.033	Não significativo.
SC7. A diversidade social e os movimentos sociais foram desenvolvidos na comunidade (por causa do projeto Footpark).	1.70	.168	.029	Não significativo.
SC8. O projeto Footpark permitiu uma maior consciencialização da sustentabilidade ambiental na comunidade.	7.55	<.001	.118	Tukey e Games-Howell: Torres Vedras < Braga, Torres Vedras < Loures, Torres Vedras < Vila do Conde.
SC9. As pessoas tentam procurar soluções em conjunto para melhoria da comunidade (por causa do projeto Footpark).	1.35	.261	.023	Não significativo.
SC10. A minha comunidade está mais confiante (em razão do projeto Footpark).	6.38	<.001	.098	Tukey e Games-Howell: Torres Vedras < Braga, Torres Vedras < Vila do Conde.
SC11. A comunidade desenvolve/desenvolveu outros eventos (por causa do projeto Footpark).	1.12	.342	.020	Não significativo.
SC12. As pessoas tentam procurar soluções em conjunto para melhoria da comunidade.	1.50	.215	.025	Não significativo.
SC13. O projeto Footpark permitiu à comunidade conviver com pessoas com diferentes estilos de vida.	.16	.925	.003	Não significativo.
SC14. O projeto Footpark estimulou os membros da comunidade a tomarem iniciativas para fazer o que precisa de ser feito, mesmo que ninguém o peça.	1.17	.323	.020	Não significativo.
SC15. O projeto Footpark faz com que as pessoas se conheçam e se ajudem mais na comunidade.	.30	.828	.005	Não significativo.

6.3.2. Dimensão da identidade coletiva

A escala de identidade coletiva também apresentou um alfa de Cronbach de .95, verificando-se conformidade com os valores de referência de excelência quanto à fiabilidade da escala.

Neste cenário, a generalidade dos indicadores apresenta diferenças significativas e tamanhos de efeito moderados a elevados, refletindo níveis mais acentuados de identificação, pertença e orgulho comunitário entre os utilizadores do Footpark. Todavia, um item assume aqui uma posição limítrofe e merece ser discutido à parte: a afirmação “Sinto que os outros respeitam mais a minha comunidade por causa do projeto Footpark”. Neste caso, o teste t produz um valor de bilateral ligeiramente acima do limiar convencional (na ordem dos .08 a .10, consoante se assumam ou não variâncias iguais),

impedindo que a diferença seja considerada estatisticamente significativa. Ainda que a média seja ligeiramente superior entre utilizadores, o tamanho de efeito é apenas pequeno (d em torno de $-.27$) e o seu intervalo de confiança, que se estende aproximadamente de $-.57$ a $.03$, cruza o zero. Em termos inferenciais, isto significa que os dados são compatíveis com um pequeno efeito favorável aos utilizadores, mas também com a ausência de diferença real, o que recomenda uma formulação prudente. Observa-se uma tendência no sentido de um maior sentimento de respeito externo entre frequentadores, mas tal tendência permanece estatisticamente inconclusiva e de magnitude apenas reduzida.

Esta ambiguidade estatística tem implicações substantivas relevantes para a leitura do impacto do projeto. Enquanto a maioria dos itens de identidade coletiva remete para dimensões “internas” de identificação (sentir-se parte, refletir quem se é, considerar a pertença como elemento central da autoimagem), em que as diferenças entre grupos são fortes e nítidas, este item em particular centra-se na perceção de reconhecimento da comunidade “a partir de fora”. O facto de aqui não se observar significância estatística, associado a um d pequeno e a intervalos de confiança que cruzam o zero, sugere que o Footpark, embora possa contribuir para reforçar o sentimento interno de pertença, ainda não se traduz, de forma robusta, numa perceção consensual de que “os outros” passaram a respeitar mais a comunidade. Pode dizer-se que o projeto parece consolidar sobretudo uma identidade “para dentro”, enquanto o reconhecimento externo permanece num plano mais difuso, ainda não suficientemente estabilizado para se traduzir em diferenças estatisticamente fortes.

Tabela 13 – Teste t para a dimensão da identidade coletiva.

Itens	T-value $t(g) = t, p$	Frequenta Média (SD)	Não-frequenta Média (SD)	Diferença	Tamanho do efeito d de Cohen [IC 95%]
CI1. Identifico-me com a comunidade onde vivo e/ou estudo.	T (120.18) = -4.88^*	4.31 (.76)	3.64 (.98)	-.67	-.79 [-1.10, -.48]
CI2. Sinto-me parte da comunidade onde vivo e/ou estudo.	T (116.67) = -4.46^*	4.37 (.74)	3.76 (.98)	-.61	-.73 [-1.03, -.42]
CI3. Sinto que ser membro da minha comunidade reflete quem eu sou.	T (119.84) = -5.15^*	3.36 (.78)	3.63 (1.01)	-.73	-.83 [-1.14, -.52]
CI4. Fico feliz por ter disponível o projeto Footpark na minha comunidade.	T (111.21) = -2.29	4.61 (.56)	4.36 (.80)	-.25	-.38 [-.68, -.08]

CI5. Sinto que há um grande sentido de grupo (por causa do projeto Footpark) na minha comunidade.	T (177) = -4.91*	4.40 (.65)	3.85 (.84)	-.55	-.76 [-1.07, -.45]
CI6. Acredito que o projeto Footpark faz/fêz as pessoas de outras comunidades terem uma melhor percepção da minha comunidade.	T (179) = -2.50	4.33 (.70)	4.03 (.91)	-.30	-.38 [-.69, -.08]
CI7. Tenho compartilhado objetivos, ideias ou opiniões com as pessoas da minha comunidade.	T (107.22) = -4.89*	4.42 (.67)	3.75 (1.04)	-.68	-.81 [-1.12, -.50]
CI8. Sinto que os outros respeitam mais a minha comunidade (por causa do projeto Footpark).	T (179) = -1.77	4.34 (.69)	4.13 (.89)	-.21	-.27 [-.57, .03]
CI9. Ser membro da comunidade é uma parte importante da minha autoimagem.	T (117.60) = -4.47*	4.33 (.76)	3.70 (1.01)	-.63	-.73 [-1.03, -.42]
CI10. Tenho um forte sentimento por pertencer à minha comunidade.	T (120.47) = -5.18*	4.33 (.75)	3.63 (.97)	-.70	-.84 [-1.15, -.52]
CI11. Acredito que o projeto Footpark melhorou a imagem da minha comunidade.	T (101.76) = -3.41*	4.58 (.58)	4.16 (.92)	-.42	-.58 [-.88, -.27]
CI12. Tenho orgulho de me considerar um membro da minha comunidade.	T (111.70) = -4.91*	4.38 (.69)	3.73 (.98)	-.66	-.81 [-1.12, -.50]

Nota: * $p < .01$

A comparação entre localidades, no caso da dimensão da identidade comunitária revela, por contraste, um padrão de diferenciação claramente mais intenso, consistente e teoricamente expressivo. Em termos substantivos, é nesta dimensão que o projeto parece encontrar maior capacidade de inscrição simbólica, isto é, maior aptidão para reforçar sentimentos de pertença, identificação, autoimagem coletiva e orgulho comunitário. A leitura integrada dos resultados permite observar que não se trata de um efeito pontual ou residual, mas antes de uma tendência reiterada em múltiplos indicadores nucleares da relação entre indivíduo e comunidade.

Mais concretamente, vários itens apresentam significância estatística com tamanhos de efeito pequenos a moderados, mas notavelmente estáveis, situando-se o η^2 entre .044 e .062. Embora estes valores não indiquem efeitos de grande magnitude, a sua repetição em diversos itens conceptualmente convergentes reforça a ideia de um padrão substantivamente robusto. Vila do Conde destaca-se de forma clara, surgindo com médias mais elevadas em quase todos os itens centrais da dimensão, enquanto Braga e Loures aparecem, em regra, em posições intermédias, e, Torres Vedras, volta a surgir, em alguns itens, como localidade menos favorecida.

Assim, no item “identifico-me com a comunidade onde vivo e/ou estudo”, observa-se significância estatística ($F(3,178) = 4.21, p = .007, \eta^2 = .061$), com Vila do Conde a apresentar valores superiores aos de Braga e Loures. O mesmo padrão é visível em “sinto-me parte da comunidade onde vivo e/ou estudo” ($F(3,178) = 3.51, p = .016, \eta^2 = .056$), em “sinto que ser membro da minha comunidade reflete quem eu sou” ($F(3,178) = 3.58, p = .015, \eta^2 = .057$), em “ser membro da comunidade é uma parte importante da minha autoimagem” ($F(3,178) = 4.13, p = .007, \eta^2 = .060$), em “tenho um forte sentimento por pertencer à minha comunidade” ($F(3,178) = 4.22, p = .007, \eta^2 = .061$) e em “tenho orgulho de me considerar um membro da minha comunidade” ($F(3,178) = 4.28, p = .006, \eta^2 = .062$). A concentração de significância nestes itens sugere que o impacto do projeto se inscreve de forma particularmente forte na dimensão identitária da experiência comunitária.

Além disso, o item “fico feliz por ter disponível o projeto Footpark na minha comunidade” apresenta também significância ($F(3,178) = 3.57, p = .015, \eta^2 = .057$), sendo aqui relevante notar a violação clara do teste de Levene, o que justifica a adoção do Games-Howell em detrimento do Tukey HSD. As diferenças identificadas mostram novamente Vila do Conde acima de Loures e de Braga, reforçando a ideia de uma valorização particularmente elevada do projeto nessa localidade. Já no item relativo à perceção externa da comunidade, Braga surge acima de Torres Vedras ($F(3,177) = 3.37, p = .020, \eta^2 = .054$), constituindo uma nuance importante na leitura global da dimensão, por mostrar que a predominância de Vila do Conde não elimina a existência de outros contrastes localizados.

Importa, contudo, distinguir entre significância global e clareza do padrão *post-hoc*. Nos itens “sinto que os outros respeitam mais a minha comunidade por causa do Footpark” e “acredito que o projeto Footpark melhorou a imagem da minha comunidade”, a ANOVA revela significância global, mas as comparações par a par não isolam contrastes suficientemente robustos. Este facto sugere que, embora exista variação entre os grupos, essa variação se distribui de forma mais difusa, sem se concentrar numa oposição estatisticamente nítida entre pares específicos de localidades. Ainda assim, o quadro geral permanece inequívoco: é na identidade comunitária que o Footpark parece produzir os efeitos territoriais mais consistentes, especialmente em termos de pertença, reconhecimento e valorização simbólica da comunidade.

Tabela 14 – ANOVA de uma via para a dimensão da identidade coletiva.

Item	<i>F</i>	<i>p</i>	η^2	Diferenças <i>post-hoc</i>
CI1. Identifico-me com a comunidade onde vivo e/ou estudo.	4.21	.007	.061	Tukey: Vila do Conde > Braga; Vila do Conde > Loures.
CI2. Sinto-me parte da comunidade onde vivo e/ou estudo.	3.51	.016	.056	Tukey: Vila do Conde > Braga; Vila do Conde > Loures.
CI3. Sinto que ser membro da minha comunidade reflete quem eu sou.	3.58	.015	.057	Tukey: Vila do Conde > Braga.
CI4. Fico feliz por ter disponível o projeto Footpark na minha comunidade.	3.57	.015	.057	Games-Howell: Vila do Conde > Loures; Vila do Conde > Braga.
CI5. Sinto que há um grande sentido de grupo (por causa do projeto Footpark) na minha comunidade.	1.25	.294	.021	Não significativo.
CI6. Acredito que o projeto Footpark faz/fez as pessoas de outras comunidades terem uma melhor perceção da minha comunidade.	3.37	.020	.054	Tukey: Braga > Torres Vedras.
CI7. Tenho compartilhado objetivos, ideias ou opiniões com as pessoas da minha comunidade.	1.07	.365	.018	Não significativo.
CI8. Sinto que os outros respeitam mais a minha comunidade (por causa do projeto Footpark).	3.13	.027	.051	Sem diferença par a par significativa.
CI9. Ser membro da comunidade é uma parte importante da minha autoimagem.	4.13	.007	.060	Tukey: Vila do Conde > Braga; Vila do Conde > Loures.
CI10. Tenho um forte sentimento por pertencer à minha comunidade.	4.22	.007	.061	Tukey: Vila do Conde > Braga; Vila do Conde > Loures; Vila do Conde > Torres Vedras.
CI11. Acredito que o projeto Footpark melhorou a imagem da minha comunidade.	2.72	.046	.044	Sem diferença par a par significativa.
CI12. Tenho orgulho de me considerar um membro da minha comunidade.	4.28	.006	.062	Tukey: Vila do Conde > Braga; Vila do Conde > Loures.

6.3.3. Dimensão do capital humano

Já a escala de capital humano obteve .92, ligeiramente abaixo das anteriores, mas, ainda, excelente em termos de fiabilidade interna.

A ausência sistemática de significância estatística nesta dimensão constitui um achado revelador. Quer se considere a propensão para desenvolver novos conhecimentos e competências, as habilidades de resolução de problemas, a interiorização de valores éticos, o sentimento de competência para se desenvolver como pessoa, a oportunidade percebida de continuar a aprender ou a perceção de crescimento pessoal associado à experiência, os testes *t* devolvem valores de claramente superiores ao limiar de .05, sem qualquer exceção. Em paralelo, os tamanhos de efeito *d* de Cohen situam-se invariavelmente numa vizinhança próxima de zero, com estimativas pontuais em torno

de .04, -.09, -.04, .02 ou .16, e com intervalos de confiança relativamente estreitos que atravessam amplamente o valor nulo. Pode inferir-se, portanto, que, mesmo admitindo a possibilidade de pequenas diferenças residuais entre frequentadores e não-frequentadores, estas são tão modestas e tão incertas que não permitem sustentar, nem em termos estatísticos nem substantivos, a existência de um efeito consistente da frequência do Footpark sobre os itens relativos à dimensão de capital humano avaliadas. Em termos conceptuais, observa-se que estas competências e disposições parecem ancorar-se mais em autopercepções possivelmente sobrevalorizadas, o que ajuda a explicar a sua relativa invariância entre grupos.

Este diagnóstico de “não diferença substantiva” ganha ainda maior solidez quando se analisa a combinação entre estimativas pontuais de d e respetivos intervalos de confiança. Para diversos itens de capital humano, os intervalos de confiança excluem, de facto, efeitos de magnitude entre moderada ou elevada, restringindo o espaço plausível a efeitos muito pequenos, positivos ou negativos, em torno de zero. Dito de outro modo, não se trata apenas de testes não significativos por falta de poder estatístico. O próprio padrão dos tamanhos de efeito sugere que, mesmo que exista um impacto real, este terá, no máximo, uma expressão diminuta na escala das variações individuais, sendo difícil atribuir ao Footpark um papel diferenciado na formação de capital humano com base nos dados disponíveis. Assim, os resultados apontam para um elevado grau de homogeneidade entre utilizadores e não-utilizadores nas dimensões de capital humano, com tamanhos de efeito triviais e compatíveis com a hipótese de ausência de impacto diferenciador do projeto neste domínio.

Tabela 15 – Teste t para a dimensão do capital humano.

Itens	T-value $t(g) = t, p$	Frequenta Média (SD)	Não-frequenta Média (SD)	Diferença	Tamanho do efeito d de Cohen [IC 95%]
HC1. Procuro sempre desenvolver novos conhecimentos e competências para melhorar a minha vida.	T (181) = .27	4.24 (.60)	4.27 (.70)	.03	.04 [-.26, .34]
HC2. Tenho boas habilidades de resolução de problemas nas minhas atividades diárias.	T (181) = -.59	4.20 (.64)	4.14 (.66)	-.06	-.09 [-.39, .21]
HC3. A minha experiência fez-me conhecer valores éticos e princípios morais.	T (181) = -.28	4.32 (.59)	4.30 (.64)	-.03	-.04 [-.34, .26]
HC4. Tenho o conhecimento, as	T (181) = .11	4.12 (.65)	4.13 (.68)	.01	.02 [-.28, .31]

habilidades e a competência necessários para me desenvolver como pessoa.					
HC5. Tenho valores e princípios importantes que aprendi na minha experiência (no projeto Footpark).	T (177) = -.35	4.24 (.66)	4.21 (.74)	-.04	-.05 [-.36, .25]
HC6. Em muitos aspetos, pela minha experiência (no projeto Footpark) passei a ter uma atitude mais positiva em relação às minhas realizações.	T (179) = .29	4.02 (.88)	4.06 (.87)	.04	.05 [-.26, .34]
HC7. Tenho a oportunidade de continuar a desenvolver conhecimentos, habilidades e competências.	T (181) = -.14	4.29 (.62)	4.28 (.61)	-.01	-.02 [-.32, .28]
HC8. Sinto-me competente na minha capacidade de aprender e desenvolver habilidades importantes.	T (180) = 1.03	4.21 (.59)	4.30 (.62)	.10	.16 [-.14, .46]
HC9. Sinto que a minha experiência (no projeto Footpark) faz-me continuamente crescer e desenvolver-me como pessoa.	T (164) = -.90	4.31 (.73)	4.20 (.82)	-.11	-.15 [-.47, .17]

Nota: * $p < .01$

No capital humano, comparando as localidades entre si, o padrão é substancialmente mais moderado, o que sugere uma distribuição mais homogênea das perceções entre localidades. Dos nove itens avaliados, apenas três atingem significância estatística, todos com tamanhos de efeito pequenos, ainda que não desprezáveis, variando entre $\eta^2 = .058$ e $.082$. Este resultado sugere que o projeto, embora associado a algumas diferenças territoriais em matéria de crescimento pessoal, não gera aqui uma clivagem local tão marcada como a observada na identidade comunitária.

É relevante notar que os itens significativos se concentram nos aspetos mais diretamente ligados à experiência reflexiva e transformadora vivida no âmbito do projeto. O item “tenho valores e princípios importantes que aprendi na minha experiência” apresenta ($F(3,175) = 3.59, p = .015, \eta^2 = .058$), sendo mencionada uma diferença marginal entre Braga e Torres Vedras quando se privilegia o Games-Howell. Já o item “em muitos aspetos, passei a ter uma atitude mais positiva em relação às minhas realizações” revela um contraste mais robusto ($F(3,177) = 5.12, p = .002, \eta^2 = .080$), com Braga a apresentar médias superiores às de Torres Vedras e Vila do Conde. Por sua vez, “sinto que a minha experiência me faz continuamente crescer e desenvolver-me como pessoa” também regista significância ($F(3,172) = 4.82, p = .003, \eta^2 = .082$), com Braga novamente em posição superior.

O facto de Braga se destacar nestes indicadores sugere que, nesta localidade, o Footpark pode estar mais fortemente associado a uma leitura subjetiva de desenvolvimento pessoal e valorização da experiência individual. Não obstante, a concentração da significância em apenas três itens indica que a interpretação deve ser feita com prudência. Ou seja, mais do que uma superioridade global de Braga em capital humano, os dados parecem apontar para focos específicos de diferenciação, e não para um padrão generalizado. Além disso, a nota metodológica presente em HC5 e HC6, relativa à marginalidade do Levene e à utilização do Games-Howell, reforça a necessidade de cuidado nas comparações, sobretudo quando a significância global não se traduz com a mesma nitidez em todos os contrastes par a par. Pode, em geral, afirmar-se que o capital humano constitui uma dimensão mais estável entre territórios, embora com alguns sinais de vantagem para Braga nos indicadores mais diretamente associados ao efeito subjetivo da experiência vivida no projeto.

Tabela 16 – ANOVA de uma via para a dimensão do capital humano.

Item	<i>F</i>	<i>p</i>	η^2	Diferenças <i>post-hoc</i>
HC1. Procuro sempre desenvolver novos conhecimentos e competências para melhorar a minha vida.	1.49	.219	.024	Não significativo.
HC2. Tenho boas habilidades de resolução de problemas nas minhas atividades diárias.	0.40	.757	.007	Não significativo.
HC3. A minha experiência fez-me conhecer valores éticos e princípios morais.	0.20	.895	.003	Não significativo.
HC4. Tenho o conhecimento, habilidades e competência necessários para me desenvolver como pessoa.	0.94	.425	.015	Não significativo.
HC5. Tenho valores e princípios importantes que aprendi na minha experiência (no projeto Footpark).	3.59	.015	.058	Games-Howell: Braga > Torres Vedras (marginal).
HC6. Em muitos aspetos, pela minha experiência (no projeto Footpark) passei a ter uma atitude mais positiva em relação às minhas realizações.	5.12	.002	.080	Games-Howell: Braga > Torres Vedras; Braga > Vila do Conde.
HC7. Tenho a oportunidade de continuar a desenvolver conhecimentos, habilidades e competências.	0.59	.622	.010	Não significativo.
HC8. Sinto-me competente na minha capacidade de aprender e desenvolver habilidades importantes.	0.58	.626	.010	Não significativo.
HC9. Sinto que a minha experiência (no projeto Footpark) me faz continuamente crescer e desenvolver-me como pessoa.	4.82	.003	.082	Tukey: Braga > Torres Vedras; Braga > Vila do Conde.

6.3.4. Dimensão do impacto objetivo

Por fim a escala de impacto objetivo apresentou um coeficiente de .91. Assim, todas as dimensões claramente se situam num intervalo interpretativo de excelência de fiabilidade interna.

Também nesta dimensão, a leitura dos testes *t* demonstra casos em que não se alcança significância estatística, sobretudo quando estes são analisados à luz dos respetivos tamanhos de efeito. Entre os indicadores sem significância incluem-se, por exemplo, o “aumento do rendimento escolar das crianças que frequentam o Footpark”, a “diminuição dos casos de violência doméstica”, a “maior interação entre a comunidade e os agentes públicos de segurança”, a “abertura do comércio na comunidade”, a “melhoria da infraestrutura”, a “melhoria das acessibilidades para pessoas com deficiência” e a “maior participação do poder público na comunidade”. Em todos esses casos, os valores de bilaterais situam-se acima de .05, frequentemente em torno de .07 e .18, e as diferenças de médias entre utilizadores e não-utilizadores são relativamente modestas.

Os tamanhos de efeito *d*, embora tendam a indicar médias ligeiramente mais favoráveis entre utilizadores, situam-se, de forma geral, numa gama de magnitude pequena (cerca de -.17 a .30), com intervalos de confiança que atravessam o zero. Pode inferir-se, portanto, que existem tendências incipientes no sentido de perceções marginalmente mais positivas entre frequentadores do Footpark, mas que estas não alcançam o patamar de consistência estatística nem de magnitude prática que permitiria falar de um impacto consolidado do projeto nesses domínios mais estruturais. A comparação destes resultados com os de outros itens da mesma escala torna essa leitura ainda mais nítida. Nos indicadores de criminalidade juvenil, vandalismo, *bullying*, uso de drogas e álcool, violência contra crianças e jovens e sensação de segurança, os testes *t* revelam diferenças significativas acompanhadas de tamanhos de efeito de magnitude moderada a elevada, com intervalos de confiança que não incluem o zero, sugerindo que o Footpark é percecionado como um fator importante na reconfiguração das dinâmicas de segurança e dos comportamentos de risco na comunidade. Em contrapartida, nos indicadores de rendimento escolar, violência doméstica, comércio local, infraestruturas, acessibilidades e participação governamental, a ausência de significância, associada a *d* pequeno e incerto, aponta para um impacto percebido muito menos definido, possivelmente diluído por múltiplos fatores contextuais que extravasam o âmbito direto

de intervenção do projeto. Em termos substantivos, pode afirmar-se que o Footpark parece inscrever-se com maior intensidade nas transformações quotidianas do espaço público e das interações sociais visíveis, enquanto os efeitos em domínios mais macroestruturais permanecem, pelo menos nesta fase e nesta amostra, ténues ou dificilmente discerníveis nos dados.

Tabela 17 – Teste t para a dimensão do impacto objetivo.

Itens	T-value $t(g) = t, p$	Frequenta Média (SD)	Não-frequenta Média (SD)	Diferença	Tamanho do efeito d de Cohen [IC 95%]
OI1. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição na criminalidade juvenil na comunidade.	T (116.37) = -3.62*	4.20 (.73)	3.73 (.90)	-.48	-.59 [-.91, -.28]
OI2. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição no vandalismo na comunidade.	T (108.31) = -2.73*	4.23 (.73)	3.84 (1.05)	-.39	-.46 [-.76, -.15]
OI3. Houve um aumento do rendimento escolar das crianças que frequentam o Footpark.	T (139) = -.94	4.10 (.69)	3.98 (.73)	-.12	-.17 [-.52, .18]
OI4. Houve uma diminuição nos casos de violência doméstica na comunidade (após o desenvolvimento do projeto Footpark).	T (113) = -1.47	4.03 (.88)	3.77 (.90)	-.26	-.29 [-.68, .10]
OI5. Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior interação entre a comunidade e os agentes públicos de segurança.	T (149) = -1.81	3.96 (.95)	3.67 (.94)	-.28	-.30 [-.63, .30]
OI6. O projeto Footpark potenciou a abertura do comércio na comunidade.	T (159) = -1.84	4.44 (.68)	4.23 (.75)	-.21	-.30 [-.61, .20]
OI7. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição nos casos de <i>bullying</i> na comunidade.	T (87.42) = -3.50*	4.07 (.82)	3.46 (1.14)	-.61	-.64 [-.98, -.30]
OI8. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma melhoria na infraestrutura da comunidade.	T (113.58) = -1.07	4.58 (.51)	4.47 (.72)	-.11	-.18 [-.48, .13]
OI9. O projeto melhorou as acessibilidades para pessoas com deficiência na comunidade.	T (102.07) = -1.03	4.41 (.59)	4.29 (.87)	-.13	-.18 [-.49, .13]
OI10. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição no uso de drogas, álcool e entorpecentes na comunidade.	T (166) = -3.44*	3.87 (1.07)	3.29 (1.05)	-.58	-.55 [-.86, -.23]
OI11. Após o desenvolvimento do projeto	T (121.62) = -1.35	3.89 (.88)	3.69 (1.00)	-.21	-.23 [-.55, .10]

Footpark há uma maior participação do poder público na comunidade.					
OII2. Houve uma diminuição nos casos de violência contra crianças e jovens na comunidade (após o desenvolvimento do projeto Footpark).	T (167) = -2.89*	4.04 (.85)	3.63 (.92)	-.40	-.46 [-.77, -.14]
OII3. Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior sensação de segurança na comunidade.	T (102.92) = -3.33*	4.41 (.61)	3.99 (.95)	-.43	-.56 [-.87, -.26]

Nota: * $p < .01$

Finalmente, no que concerne ao impacto objetivo entre Footparks, os resultados desenham um padrão intermédio, mais expressivo do que o do capital humano e mais diversificado do que o do capital social, mas ainda assim menos sistemático do que o observado na identidade comunitária. Seis dos treze itens apresentam significância global, embora nem todos permitam a identificação clara de diferenças par a par. Este aspeto é merecedor de destaque, porque revela que a existência de um efeito global entre grupos nem sempre se traduz numa oposição nítida entre localidades específicas, o que sugere distribuições mais graduais ou mais difusas das perceções.

O item mais forte desta dimensão é, sem dúvida, a perceção de “diminuição no vandalismo na comunidade”, que apresenta ($F(3,176) = 7.50, p < .001, \eta^2 = .113$), $p < .001$ e $\eta^2 = .113$, o maior tamanho de efeito de todo o conjunto do impacto objetivo. Atendendo à violação do Levene, a interpretação assenta no Games-Howell, o qual mostra que Braga, Loures e Vila do Conde apresentam médias significativamente superiores às de Torres Vedras. Este resultado possui particular relevância substantiva, pois sugere que a perceção de melhoria da ordem comunitária associada ao projeto é mais forte em três dos quatro contextos analisados, sendo que permanece consideravelmente mais fraca em Torres Vedras.

Também o item relativo ao aumento do rendimento escolar das crianças que frequentam o Footpark revela significância ($F(3,137) = 4.61, p = .004, \eta^2 = .092$), com Braga acima de Torres Vedras. Do mesmo modo, a abertura do comércio ($F(3,157) = 2.68, p = .049, \eta^2 = .049$) e a melhoria da infraestrutura comunitária ($F(3,177) = 2.73, p = .045, \eta^2 = .044$) revelam diferenças localizadas, respetivamente entre Braga e Torres Vedras e entre Vila do Conde e Torres Vedras. Estas diferenças, ainda que de menor magnitude, sugerem que o projeto pode estar associado a efeitos percebidos não apenas

no plano da segurança, mas também na vitalidade económica e na qualificação material do território.

Por outro lado, alguns itens significativos exigem uma leitura mais contida. Tanto a diminuição da criminalidade juvenil ($F(3,170) = 2.89, p = .037, \eta^2 = .049$) como a diminuição da violência doméstica ($F(3,111) = 3.36, p = .021, \eta^2 = .083$) apresentam ANOVA global significativa, mas sem que as comparações tenham identificado contrastes suficientemente robustos. Isto indica que existe variação entre grupos, mas não sob a forma de uma abismo estatisticamente inequívoco entre duas localidades concretas. Já nos itens relativos ao consumo de estupefacientes e álcool e à sensação de segurança, a adoção do Games-Howell, devido à violação ou marginalidade do Levene, não confirmou diferenças significativas, pelo que estes indicadores devem ser interpretados como não significativos.

No conjunto, a leitura do impacto objetivo percebido sugere que os efeitos mais claros incidem sobre aspetos de segurança, ordem comunitária e melhoria tangível do espaço local, sendo menos evidentes em variáveis institucionais ou estruturais mais profundas, como a relação com agentes públicos, a participação do poder público ou as acessibilidades. Também aqui, Torres Vedras surge recorrentemente como a localidade com perceções menos favoráveis nos itens significativos, o que reforça um padrão transversal já observado em outras dimensões.

Tabela 18 – ANOVA de uma via para a dimensão do impacto objetivo.

Item	<i>F</i>	<i>p</i>	η^2	Diferenças <i>post-hoc</i>
OI1. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição na criminalidade juvenil na comunidade.	2.89	.037	.049	Tukey: sem diferença par a par significativa.
OI2. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição no vandalismo na comunidade.	7.50	<.001	.113	Games-Howell: Braga > Torres Vedras; Loures > Torres Vedras; Vila do Conde > Torres Vedras.
OI3. Houve um aumento do rendimento escolar das crianças que frequentam o Footpark.	4.61	.004	.092	Tukey: Braga > Torres Vedras.
OI4. Houve uma diminuição nos casos de violência doméstica na comunidade (após o desenvolvimento do projeto Footpark).	3.36	.021	.083	Tukey: sem diferença par a par significativa.
OI5. Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior interação entre a comunidade e os agentes públicos de segurança.	0.28	.839	.006	Não significativo.
OI6. O projeto Footpark potenciou a abertura do comércio na comunidade.	2.68	.049	.049	Tukey: Braga > Torres Vedras.

OI7. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição nos casos de <i>bullying</i> na comunidade.	1.45	.231	.028	Não significativo.
OI8. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma melhoria na infraestrutura da comunidade.	2.73	.045	.044	Tukey: Vila do Conde > Torres Vedras.
OI9. O projeto melhorou as acessibilidades para pessoas com deficiência na comunidade.	2.07	.106	.036	Não significativo.
OI10. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição no uso de drogas, álcool e entorpecentes na comunidade.	1.90	.132	.034	Games-Howell: sem diferença significativa.
OI11. Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior participação do poder público na comunidade.	1.51	.214	.029	Não significativo.
OI12. Após o desenvolvimento do projeto Footpark houve uma diminuição nos casos de violência contra crianças e jovens na comunidade.	2.40	.069	.042	Não significativo.
OI13. Após o desenvolvimento do projeto Footpark há uma maior sensação de segurança na comunidade.	2.41	.068	.043	Games-Howell: sem diferença significativa.

6.4. Resultados das entrevistas e síntese temática

A análise das entrevistas realizadas a figuras com conhecimento prático direto das comunidades abrangidas pelos Footparks permite identificar um conjunto de regularidades temáticas e, simultaneamente, algumas especificidades locais que enriquecem a interpretação do impacto social destes equipamentos. Os testemunhos recolhidos evidenciam, de forma convergente, que a implementação dos Footparks não se limita à requalificação física de um espaço desportivo, antes se traduz num processo mais amplo de ativação social, reforço do convívio comunitário, consolidação de normas de uso partilhadas e valorização simbólica do espaço público.

De forma geral, as entrevistas sugerem que os Footparks funcionam como dispositivos de regeneração socioterritorial, na medida em que potenciam a ocupação regular do espaço, contribuindo para a construção de sentimentos de pertença e responsabilidade coletiva. Embora os efeitos observados não sejam homogêneos entre os diferentes contextos, é possível afirmar que, em todos os casos, a intervenção produziu algum grau de intensificação da vida comunitária, ainda que com manifestações distintas consoante as condições de partida de cada território.

Uma primeira dimensão transversal às quatro entrevistas prende-se com a importância da qualidade física do equipamento enquanto condição para a sua

apropriação social. Em Braga, o presidente da Associação de Moradores das Andorinhas, descreveu o polidesportivo como um espaço já frequentado antes da intervenção, mas cuja remodelação o transformou num local intensamente procurado e valorizado pela comunidade. Em Vila do Conde, um funcionário municipal (que abre e fecha o Footpark todos os dias) refere que, antes da instalação do relvado sintético, o ringue era pouco utilizado e encontrava-se em mau estado, o que limitava a sua atratividade. Em Loures, um responsável associativo sublinha igualmente a degradação anterior do espaço, contrastando-a com a elevada procura que se verifica atualmente, incluindo filas de espera para utilização. Já em Torres Vedras, embora não se verifique um diagnóstico de forte degradação social ou territorial, o entrevistado, proprietário de um negócio nas imediações do Footpark, reconhece a utilidade do Footpark como reforço de uma dinâmica local já relativamente estável e positiva.

Este padrão sugere que a intervenção física no espaço não deve ser lida apenas como melhoria estética ou funcional, mas como um fator com impacto direto na mobilização social. A qualidade do equipamento constitui, nestes testemunhos, um elemento de legitimação do uso, ou seja, quando o espaço é atrativo e funcional, os utilizadores sentem maior motivação para o frequentar e maior responsabilidade em preservá-lo. Em termos analíticos, trata-se de uma passagem de um espaço meramente disponível para um espaço socialmente investido de valor.

Um dos resultados mais consistentes entre os quatro casos é o aumento da frequência de utilização e a diversificação dos públicos. Em Braga, o entrevistado refere que o polidesportivo se encontra “sempre ocupado”, sobretudo nas tardes de fim de semana, e que a afluência envolve crianças, jovens e adultos, onde se incluem utilizadores provenientes das redondezas. Em Vila do Conde, é salientada a presença simultânea de diferentes grupos etários e a participação dos pais, que acompanham os filhos e permanecem no espaço. Em Torres Vedras, o Footpark é descrito como um ponto de encontro quotidiano, numa zona já próxima de duas escolas, o que favorece a presença constante de jovens e a articulação com a vida local. Em Loures, a intensidade de uso é ainda mais marcada, com jovens que permanecem no espaço durante grande parte do dia, muitas vezes depois da escola, o que faz do Footpark um elemento central da sua rotina quotidiana.

Esta intensificação do uso traduz-se num reforço do convívio e numa maior visibilidade das relações de proximidade. Os testemunhos sugerem que o Footpark atua como um lugar de encontro intergeracional, ainda que a sua utilização seja predominantemente juvenil. Em Vila do Conde e Loures, a presença de pais e vizinhos constitui um elemento adicional de confraternização intergeracional comunitária. Em Torres Vedras, o espaço relaciona-se também com o comércio local, uma vez que os jovens recorrem ao café nas proximidades para satisfazer necessidades básicas. Tal evidência é relevante porque mostra que o impacto dos Footparks extravasa o perímetro físico do campo, gerando efeitos de circulação, permanência e interação no tecido urbano envolvente.

Outro eixo temático recorrente diz respeito à apropriação comunitária do espaço e ao desenvolvimento de uma lógica de responsabilidade partilhada. Em Braga, o entrevistado destaca a mudança de comportamento dos utilizadores, que passaram a rejeitar usos indevidos do espaço e a censurar comportamentos que o possam danificar. Em Vila do Conde, os jovens são descritos como conscientes da importância de preservar um equipamento que consideram valioso e raro no contexto global da região mais abrangente. Em Loures, essa mesma consciência é particularmente expressiva, sendo enfatizado que os utilizadores sabem que têm “algo especial” e que devem cuidar dele. Em Torres Vedras, o orgulho associado à existência do Footpark reforça também a ideia de que o espaço merece ser protegido.

Os testemunhos mostram que a intervenção não produz apenas maior uso do espaço, mas também uma redefinição simbólica do mesmo enquanto bem comum. O campo deixa de ser percecionado como um espaço indiferenciado e passa a ser investido de valor coletivo, o que se traduz em práticas de vigilância recíproca, correção de comportamentos e preservação material. Ainda assim, a direção da mudança é a mesma: o espaço requalificado estimula uma ética de cuidado coletivo.

Os depoimentos recolhidos apontam também para efeitos relevantes ao nível do comportamento juvenil. Em vários casos, os entrevistados referem uma maior responsabilidade dos jovens, uma atitude mais respeitadora e uma utilização mais disciplinada do espaço. Em Braga, a comunidade desenvolve uma vigilância informal sobre o uso do campo, o que gera respostas corretivas positivas. Em Vila do Conde, os

jovens são descritos como educados nas interações quotidianas, inclusive fora do espaço, evidenciando um possível efeito de transferência de normas sociais. Em Torres Vedras, os jovens são caracterizados como respeitadores e cooperantes, mantendo relações pacíficas com a vizinhança e com o comércio local. Em Loures, o enquadramento do espaço como alternativa à rua é associado a uma socialização mais saudável, organizada e produtiva. Esta dimensão é particularmente relevante porque sugere que o Footpark opera como ambiente de socialização informal, onde se aprendem e praticam normas de convivência e respeito. O desporto surge, assim, não apenas como atividade física, mas como mediador de comportamentos socialmente desejáveis, uma vez que os jovens permanecem ocupados e afastados da rua, canalizando a sua energia para uma prática desportiva socialmente valorizada. Importa salientar, todavia, que estes efeitos são apresentados pelos entrevistados em termos qualitativos e observacionais, o que significa que devem ser interpretados como perceções informadas e não como prova causal direta.

O conceito de coesão social deve, contudo, ser lido aqui com alguma prudência. Os entrevistados não descrevem, em geral, transformações radicais ou estruturais nas relações comunitárias, mas antes melhorias graduais, sustentadas por uma maior regularidade de contacto, maior confiança entre utilizadores e maior valorização simbólica do espaço partilhado. Em Vila do Conde, essa nuance é particularmente clara, quando o entrevistado afirma, em bom jeito informal e simples, que a coesão social “anda mais ou menos igual, mas até poderá ter aumentado”. Tal formulação é importante porque impede uma leitura excessivamente idealizada dos efeitos dos Footparks. O que se observa não é necessariamente uma revolução nas relações sociais, mas antes um reforço incremental de dinâmicas adormecidas ou uma melhoria das condições de convivência.

Apesar do balanço globalmente positivo, os testemunhos evidenciam também limitações e necessidades de melhoria, sobretudo a um nível infraestrutural. Em Vila do Conde, a ausência de iluminação é apontada como obstáculo à reativação de usos anteriormente registados, como os treinos do Rio Ave. Em Torres Vedras e Loures, a falta de balneários, bebedouros e casas de banho é identificada como um problema funcional importante, obrigando os utilizadores a recorrerem a soluções improvisadas nos estabelecimentos comerciais cercanos, como já mencionado. Em Loures, acrescenta-se ainda a necessidade de reforçar a proteção lateral do campo, de forma a evitar que “a bola vá constantemente para a estrada”. Em Braga, embora a avaliação seja muito positiva,

destaca-se o desejo de ampliar a vida do equipamento através da realização de um torneio organizado pela comunidade.

Estas observações são essenciais para uma leitura crítica do impacto social dos Footparks, porque mostram que a eficácia social do equipamento depende também de condições materiais e programáticas mais amplas. Um espaço pode ser socialmente significativo e, ainda assim, carecer de melhorias que consolidem a sua utilidade e aumentem a segurança, o conforto e a diversidade de usos. De igual modo, os testemunhos sugerem que a sustentabilidade do impacto exige mais do que manutenção física. A proposta de torneios, convívios intergeracionais, aulas abertas e eventos comunitários aponta precisamente para a necessidade de transformar o Footpark num espaço multifuncional e socialmente denso.

A interpretação cruzada das quatro entrevistas permite concluir que os Footparks possuem um impacto social positivo e reconhecível, ainda que, naturalmente, diferenciado conforme o contexto local. Em Braga, observa-se um processo de requalificação de um espaço já usado, que passa a ser intensamente apropriado e socialmente valorizado. Em Vila do Conde, o Footpark surge como instrumento de ativação de um espaço antes subutilizado, promovendo maior frequência, convívio e responsabilidade coletiva. Em Torres Vedras, o equipamento reforça uma sociabilidade já relativamente estável, acrescentando valor ao quotidiano da comunidade e ao comércio local. Em Loures, evidencia-se a capacidade do Footpark para concentrar a vida juvenil, reduzir a permanência na rua e gerar elevada procura, embora com exigências infraestruturais ainda por resolver. Os resultados apontam para um impacto social que é simultaneamente material, simbólico e relacional. Material, porque melhora a qualidade do espaço e aumenta a sua utilização, simbólico, porque confere valor e orgulho ao território, e relacional, porque exponencia interações, convivência e cuidado mútuo.

6.5. Triangulação de resultados

A triangulação de resultados coloca, inevitavelmente, uma questão prévia de natureza quase filosófica: até que ponto é possível, e em que sentido é legítimo, integrar num mesmo movimento interpretativo dados produzidos por lógicas tão distintas como a quantificação estatística e a compreensão qualitativa da perceção e da experiência?

Mesmo admitindo que a articulação entre estes dois planos nunca é totalmente pacífica, e que a resposta à possibilidade de uma “verdadeira” triangulação permanece, em grande medida, em aberto, assume-se, neste caso, que os dados qualitativos desempenham um papel fundamental de corroboração e densificação dos resultados quantitativos, demonstrando uma visão informada por conhecimento de causa acerca dos fenómenos que as análises estatísticas tendem a captar de forma mais abstrata.

Neste estudo, quando os dados quantitativos encontram os dados qualitativos, confirma-se uma convergência interpretativa simples. Ambos, de um modo geral, apontam no mesmo sentido ao sugerirem que o Footpark produz efeitos sociais reais, mas graduais na esfera relacional e simbólica do que em transformações estruturais profundas. A leitura perpendicular dos resultados mostra que o projeto se associa a um maior orgulho comunitário, reforço da pertença, melhor imagem do território, maior confiança e intensificação do uso social do espaço, promovendo simultaneamente aprendizagens pessoais e alguma perceção de melhoria objetiva do quotidiano, designadamente no uso do espaço, no comportamento juvenil e na visibilidade pública da comunidade.

Essa convergência torna-se nítida quando os inquéritos revelam médias elevadas em indicadores de identidade comunitária e quando as entrevistas descrevem, em termos muito concretos, espaços mais frequentados, mais valorizados e mais defendidos pelos próprios utilizadores. De modo semelhante, os resultados relativos ao capital humano, encontram eco nas narrativas qualitativas que sublinham responsabilidade, respeito, autocontrolo e uma utilização mais madura do espaço. Já no impacto objetivo, as evidências estatísticas e os testemunhos convergem para melhorias percebidas na infraestrutura, na segurança quotidiana, na redução de comportamentos problemáticos e na abertura da comunidade, ainda que sem unanimidade absoluta entre localidades.

A integração metodológica apresentada neste trabalho deve ser entendida numa perspetiva exploratória e complementar. Reconhece-se que a triangulação plena entre dados quantitativos e qualitativos coloca desafios epistemológicos e metodológicos significativos que este estudo procura aproximar sem reivindicar uma fusão perfeita. A articulação entre os dois planos serve, antes, o propósito de densificar a interpretação dos resultados e identificar convergências e tensões entre ordens distintas de evidência (Creswell & Plano Clark, 2011).

7. Discussão

O capítulo de discussão retoma as principais conclusões empíricas, em chave interpretativa, situando-as no panorama teórico e conceptual desenvolvido previamente, a fim de elucidar tanto o significado como as limitações dos resultados observados. Com base na integração de dados quantitativos e de perspectivas qualitativas, a análise explora até que ponto os Footparks podem ser concebidos como agentes de transformação social localizada. É dedicada especial atenção não só ao seu papel na facilitação da participação desportiva, mas também à sua capacidade de promover processos de coesão social, confiança interpessoal, apropriação do espaço, envolvimento comunitário e empoderamento coletivo. Ao fazê-lo, o capítulo procura promover uma compreensão matizada dos mecanismos através dos quais estas intervenções contribuem para o reforço da coesão social nas localidades em que estão inseridas.

7.1. Interpretação dos resultados em relação às hipóteses e resposta às questões de investigação

A interpretação das hipóteses formuladas à luz dos resultados obtidos permite sustentar, desde logo, uma conclusão central: a evidência empírica reunida confirma que ambas encontram suporte nos dados, embora em intensidades e planos analíticos distintos, sendo que de forma mais sólida a H1 do que a H2. Esta distinção é substantivamente relevante, porque sugere que o impacto dos Footparks não se distribui de modo uniforme por todas as dimensões consideradas, antes se concentra mais vigorosamente naquelas que remetem para a vida relacional da comunidade, para os processos de identificação coletiva e para a reconfiguração simbólica do território, ao passo que os efeitos sobre domínios mais indiretos, estruturais ou individualizados se revelam mais seletivos, mais contingentes e menos estabilizados.

No que respeita à H1, os resultados apontam claramente no sentido de que a existência dos Footparks leva indubitavelmente a uma grande taxa de frequência, o que, conjugado, contribui para o fortalecimento do capital social e da coesão comunitária, entendidos não apenas como aumento abstrato de interação entre indivíduos, mas como reforço de sentimentos de pertença, confiança, valorização do espaço comum e percepção

de maior densidade social da vida local. Esta leitura decorre, em primeiro lugar, das análises descritivas, nas quais os indicadores de capital social e, sobretudo, de identidade coletiva apresentam níveis globalmente elevados de concordância, com distribuições sistematicamente orientadas para avaliações favoráveis do papel do projeto na comunidade. O facto de itens associados à ativação dos membros da comunidade, ao orgulho local, à confiança coletiva, à melhoria da imagem da comunidade e à satisfação pela existência do Footpark registarem avaliações especialmente positivas sugere que o projeto é amplamente percecionado como um fator de revitalização comunitária e não apenas como um equipamento de uso funcional ou recreativo.

Esta tendência ganha ainda maior consistência quando se observa o plano inferencial. As comparações entre utilizadores e não-utilizadores mostram que as diferenças mais robustas se concentram precisamente nas dimensões de capital social e identidade coletiva, com vários indicadores a evidenciarem diferenças estatisticamente significativas e tamanhos de efeito de magnitude moderada ou elevada. Tal padrão permite inferir que a frequência do Footpark não corresponde apenas a uma condição de exposição física ao equipamento, mas associa-se a uma experiência diferenciada da comunidade, marcada por níveis mais intensos de identificação, proximidade e valorização simbólica do contexto local. Resumidamente, os utilizadores parecem não apenas usar mais o espaço, mas também reinterpretar mais positivamente a comunidade de que fazem parte, o que constitui um argumento forte a favor da confirmação da H1.

A robustez desta hipótese é também reforçada pelos dados relativos ao perfil da amostra, em particular pelo facto de a maioria dos participantes conhecer o Footpark e uma proporção muito expressiva declarar que o projeto alterou positivamente a forma como vê a sua comunidade. Este dado é particularmente relevante do ponto de vista interpretativo, porque sugere que o impacto percebido não se limita ao plano da prática desportiva, antes se projeta na imagem global do território e na relação subjetiva que os indivíduos estabelecem com ele.

Ainda no âmbito da H1, importa notar que a diferenciação entre localidades não enfraquece esta hipótese, mas, pelo contrário, permite refiná-la. As análises de variância mostram que os efeitos do projeto sobre o capital social e, sobretudo, sobre a identidade comunitária não são homogêneos entre territórios, sendo particularmente expressivos em

alguns contextos, com destaque para Vila do Conde em vários indicadores de pertença, autoimagem e orgulho comunitário, e para Braga em certos aspetos de valorização simbólica e confiança. Esta distribuição sugere que o Footpark possui, de facto, potencial para fortalecer a coesão e o capital social, mas que esse potencial é mediado pelo contexto local, pela intensidade da apropriação comunitária e pelas condições sociais prévias de cada território.

Assim, a H1 deve ser considerada confirmada, mas numa formulação mais precisa: a implementação dos Footparks tem causado sensações e perceção de melhorias e o reforço de dimensões centrais ao nível da coesão social, embora a expressão concreta desse contributo varie em função da densidade relacional e simbólica de cada contexto.

No que respeita à H2, os resultados obtidos não permitem sustentá-la de forma, uma vez que a análise revelou a existência de diferenças estatisticamente significativas em diversos itens de todas as dimensões da perceção dos utilizadores do projeto Footpark entre localidades. Deste modo, a hipótese segundo a qual não existiriam diferenças na perceção dos utilizadores por localidade não pode ser confirmada. Ainda que o projeto apresente uma lógica de intervenção comum e uma matriz programática transversal, os dados sugerem que a sua receção e os seus efeitos percebidos não são, de longe, totalmente homogéneos nos diferentes contextos territoriais em que se insere.

A forma como cada Footpark é apropriado e valorizado pelos frequentadores e não-frequentadores, parece depender, pelo menos em parte, de fatores específicos a cada contexto local, o que ajuda a explicar a diferenciação observada entre localidades. Neste sentido, os resultados indicam que o impacto social do projeto não pode ser interpretado como uma realidade uniforme ou automaticamente replicável, mas antes como um fenómeno situado, cuja expressão concreta varia em função das condições em que cada Footpark é implantado e vivido. Esta leitura é coerente com a literatura que sublinha a influência do contexto local na eficácia percebida da infraestrutura social e desportiva.

Assim, em resposta à questão de investigação associada, conclui-se que as perceções dos utilizadores do projeto não são inteiramente coincidentes entre localidades, o que conduz à rejeição da H2. Esta conclusão não enfraquece a validade nem a relevância do projeto, pelo contrário, reforça a necessidade de compreender o Footpark a partir de uma perspetiva territorialmente sensível, reconhecendo que o facto de se aplicar modelo

de intervenção *standardizado* não elimina a diversidade dos contextos sociais onde este se concretiza.

Tabela 19 – Hipóteses de investigação, veredito e testes utilizados.

Hipótese	Decisão	Testes utilizados
H1: Existem diferenças na perceção do impacto social dos frequentadores e não-frequentadores do projeto Footpark	Não rejeitada	Estatística de frequência e descritiva; teste de Levene; teste t de amostras independentes; d de Cohen
H2: Não existem diferenças na perceção dos utilizadores do projeto Footpark por localidade	Rejeitada	Estatística de frequência e descritiva; estatística inferencial; teste de Levene; ANOVA de uma via; teste <i>post-hoc</i> : Tukey HSD ou Games-Howell

7.2. Dimensão do capital social

No que toca ao comparação da prática com a literatura, a dimensão do capital social permite articular os resultados obtidos com a tradição teórica que entende o desporto comunitário como meio de produção de sociabilidade de densificação relacional, especialmente quando as infraestruturas são territorialmente acessíveis e quotidianamente apropriadas.

A leitura dos resultados à luz da literatura permite concluir, em primeiro lugar, que o projeto Footpark se inscreve de modo bastante claro na tradição dos estudos que reconhecem ao desporto comunitário uma função muito para além da mera prática corporal, entendendo-o de reconfiguração simbólica do espaço local (Birdsall-Strong, 2022). A evidência empírica obtida confirma, em larga medida, a premissa segundo a qual infraestruturas desportivas territorialmente acessíveis e quotidianamente apropriadas podem operar como mecanismos de ativação comunitária, desde que estejam integradas em ecossistemas sociais nos quais a proximidade física, a visibilidade pública e a continuidade do uso favoreçam a repetição de interações e a sedimentação de vínculos sociais (Hjort et al., 2018; Theeboom et al., 2021). Neste sentido, os resultados não apenas corroboram a literatura, como a especificam empiricamente, ao mostrar que os efeitos mais consistentes do Footpark se concentram precisamente nas dimensões em que a vida comunitária se torna mais relacional, isto é, na dimensão do capital social (Lee et al., 2013; Putnam, 1995; Woolcock, 2001).

A este propósito, a teoria do capital social fornece uma chave interpretativa particularmente fecunda, sobretudo quando articulada com a distinção entre laços de

proximidade, conexões intergrupais e relações verticais com instituições formais. Os dados recolhidos sugerem que o Footpark reforça de forma muito mais evidente os mecanismos de *bonding* do que os de *linking*, sendo o fortalecimento dos vínculos internos da comunidade, através da intensificação da confiança mútua e a valorização afetiva do território os resultados mais estáveis e recorrentes (Putnam, 1995; Woolcock, 2001). Tal constatação converge com as conclusões de Lee et al. (2013), para quem programas desportivos comunitários podem produzir efeitos mensuráveis sobre o capital social, desde que a participação seja suficientemente regular e socialmente legitimada. Todavia, a investigação também mostra que a passagem dos laços horizontais para formas mais amplas de articulação, é menos imediata do que por vezes a literatura normativa sugere, o que aconselha prudência relativamente a interpretações excessivamente expansivas da capacidade integradora do desporto (McCullough & Trail, 2023).

7.3. Dimensão da identidade coletiva

No plano da identidade coletiva, a comparação com a literatura permite situar os resultados dentro da perspetiva que concebe o espaço desportivo como plano simbólico produtor de valor comunitário, capaz de reconfigurar representações, dignificar o território e reforçar a visibilidade pública da comunidade. Esta dimensão oferece um enquadramento teórico privilegiado para interpretar a forte associação entre frequência do Footpark e indicadores de orgulho e identificação, articulando-os com conceitos como «*third places*» (Oldenburg, 2023) e com a literatura que associa o desporto comunitário a processos de construção identitária enraizados no território.

Essa associação torna-se ainda mais relevante quando se passa do plano relacional para o plano simbólico. Segundo Birdsall-Strong (2022) ao concebermos o campo futebol como plano simbólico produtor de valor comunitário, conseguimos ter uma maior compreensão sobre por que razão os resultados são particularmente fortes na identidade coletiva e na autoimagem territorial, levando a uma perceção de reconhecimento social da comunidade. O Footpark parece funcionar, neste quadro, como um espaço onde se reorganizam não apenas práticas, mas representações, pelo que a presença do equipamento não é lida unicamente como oferta desportiva, mas como sinal de visibilidade pública e de valorização e dignificação da comunidade perante si própria e

perante os outros (Birdsall-Strong, 2022). Assim, verifica-se compatibilidade com a noção de «*third places*» (Oldenburg, 2023), na medida em que o Footpark aparece como lugar que reúne numerosas características que segundo o autor formam um *third place*, para aquela comunidade. Ao mesmo tempo, a evidência empírica mostra que esta dimensão simbólica não é abstrata nem difusa, pelo contrário, manifesta-se em indicadores concretos de pertença, orgulho e identificação, o que reforça a pertinência da literatura que associa o desporto comunitário a processos de construção identitária enraizados no território (Theeboom et al., 2021).

7.4. Dimensão do capital humano

Quanto ao capital humano, a análise paralela com a literatura exige uma leitura mais matizada, uma vez que as teorias que defendem os espaços desportivos locais como arenas de aprendizagem de conhecimentos e valores, não são totalmente corroboradas pelos dados empíricos. Este enquadramento permite discutir a convergência parcial com autores que entendem o desporto informal como microcatalisador de inclusão, ao mostrar que o potencial pedagógico da infraestrutura se exprime de forma mais forte no domínio relacional do que no plano do desenvolvimento pessoal individualizado, sugerindo que esses efeitos dependem de mediações contextuais mais longas.

Os autores Spaaij et al. (2013) e Holt et al. (2020), defendem que os espaços desportivos locais funcionam como arenas de aprendizagem social, sobretudo quando oferecem segurança e possibilidades de participação inclusiva. Os resultados do estudo confirmam essa orientação geral, mas também revelam que os efeitos não são uniformes em todas as dimensões do desenvolvimento individual. Assim, embora os Footparks estejam associados a perceções positivas de crescimento pessoal e de valorização da experiência, o capital humano não emerge como área de diferenciação estatisticamente robusta entre frequentadores e não-frequentadores, o que implica uma leitura mais cautelosa do potencial pedagógico da infraestrutura (Holt et al., 2020; Karstensen et al., 2024). Isto não significa, como referido no princípio desta secção, refutar a literatura, mas antes matizá-la: os contextos desportivos comunitários podem, de facto, favorecer competências emocionais, sociais e cognitivas, mas esses efeitos parecem depender de mediações biográficas, educativas e contextuais mais longas do que aquelas que uma

única infraestrutura consegue produzir isoladamente (Karstensen et al., 2024; Mielke et al., 2017). É precisamente aqui que a contribuição de Karstensen et al. (2024) deve ser lida com especial cuidado. A ideia do desporto informal como “microcatalisador de inclusão” é apelativa e encontra eco em várias tendências dos dados, sobretudo na forma como o Footpark se associa a sentimentos de pertença e a experiências de reconhecimento comunitário. Contudo, os resultados da presente investigação mostram que, neste caso, esse potencial de inclusão se exprime de forma muito mais forte no domínio relacional do que no plano do desenvolvimento pessoal individualizado. Por outras palavras, o Footpark parece atuar sobretudo como catalisador de integração social e simbólica, menos como mecanismo autónomo de transformação das competências internas dos participantes. Esta constatação é consistente com a literatura que insiste no carácter situado e condicional dos efeitos do desporto comunitário, recusando qualquer visão determinista segundo a qual a simples existência de uma infraestrutura seria suficiente para produzir inclusão ou mobilidade social (Spaaij et al., 2013; Theeboom et al., 2021).

7.5. Dimensão do impacto objetivo

Por fim, relativamente a esta dimensão, alinhar os resultados com as abordagens que mostram que microinfraestruturas recreativas podem animar o espaço público e reforçar a vitalidade urbana, enquanto relativiza as expectativas mais ambiciosas sobre requalificação urbana e regeneração social através do desporto. Este enquadramento oferece a base para discutir como os efeitos do Footpark se concentram em fenómenos próximos da experiência quotidiana de segurança, vandalismo, etc., permanecendo mais limitados em transformações estruturais o que aponta para os limites da intervenção quando não se traduz em mecanismos mais densos de governação.

Nesse sentido, conclui-se que os resultados se alinham apenas parcialmente com as expectativas mais ambiciosas da literatura sobre requalificação urbana e regeneração social através do desporto. Hjort et al. (2018) mostram que microinfraestruturas recreativas podem animar o espaço público, aumentar a atividade física e reforçar a vitalidade urbana. Em sintonia com isso, o Footpark é percebido pelos participantes como um agente de melhoria do ambiente comunitário, da segurança e de certos indicadores de ordem local. No entanto, os efeitos identificados permanecem mais fortes em fenómenos

próximos da experiência quotidiana, como a sensação de segurança, a diminuição do vandalismo ou a dinamização visível do espaço, do que em transformações mais estruturais, como a envolvimento institucional, a proliferação do comércio ou a melhoria infraestrutural e de acessibilidades. Assim, a literatura sobre o encaixe do desporto no urbanismo é confirmada no seu núcleo, mas é também relativizada no que toca à extensão das transformações que estas microinfraestruturas conseguem efetivamente produzir.

Esta relativização torna-se ainda mais clara quando se convocam as abordagens sobre Responsabilidade Social no desporto e governação (McCullough & Trail, 2023; Salcines et al., 2013). McCullough e Trail (2023) defendem que iniciativas de Responsabilidade Social são tanto mais eficazes quanto maior for a congruência percebida entre o discurso institucional e as necessidades locais, bem como o grau de autenticidade e envolvimento comunitário. Os dados empíricos sugerem que os Footparks beneficiam precisamente de uma lógica de enraizamento territorial e de apropriação local, o que ajuda a explicar a consistência dos resultados em dimensões como pertença e confiança. Porém, a fraca expressão de efeitos em domínios como a participação do poder público, a interação com agentes institucionais ou a transformação de estruturas socioeconómicas aponta para os limites da intervenção quando esta não se traduz em mecanismos mais densos de governação. Assim, as teorias que propõem Salcines et al. (2013) são, portanto, parcialmente confirmada: os modelos híbridos e colaborativos têm maior potencial de sustentabilidade, mas apenas quando a coprodução não se esgota numa dimensão formal e se converte em participação efetiva, na implementação e na gestão do projeto (Salcines et al., 2013).

7.6. Implicações

A análise precedente permite reconhecer que os resultados obtidos não se esgotam na sua dimensão descritiva e inferencial, antes convocam uma reflexão mais ampla sobre o alcance substantivo do estudo, tanto no plano conceptual como no plano da intervenção. É, por isso, pertinente dedicar uma secção específica às implicações decorrentes da investigação, distinguindo, por um lado, o contributo que os resultados oferecem para o enquadramento teórico do impacto social do desporto comunitário e, por outro, as consequências práticas que deles se podem extrair.

7.6.1. Implicações teóricas

Do ponto de vista teórico, o principal contributo deste estudo reside menos na identificação de efeitos inéditos, e mais no refinamento do modo como o impacto social do desporto comunitário pode ser conceptualizado. Os resultados sugerem, por um lado, que esse impacto deve ser pensado de forma diferenciada, distinguindo com maior clareza entre efeitos relacionais e simbólicos, mais visíveis e consistentes, e efeitos individuais ou estruturais, tendencialmente mais contingentes e menos homogéneos. Por outro lado, a rejeição da H2 mostra que mesmo quando o modelo de intervenção é formalmente idêntico, a perceção do seu impacto entre utilizadores não se distribui de forma uniforme entre localidades, o que reforça a necessidade de compreender que os Footparks não devem ser dispositivos de efeito linear e universal, mas infraestruturas sociais cuja eficácia depende do contexto territorial.

Acresce que os resultados reforçam a utilidade de abordagens teóricas sensíveis à variação contextual e aos processos locais de apropriação, mostrando que o impacto do desporto comunitário não pode ser inferido apenas a partir da existência material da infraestrutura nem presumido como replicável de forma homogénea entre territórios. Deste modo, o estudo sugere a necessidade de modelos interpretativos menos generalistas e mais atentos às condições sociais, institucionais e territoriais que condicionam a forma, a intensidade e o alcance dos efeitos observados. Em termos teóricos, isso implica recentrar a análise nos mecanismos intermédios através dos quais estas infraestruturas favorecem pertença, reconhecimento e sociabilidade situada, sem desligar esses processos das configurações locais que os tornam possíveis, os limitam ou os diferenciam.

7.6.2. Implicações práticas

Em termos práticos, os resultados sugerem que os Footparks devem ser pensados como espaços de uso quotidiano e de forte proximidade territorial, pelo que a sua localização em zonas residenciais e facilmente acessíveis é decisiva para garantir utilização regular. 75.3% dos residentes a menos de 500 m frequentam o Footpark, contra 13.6% dos que vivem a mais de 3 km. Isto implica que futuros Footparks devem ser projetados e implementados em zonas de alta densidade residencial, preferencialmente

dentro de um raio de 500 m das habitações de potenciais utilizadores, e não apenas próximos de superfícies comerciais Continente.

A proximidade e o facto de ser um espaço renovado (que requer, naturalmente manutenção contínua) surgem, assim, como condições essenciais para a sua eficácia. Isto tem particular relevância em duas componentes: iluminação e equipamentos complementares. A ausência de iluminação em Vila do Conde é identificada como barreira ao uso noturno. Assim, todos os Footparks futuros devem considerar ativamente iluminação LED, e os já existentes sem iluminação devem ser priorizados para intervenção. Por outro lado, as entrevistas identificam a ausência de bebedouros, casas de banho e balneários como limitações ao uso prolongado. Recomenda-se que, sempre que possível, estes equipamentos sejam incluídos no projeto ou garantidos através de parceria com equipamentos públicos adjacentes.

Os dados indicam também que o potencial do equipamento e a satisfação dos utilizadores aumentam quando este é acompanhado por uma lógica de gestão comunitária e por iniciativas que promovam a apropriação local e o uso partilhado do espaço. Por isso, a dinamização de atividades que envolva autarquias e escolas locais é importante para reforçar a dimensão social do projeto.

Por fim, os resultados mostram que o Footpark produz sobretudo efeitos ao nível da coesão e da perceção positiva da comunidade, o que significa que a sua avaliação prática não deve assentar apenas na frequência de utilização desportiva, mas também na forma como contribui para o sentimento de pertença e para a animação da vida comunitária.

7.7. Limitações do estudo e sugestões metodológicas para estudos futuros

Apesar de os resultados obtidos oferecerem contributos relevantes para a compreensão do impacto social dos Footparks (validação da H1), importa reconhecer que a investigação apresenta limitações que condicionam o alcance das conclusões e exigem prudência interpretativa. Desde logo, a amostra, embora suficientemente diversificada para sustentar comparações internas, não foi construída segundo um procedimento

probabilístico, o que limita a possibilidade de generalização dos resultados a universos mais amplos. Acresce que a composição da amostra tende a concentrar-se em participantes mais jovens e do sexo masculino, o que, sendo coerente com a natureza do objeto de estudo, pode influenciar a forma como determinados impactos interpretados.

Uma segunda limitação decorre do próprio desenho da investigação, assente numa recolha transversal e em dados de autorrelato. Esta opção permitiu captar, num momento específico, as perceções associadas ao projeto, mas não autoriza inferências causais robustas nem possibilita acompanhar a evolução dos efeitos ao longo do tempo. Além disso, a análise centrou-se sobretudo em perceções subjetivas de impacto, ainda que algumas dimensões tenham sido conceptualizadas como objetivas. Tal aspeto é particularmente relevante nas variáveis associadas ao impacto objetivo, onde a densidade empírica foi menor e a leitura dos dados deve ser feita com especial prudência, como já advertido.

Acresce que os resultados não evidenciam uma uniformidade plena entre dimensões nem entre contextos territoriais. A rejeição de uma das hipóteses mostra precisamente que o impacto do Footpark não se distribui de forma homogênea nas localidades, o que reforça a necessidade de interpretar o projeto como uma intervenção socialmente situada, cujos efeitos dependem de fatores específicos. Esta heterogeneidade torna mais evidente que o Footpark opera através de mediações contextuais que devem ser cuidadosamente consideradas.

Tendo em conta estas limitações, futuros estudos poderão beneficiar de desenhos longitudinais, capazes de acompanhar a evolução das perceções e dos efeitos dos Footparks ao longo do tempo. Seria também metodologicamente vantajoso complementar os dados de inquérito com indicadores externos e observacionais, como registos de utilização, dados escolares, informação municipal ou observação direta periódica, de modo a articular perceções subjetivas com evidência de outra natureza, mais observatória. Do mesmo modo, seria pertinente aprofundar comparações entre perfis de utilizadores, graus de frequência e contextos territoriais, recorrendo a entrevistas em profundidade, *focus groups* ou observação etnográfica.

No plano operacional, a principal recomendação permanece a necessidade de manter a boa articulação entre as entidades envolvidas. A Fundação do Futebol deve

assegurar coerência estratégica e acompanhamento conceptual do programa. os resultados mostram que Torres Vedras apresenta consistentemente perceções mais baixas em múltiplas dimensões. Os entrevistados de Braga e Loures referem eventos e torneios comunitários como elementos de dinamização. Recomenda-se que a FFLP defina um protocolo mínimo de ativação social para cada Footpark inaugurado, incluindo pelo menos um evento comunitário nos primeiros 3 meses após a inauguração. A Missão Continente deve manter a monitorização técnica pré-inauguração e a sustentabilidade do investimento. As autarquias assumem um papel decisivo na manutenção e integração local, garantindo condições duradouras de apropriação. A eficácia do projeto depende menos da sua existência do que da qualidade da sua inscrição territorial e relacional, sendo essa articulação que pode sustentar, ou limitar, a sua relevância social.

Reflexão crítica e competências adquiridas com a realização do estágio curricular na Fundação do Futebol – Liga Portugal

Este capítulo tem como propósito refletir criticamente sobre o percurso desenvolvido ao longo do estágio e da elaboração do relatório, valorizando não apenas os resultados académicos alcançados, mas também o conjunto de aprendizagens e desafios que emergiram de todo o processo, bem como as competências adquiridas. Pretende-se, aqui, evidenciar de que forma esta experiência contribuiu para o desenvolvimento pessoal, científico e profissional, tendo em conta a prática realizada, e a execução concreta de uma investigação inserida num contexto institucional e organizacional real.

Aprendizagens pessoais, académicas e profissionais

Ao longo do estágio e da elaboração do relatório de estágio, o processo de aprendizagem verificou-se formativo nos três planos complementares pessoal, académico e profissional. Ainda que a dimensão académica tenha constituído o eixo estruturante de todo o trabalho, foram as exigências concretas do contacto prático que mais contribuíram para um amadurecimento efetivo das minhas capacidades.

No plano pessoal, este percurso exigiu uma capacidade contínua de adaptação e persistência, particularmente visível nos momentos em que o desenvolvimento da investigação se deparou com obstáculos metodológicos e atrasos inerentes à articulação entre múltiplos calendários e agentes institucionais. A aprendizagem que fica, nesse sentido, é que a produção de conhecimento não é um processo linear nem inteiramente controlável. Esta vivência contribuiu para reforçar, sobretudo, a tolerância à complexidade, tendo que aceitar que a qualidade de uma investigação depende também da capacidade de lidar com o imprevisto sem comprometer a consistência do trabalho.

Em termos académicos, importa sublinhar que todo o processo favoreceu a consolidação de competências de leitura, síntese, argumentação, estruturação de texto científico, pesquisa, comparação, pensamento, análise e interpretação estatística de dados, entre mil outras capacidades desenvolvidas. Cada processo pelo qual passei na construção deste trabalho contribuiu para aprofundar a minha capacidade de produzir pensamento académico com maior coerência e densidade analítica.

Do ponto de vista profissional, o estágio constituiu uma oportunidade particularmente importante para compreender, de forma concreta, o funcionamento de uma estrutura organizacional com intervenção no domínio do futebol e da Responsabilidade Social, bem como os desafios associados à implementação e avaliação de projetos em território. Neste plano, a grande aprendizagem encontrou-se no desenvolvimento de competências de comunicação, articulação com diferentes interlocutores, sentido crítico e adaptação a contextos diversos. Permitiu-me compreender melhor a importância de conjugar rigor técnico com capacidade relacional, bem como a necessidade de responder de forma responsável e eficiente às exigências de diversos projetos com impacto real, muitas vezes em simultâneo, exigindo por isso uma grande capacidade de adaptação, ação e reação. Em termos gerais, considero que esta experiência contribuiu de forma extremamente significativa para a minha preparação profissional, e será sem dúvidas relevante em futuros desafios, tanto académicos como académicos e laborais.

Este estágio ensinou-me que crescer profissionalmente é, acima de tudo, aprender a transformar dedicação, adaptação e responsabilidade em resultados com sentido.

Considerações finais

As considerações finais deste percurso não podem ser reduzidas a um mero balanço de tarefas cumpridas ou competências adquiridas. O estágio curricular na Fundação do Futebol – Liga Portugal representou, antes de mais, um espaço de travessia entre o saber aprendido e o saber vivido, entre a teoria e a densidade do real, entre a expectativa do estudante e a responsabilidade de quem começa a habitar o mundo profissional com maior consciência.

Foi neste contacto quotidiano com a realidade organizacional que se tornou possível compreender a complexidade silenciosa que sustenta o funcionamento de uma instituição com a magnitude da Liga Portugal. Cada tarefa, cada interação, cada desafio e cada adaptação exigiram atenção, discernimento e disponibilidade interior para aprender para além do que se ensina nos manuais. E é talvez aí que reside o verdadeiro valor do estágio. Na capacidade de revelar que o trabalho profissional, em contextos ligados ao desporto e à Responsabilidade Social, é sempre mais amplo do que a execução visível das suas ações, porque se inscreve numa teia que só ganha pleno sentido quando observada com rigor, mas também com sensibilidade.

Assim, o estágio deixou uma marca que excede a dimensão operacional da experiência. Contribuiu para consolidar competências, certamente, mas também para afinar o olhar, amadurecer a escuta e fortalecer a compreensão de que trabalhar com e para os outros implica sempre uma ética da do rigor, do empenho, da presença, do cuidado e da responsabilidade. O que dele permanece é a consciência de que cada percurso profissional se constrói em camadas, muitas vezes discretas, mas decisivas, e que é precisamente nessas camadas, feitas de exigência, aprendizagem e transformação, que se revela a verdadeira formação de quem procura intervir no mundo com seriedade, humildade e sentido.

Referências bibliográficas

Bibliografia

- Anderson, Eric., & Magrath, Rory. (2022). *Advanced introduction to the sociology of sport*. Edward Elgar Publishing Limited.
- Aruqaj, B. (2023). An Integrated Approach to the Conceptualisation and Measurement of Social Cohesion. *Social Indicators Research*, 168(1–3), 227–263. <https://doi.org/10.1007/s11205-023-03110-z>
- Bale, J. (2003). *Sports Geography*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203478677>
- Birdsall-Strong, L. (2022). S01-3 Determining the social and economic value of football in England. *European Journal of Public Health*, 32(Supplement_2). <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckac093.004>
- Bourdieu, P. (1986). *The forms of capital*. In *Handbook of theory and research for the sociology of education* (J. G. Richardson, Ed.). Greenwood Press, Inc.
- Camiré, M., Trudel, P., & Forneris, T. (2012). Coaching and Transferring Life Skills: Philosophies and Strategies Used by Model High School Coaches. *The Sport Psychologist*, 26(2), 243–260. <https://doi.org/10.1123/tsp.26.2.243>
- Carrillo Álvarez, E., & Riera Romaní, J. (2017). Measuring social capital: further insights. *Gaceta Sanitaria*, 31(1), 57–61. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2016.09.002>
- Chan, J., To, H.-P., & Chan, E. (2006). Reconsidering Social Cohesion: Developing a Definition and Analytical Framework for Empirical Research. *Social Indicators Research*, 75(2), 273–302. <https://doi.org/10.1007/s11205-005-2118-1>
- Chu, Y., Shen, C., & Yang, J. (2018). Country-Level Bonding, Bridging, and Linking Social Capital and Immigrants' Life Satisfaction. *Applied Research in Quality of Life*, 13(3), 745–759. <https://doi.org/10.1007/s11482-017-9556-1>
- Claridge, T. (2018). Functions of social capital – bonding, bridging, linking. *Social Capital Research*.
- Coalter, F. (2010). The politics of sport-for-development: Limited focus programmes and broad gauge problems? *International Review for the Sociology of Sport*, 45(3), 295–314. <https://doi.org/10.1177/1012690210366791>
- Coffé, H., & Geys, B. (2007). Toward an Empirical Characterization of Bridging and Bonding Social Capital. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 36(1), 121–139. <https://doi.org/10.1177/0899764006293181>

- Coleman, J. S. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 94, S95–S120. <https://doi.org/10.1086/228943>
- Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2011). *Designing and Conducting Mixed Methods Research* (2nd ed.). Sage Publications.
- Crossley, S., Van Campenhout, G., & Billingham, L. (2025). ‘It’s a far cry from small boys in the park, jumpers for goalposts. Isn’t it?’ the changing space of informal youth football in the UK. *Leisure Studies*, 44(5), 764–778. <https://doi.org/10.1080/02614367.2024.2446197>
- Darnell, S. C. (2007). Playing with Race: *Right to Play* and the Production of Whiteness in ‘Development through Sport.’ *Sport in Society*, 10(4), 560–579. <https://doi.org/10.1080/17430430701388756>
- Davis, E. A., & Knoester, C. (2024). U.S. Public Opinion About the Personal Development and Social Capital Benefits of Sport: Analyzing Components of the Great Sport Myth. *Journal of Sport and Social Issues*, 48(5), 340–365. <https://doi.org/10.1177/01937235241293718>
- Forrest, R., & Kearns, A. (2001). Social Cohesion, Social Capital and the Neighbourhood. *Urban Studies*, 38(12), 2125–2143. <https://doi.org/10.1080/00420980120087081>
- Gosselin, V., Boccanfuso, D., & Laberge, S. (2020). Social return on investment (SROI) method to evaluate physical activity and sport interventions: a systematic review. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 17(1), 26. <https://doi.org/10.1186/s12966-020-00931-w>
- Grootaert, Christiaan., Narayan, Deepa., Nyhan Jones, Veronica., & Woolcock, Michael. (2004). *Measuring Social Capital: an Integrated Questionnaire*. World Bank.
- Hardwicke, J., Bottomley, D., Coates, E., Hindley, D., Rzepka, M., & Matthews, C. R. (2025). Destroying the myth that performance-sport promotes public health. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/19406940.2025.2529199>
- Hjort, M., Martin, W., Stewart, T., & Troelsen, J. (2018). Design of Urban Public Spaces: Intent vs. Reality. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(4), 816. <https://doi.org/10.3390/ijerph15040816>
- Holt, N. L., Deal, C. J., & Pankow, K. (2020). Positive Youth Development Through Sport. In *Handbook of Sport Psychology* (pp. 429–446). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119568124.ch20>
- Jenson, Jane. (2010). *Defining and measuring social cohesion*. Commonwealth Secretariat.

- Karstensen, V., Piskorz-Ryń, O., Karna, W., Lee, A., Seng Neo, X., & Gottschlich, D. (2024). The Role of Sports in Promoting Social Inclusion and Health in Marginalized Communities. *International Journal of Sport Studies for Health*, 7(3), 41–48. <https://doi.org/10.61838/kman.intjssh.7.3.6>
- Layton, J., & Latham, A. (2022). Social infrastructure and public life – notes on Finsbury Park, London. *Urban Geography*, 43(5), 755–776. <https://doi.org/10.1080/02723638.2021.1934631>
- Lee, S. P., Cornwell, T. B., & Babiak, K. (2013). Developing an Instrument to Measure the Social Impact of Sport: Social Capital, Collective Identities, Health Literacy, Well-Being and Human Capital. *Journal of Sport Management*, 27(1), 24–42. <https://doi.org/10.1123/jsm.27.1.24>
- Lerner, R. (2005). Promoting Positive Youth Development: Theoretical and Empirical Bases. *National Research Council/Institute of Medicine*, 1–92.
- Mamo, Y., Anagnostopoulos, C., Agyemang, K. J. A., & Andrew, D. (2022). A conceptual model for understanding the relationships between sport stakeholder and authentic CSR. *Managing Sport and Leisure*, 1–17. <https://doi.org/10.1080/23750472.2022.2096674>
- McCullough, B. P., & Trail, G. T. (2023). Assessing key performance indicators of corporate social responsibility initiatives in sport. *European Sport Management Quarterly*, 23(1), 82–103. <https://doi.org/10.1080/16184742.2022.2033808>
- Mielke, G. I., Brown, W. J., Nunes, B. P., Silva, I. C. M., & Hallal, P. C. (2017). Socioeconomic Correlates of Sedentary Behavior in Adolescents: Systematic Review and Meta-Analysis. *Sports Medicine*, 47(1), 61–75. <https://doi.org/10.1007/s40279-016-0555-4>
- Misener, K., & Doherty, A. (2013). Understanding capacity through the processes and outcomes of interorganizational relationships in nonprofit community sport organizations. *Sport Management Review*, 16(2), 135–147. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2012.07.003>
- Montazeri, A., Talebpour, M., Andam, R., & Kazemnejad, A. (2017). Measuring Corporate Social Responsibility in Sport Industry: Development and Validation of Measurement Scale. *Annals of Applied Sport Science*, 5(2), 97–114. <https://doi.org/10.18869/acadpub.aassjournal.5.2.97>
- Moustakas, L., & Wagner, J. (2023). Conceptualisation and Measurement of Social Cohesion within the Sport and Physical Activity Context: A Scoping Review. *Sports*, 11(12), 231. <https://doi.org/10.3390/sports11120231>
- Moyo, T., Duffett, R., & Knott, B. (2022). Corporate social responsibility in professional sport organisations: a developing country perspective. *International Journal of Sport Management and Marketing*, 22(5/6), 444. <https://doi.org/10.1504/IJSM.2022.128633>

- Oldenburg, Ray. (2023). *The great good place : cafes, coffee shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community*. Berkshire Publishing Group LLC.
- Owen, K. B., Nau, T., Reece, L. J., Bellew, W., Rose, C., Bauman, A., Halim, N. K., & Smith, B. J. (2022). Fair play? Participation equity in organised sport and physical activity among children and adolescents in high income countries: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 19(1), 27. <https://doi.org/10.1186/s12966-022-01263-7>
- Pfister, M. (2024). Exploring Social Responsibility in Sports Management: A Comprehensive Literature Review. *Journal of Knowledge Management Practice*, 24(2). <https://doi.org/10.62477/jkmp.v24i2.401>
- Poortinga, W. (2012). Community resilience and health: The role of bonding, bridging, and linking aspects of social capital. *Health & Place*, 18(2), 286–295. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2011.09.017>
- Pouyandekia, M., & Memari, Z. (2022). How can clubs play an essential role in talent identification and development programmes? A case study of German football. *Sport in Society*, 25(9), 1679–1713. <https://doi.org/10.1080/17430437.2020.1863372>
- Putnam, R. D. (1995). Tuning In, Tuning Out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. *PS: Political Science & Politics*, 28(04), 664–683. <https://doi.org/10.1017/S1049096500058856>
- Ratten, V. (2010). Developing a theory of sport-based entrepreneurship. *Journal of Management & Organization*, 16(4), 557–565. <https://doi.org/10.5172/jmo.2010.16.4.557>
- Raw, K., Sherry, E., & Rowe, K. (2022). Sport for social cohesion: exploring aims and complexities. *Sport Management Review*, 25(3), 454–475. <https://doi.org/10.1080/14413523.2021.1949869>
- Rowe, K., Karg, A., & Sherry, E. (2019). Community-oriented practice: Examining corporate social responsibility and development activities in professional sport. *Sport Management Review*, 22(3), 363–378. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2018.05.001>
- Salcines, J. L. Paramio., Babiak, Kathy., & Walters, Geoff. (2013). *Routledge handbook of sport and corporate social responsibility*. Routledge.
- Santos, T., Fatela, P., Vilar, L., & Gonçalves, B. (2022). The Portuguese football league ‘Liga Portugal.’ In *Sport in the Iberian Peninsula* (pp. 154–163). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003197003-13>
- Sharma, B., Robinson, J., Arhen, B. B., Timmons, B. W., Heal, B., & Warner, M. (2025). Evaluating sport-for-development outcome measures used in a living

- lab setting: Process, improvements, and insights. *Evaluation and Program Planning*, 112, 102647. <https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2025.102647>
- Spaaij, R., Magee, J., & Jeanes, R. (2013). Urban Youth, Worklessness and Sport: A Comparison of Sports-based Employability Programmes in Rotterdam and Stoke-on-Trent. *Urban Studies*, 50(8), 1608–1624. <https://doi.org/10.1177/0042098012465132>
- Szreter, S., & Woolcock, M. (2004). Health by association? Social capital, social theory, and the political economy of public health. *International Journal of Epidemiology*, 33(4), 650–667. <https://doi.org/10.1093/ije/dyh013>
- Theeboom, M., Schailée, H., Roose, R., Willems, S., Lauwerier, E., & Bradt, L. (2021). *Community Sport and Social Inclusion*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429340635>
- van den Hurk, M., & Verhoest, K. (2015). The governance of public–private partnerships in sports infrastructure: Interfering complexities in Belgium. *International Journal of Project Management*, 33(1), 201–211. <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2014.05.005>
- Verkooijen, K. T., & Delheye, P. (2025). Impact Evaluation of Community Sport Programmes and “Sport Social Work Practices.” *Social Inclusion*, 13. <https://doi.org/10.17645/si.10848>
- Vierimaa, M., Erickson, K., Côté, J., & Gilbert, W. (2012). Positive Youth Development: A Measurement Framework for Sport. *International Journal of Sports Science & Coaching*, 7(3), 601–614. <https://doi.org/10.1260/1747-9541.7.3.601>
- Walzel, S., Robertson, J., & Anagnostopoulos, C. (2018). Corporate Social Responsibility in Professional Team Sports Organizations: An Integrative Review. *Journal of Sport Management*, 32(6), 511–530. <https://doi.org/10.1123/jsm.2017-0227>
- Wan, C., Shen, G. Q., & Choi, S. (2021). Underlying relationships between public urban green spaces and social cohesion: A systematic literature review. *City, Culture and Society*, 24, 100383. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2021.100383>
- Woolcock, M. (2001). The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes. *Canadian Journal of Policy Research*, 2.

Continente. (n.d.). Footpark. <https://feed.continente.pt/missao-continente/iniciativas/footpark>

ENSGO. (n.d.). Accessibility of sport infrastructures: the Council Conclusions and ENSGO’s White Paper. <https://engso.eu/accessibility-of-sport-infrastructures-the-council-conclusions-and-engsos-white-paper/>

Football Foundation. (n.d.). Football Foundation PlayZones Programme. <https://footballfoundation.org.uk/playzones-programme>

Football Foundation. (n.d.). Hubs Programme. <https://footballfoundation.org.uk/hubs-programme>

Fundação do Futebol. (n.d.). A Fundação. <https://fundacaodofutebol.ligaportugal.pt/a-fundacao/>

Fundação do Futebol. (n.d.). Projetos. <https://fundacaodofutebol.ligaportugal.pt/projetos/20222023>

Inside FIFA. (n.d.). FIFA Forward, Programme Overview. <https://inside.fifa.com/advancing-football/fifa-forward/programme-overview>

Instituto Nacional de Estatística. (2011). Censos 2011. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicadores

Instituto Nacional de Estatística. (2021). Censos 2021. <https://tabulador.ine.pt/censos2021/>

Liga Portugal. (n.d.). A Liga Hoje. <https://www.ligaportugal.pt/pages/a-liga-hoje>

Liga Portugal. (n.d.). Arena Liga Portugal. <https://www.ligaportugal.pt/pages/arena-liga-portugal>

Liga Portugal. (n.d.). História da Liga Portugal. <https://www.ligaportugal.pt/pages/historia>

Liga Portugal. (n.d.). Sobre a Liga. <https://www.ligaportugal.pt/pages/sobre-a-liga>

Matosinhos Sport. (2024). Primeiro Minicampo do Projeto Footpark. <https://www.matosinhosport.pt/noticia/primeiro-minicampo-do-projeto-footpark>

Minispielfeld. (n.d.). Das original DFB Minispielfeld Bandensystem - Großer Spaß auf kleinem Platz. <https://www.minispielfeld.de/de/minipitch/>

Minispielfeld. (n.d.). DFB Nachwuchsförderung, 1,000 Minispielfelder für Deutschland. <https://www.minispielfeld.de/de/minipitch/news/79/1000-Minispielfelder-fuer-Deutschland>

Physical Activity Facilities. (n.d.). PlayZones allowing sporting for all. <https://www.paf-media.co.uk/playzones-allowing-sport-for-all>

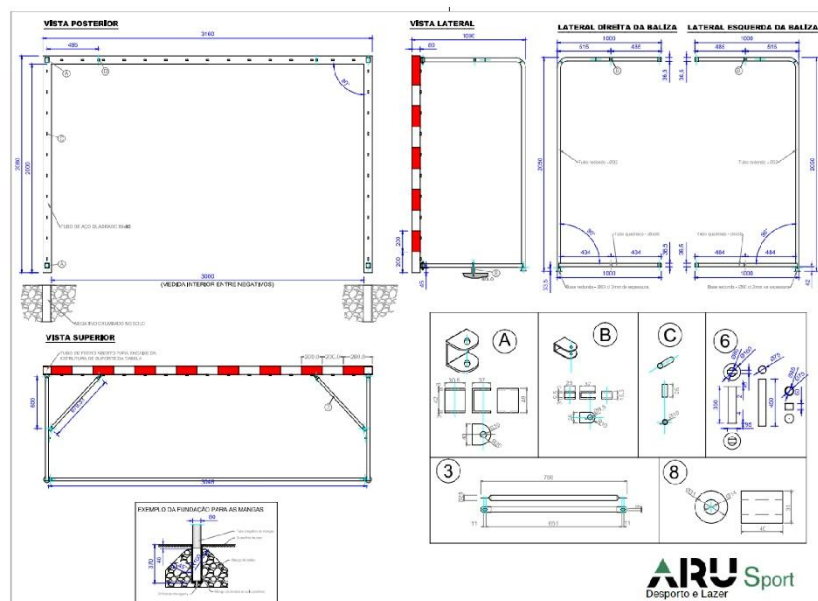
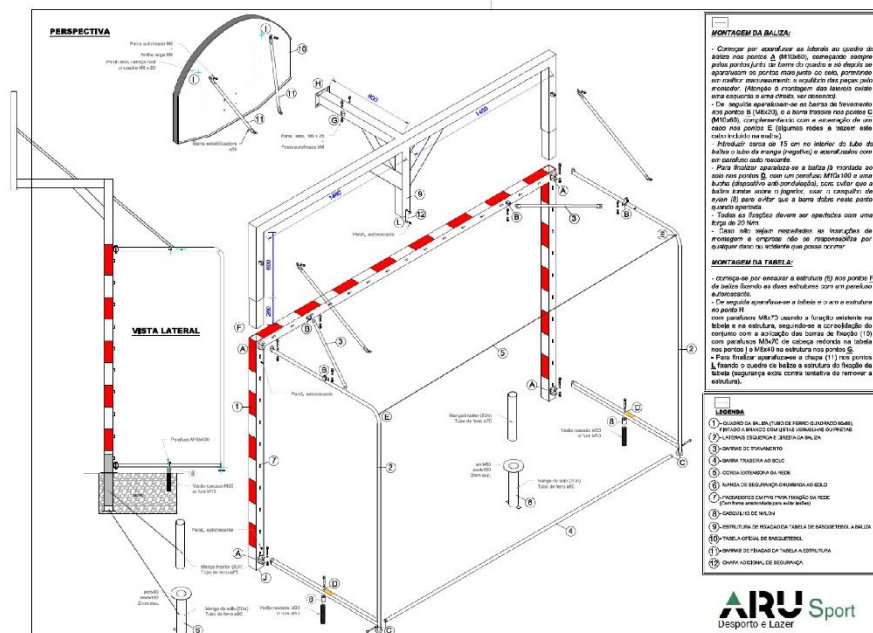
Playground Landscape. (2012). Auf den Mini-Spielfeldern rollt der Ball. <https://playground-landscape.com/de/article/1064-auf-den-mini-spielfeldern-rollt-der-ball.html>

SoccerGround. (n.d.). SoccerGround® - DFB Minispielfeld. <https://www.soccerground.de/>

UEFA. (2019). Os números por detrás do programa HatTrick da UEFA. <https://pt.uefa.com/news-media/news/0257-0f8e72a641de-3a2d02b31273-1000--os-numeros-por-detras-do-programa-hattrick-da-uefa/>

UEFA. (n.d.). Programa HatTrick da UEFA. <https://pt.uefa.com/development/our-support/hattrick/>

Anexo 1 – Ficha técnica da baliza de um Footpark



Anexo 2 – Ficha técnica do recinto de um Footpark

